

**RELATÓRIO DO SEMINÁRIO NACIONAL
POR UMA CULTURA POPULAR DO CAMPO**



BRASÍLIA, 19 A 21 DE AGOSTO DE 2025

SUMÁRIO

1. Programação	p. 3
2. Objetivo do Seminário	p. 5
3. Público Participante do Seminário	p. 5
4. Roteiro da mística de abertura	p. 6
5. Relatoria da mesa de abertura – Saudações dos(as) organizadores(as).	p. 9
6. Relatoria da mesa: <i>ACÚMULO HISTÓRICO E ESTRATÉGICO DE ARTE E CULTURA DA REFORMA AGRÁRIA</i> com Rafael Villas Bôas (UnB/MST) e Edgar Kolling (MST)	p. 13
7. Relatoria da mesa: <i>AGRONEGÓCIO E OS NEGÓCIOS DA CULTURA</i> com Ana Chã (MST)	p. 39
8. Relatoria da mesa: <i>O CAMPO COMO LUGAR DE VIDA OU LUGAR DE TRABALHO?</i> Com Maria Raimunda César de Souza (MST) e Lyvian Sena (Contag)	p. 46
9. Relatoria da mesa: <i>POR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA DO CAMPO</i> , com Gustavo Meyer (MDA), Carla Loop (MST), Silma Magalhães e Valneide Souza (PACRA/CE)	p. 49
10. Relatoria da saudação do Secretário Sebastião Soares, da Secretaria de Culturas Populares e Tradicionais do Ministério da Cultura	p. 79
11. Apresentação das propostas elaboradas pelos 04 grupos de trabalho, fala das mesas e debate sobre as propostas	p. 88
12. Saudação do presidente do Incra, César Aldrighi	p. 122
13. Documento final do Seminário: Por Uma Política de Arte e Cultura Popular do Campo	p. 126

1 – PROGRAMAÇÃO

19/08 – Terça-Feira

8 H CHEGADA - INSCRIÇÃO E ACOLHIDA COM ANIMAÇÃO MUSICAL

8H30 - MÍSTICA

9H - MESA DE ABERTURA - SAUDAÇÃO DOS(AS) ORGANIZADORES(AS)

Presentes:

10h - APRESENTAÇÃO CULTURAL - Volmir Batista (Clube do Violeiro)

10H30 - ACÚMULO HISTÓRICO E ESTRATÉGICO DE ARTE E CULTURA DA REFORMA AGRÁRIA

Convidado: Rafael Litvin Villas Bôas (UnB/MST) e Edgar Jorge Kolling (MST)

Mediação: Evelaine Brennand (MinC)

14H - MESA TEMÁTICA I

AGRONEGÓCIO E OS NEGÓCIOS DA CULTURA

Convidada: Ana Chã (MST)

Mediação: Julie Wetzel (Cia Burlesca)

16H30 - MESA TEMÁTICA II

O CAMPO COMO LUGAR DE VIDA OU LUGAR DE TRABALHO?

Convidadas: Maria Raimunda César de Souza (MST) e Lyvian Sena (Contag)

Mediação: Estela Zeferino (SFDT/MDA)

20/08 – Quarta-Feira

9H MÍSTICA

9H 20 - MESA TEMÁTICA III

POR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA DO CAMPO

Convidados: Gustavo Meyer (MDA), Sebastião Soares (MinC), Carla Loop (MST), Silma Magalhães e Valneide Souza (PACRA/CE)

Mediação: Clarice Aparecida dos Santos (Incra)

14h - ANIMAÇÃO MUSICAL - Farinhada (Contag - MG)

14H30 - TRABALHO EM GRUPOS

21/08 – Quinta-Feira

9H - MÍSTICA

9H20 – PLENÁRIA (SOCIALIZAÇÃO DOS GRUPOS), DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO DOCUMENTO FINAL

12H - ENCERRAMENTO

2 – OBJETIVO DO SEMINÁRIO

O objetivo principal do “Seminário Nacional por uma Cultura Popular do Campo” é construir a base para uma proposição de Política Pública de Arte e Cultura do Campo, a partir dos movimentos camponeses.

Além disso, pretendemos com o seminário:

- Compartilhar com o conjunto de movimentos e gestores de pastas de instituições públicas um conjunto de experiências e abordagens que atestem a importância estratégica das Artes e da Cultura Popular do Campo para uma política eficaz de Reforma Agrária;
- Avaliar quais os avanços e limites das políticas públicas implementadas para a Cultura Popular, desde o ano de 2002, no que tange, principalmente, ao campo brasileiro;
- Realinhar e fortalecer os elos entre os movimentos camponeses para atuação conjunta no âmbito do fortalecimento da Cultura Popular do Campo;
- Aprofundar os parâmetros conceituais e categóricos do debate coletivo sobre cultura popular e artes do campo, com o intuito de superar a compreensão corrente de cultura como um elemento acessório, ou como um adorno, ou da lógica da cultura como evento.

3 – PÚBLICO PARTICIPANTE DO SEMINÁRIO

Participaram do seminário a seguinte diversidade de atuadores, militantes e profissionais: artistas do campo; educadores populares; professores e pesquisadores de universidades públicas federais e de institutos federais; militantes e lideranças de movimentos camponeses e movimentos sindicais do campo; gestores de diversas esferas dos três entes da federação; representantes de diferentes ministérios da Esplanada.

4 – ROTEIRO DA MÍSTICA DE ABERTURA

Entrada cantando

Eu vim cobrar o coração dilacerado
do meu bisavô

Ao ver levar a bela indígena

Eu vim cobrar

A honra da minha bisa eu vim cobrar

O martírio

Da miscegenação forcada

Eu vim cobrar a surra no tronco eu
vim cobrar

A peleja da mata eu com cobrar

O cinema do campo, eu vim cobrar

A orquestra camponesa, eu vim
cobrar

Escola de arte, eu vim cobrar

Casa de cultura, eu vim cobrar

Bloco de carnaval, eu vim cobrar

Brincadeira de roda, eu vim cobrar

Banho de rio, eu vim cobrar

Grupo de teatro, eu vim cobrar

Bibliotecas no campo, eu vim cobrar

Rápido populares, eu vim cobrar

Leitura do conto - Da imensidão cotidiana

É na miudeza do cotidiano que acontece o que é imenso.

Aprendi de amor à vida, de militância, quando meu pai, apontando com dois dedos e um certo nó na voz, mostrava: aqui é o limão, embaixo o abacaxi, adiante a mandioca e o tanque de peixes; e a mata lá atrás com seus olhos d'água; e o pomar virado em bosque que ele plantou e viu nascer e que frutificou pra mim e pra quem passava.

Aprendi quando ele parava pra olhar as abelhas entrando e saindo de suas casas, ocupadas como só elas em fazer sua docura e ajudar o mundo a florescer. Meu pai chamava atenção: olha como essa é listradinha, essa faz barulho, essa tem cheiro bom. Aprendi com o trabalho na roça e o cantar, com a mala nas costas, com as nossas madrugadas nas rodoviárias do país.

Aprendi de minha mãe e seu muito trabalho, sua alegria do sacrifício necessário, suas flores ao redor da casa, seu morro todo semeado de feijão. Aqui a romã que você plantou, ela mostrava, e aqui a araucária, o maracujá doce, a bromélia imensa num coco de sapucaia, e aqui o que a natureza me deu sem eu nem plantar – nasceu aí.

Amor à vida, à militância, aprendi com os olhos acesos de minha mãe e com seu

cansaço, e com seu desejo de semear – plantas, livros, futuro. Com seu amor aos Sem Terrinha e sua inabalável fé no ser humano. Com o que ela teimava: zelo por aquilo que se faz, memória das raízes, mirada posta no horizonte e pés na terra.

Assim é que me ensinaram: ser gente é cultivo, ser Sem Terra é cultivo, nosso sonho é cultivo; e o que se cultiva, floresce.

Todos cantando

Os meninos à volta da fogueira
Vão aprender coisas de sonho e de verdade
Vão aprender como se ganha uma bandeira
Vão saber o que custou a liberdade

Declamado por duas pessoas e o refrão musicado com violão

Com fios feitos de lágrimas passadas	Com os sorrisos mais lindos do planalto
Os meninos de Huambo fazem alegria	Fazem continhas engraçadas de somar
Constroem sonhos com os mais velhos de mãos dadas	Somam beijos com flores e com suor
E no céu descobrem estrelas de magia	E subtraem manhã cedo por luar
Com os lábios de dizer nova poesia	Dividem a chuva miudinha pelo milho
Soletram as estrelas como letras	Multiplicam o vento pelo mar
E vão juntando no céu como pedrinhas	Soltam ao céu as estrelas já escritas
Estrelas letras para fazer novas palavras	Constelações que brilham sempre sem parar
Os meninos à volta da fogueira	Os meninos à volta da fogueira
Vão aprender coisas de sonho e de verdade	Vão aprender coisas de sonho e de verdade
Vão aprender como se ganha uma bandeira	Vão aprender como se ganha uma bandeira
Vão saber o que custou a liberdade	Vão saber o que custou a liberdade
	Palavras sempre novas, sempre

novas

Palavras deste tempo sempre novo

Porque os meninos inventaram coisas novas

E até já dizem que as estrelas são do povo

Assim contentes à voltinha da fogueira

Juntam palavras deste tempo sempre novo

Porque os meninos inventaram coisas novas

E até já dizem que as estrelas são do povo

Os meninos à volta da fogueira

Vão aprender coisas de sonho e de verdade

Vão aprender como se ganha uma bandeira

Vão saber o que custou a liberdade

Os meninos à volta da fogueira

Vão aprender coisas de sonho e de verdade

Vão aprender como se ganha uma bandeira

Vão saber o que custou a liberdade

Os meninos à volta da fogueira

Vão aprender coisas de sonho e de verdade

Vão aprender como se ganha uma bandeira

Vão saber o que custou a liberdade

Os meninos à volta da fogueira

Vão aprender coisas de sonho e de verdade

Vão aprender como se ganha uma bandeira

Vão saber o que custou a liberdade

Os meninos à volta da fogueira

Vão aprender coisas de sonho e de verdade

Vão aprender como se ganha uma bandeira

Vão saber o que custou a liberdade

Os meninos à volta da fogueira

Vão aprender coisas de sonho e de verdade

Vão aprender como se ganha uma bandeira

Vão saber o que custou a liberdade

5 – MESA DE ABERTURA - SAUDAÇÃO DOS(AS) ORGANIZADORES(AS)

Ana Claudia – Mestre de Cerimônias

Composição: Rosilene Rodrigues – Incra, Moises Savian - Secretário MDA, Ceres – MST, Melissa Gabriele – Contag (Marcha das Margaridas) e Marcia Rolemberg – MinC.

Rosilene Rodrigues (Incra): Gostaria de agradecer a presença de todos e todas, agradecer a professora Clarice por estar trazendo o Pronera de volta com toda a força. Agradecer em nome dela, toda a organização. Em nome do Edgar, agradecer toda a força que faz parte dos movimentos sociais, que representa essa força que se faz presente. Agradecer a presença no MinC, porque a gente não faz nada sozinho. Dizer que nós da reforma agrária e quilombolas temos muito o que fazer. E quando a gente entra nesses territórios percebemos. A escrita se faz muito presente nos dias de hoje. Nos nossos territórios a oralidade é muito importante. Então nos ouvir antes de escrever os editais é muito importante. Cumprimentar as duas grandes companheiras que representam a Contag e o MST, dizer que vocês são de fato a representação das organizações mais importantes. Vocês representam o mais alto, na questão da organização do campo. Agradecer a presença do MST, Contag, MCP, MMC, Cetraf. Que tenhamos um bom encontro, que saímos daqui com uma formulação consistente, com a cara do nosso povo, preto, de assentamentos.

Melissa Gabriele (Contag/Marcha das Margaridas): Saudações ancestrais. Em nome da Rose cumprimento a mesa. Cumprimento dos mestres e mestras. Eu venho do Mato Grosso. Eu digo que a cultura do campo é o que enraíza a luta ancestral da cultura na terra. Além de passar adiante o que é a cultura.. Seja com a zabumba, com a sanfona, seja com toda a forma de cultura. Eu digo que a Contag com todo os seus anos de luta, a cultura sempre esteve presente. Seja na marcha das Margaridas, seja no grito da terra. É com a luta e o suor que a gente mostra a luta pela terra. A Contag foi um pilar nessa luta pela cultura. Porque a gente quer

ficar no campo, mas ficar no campo com acesso, com política de cultura também. Nós é que temos as festas tradicionais de campo, dos santos. No mato grosso a gente tem a festa do Sarara e Cururu. Agradecer as pessoas da Contag. A companheira Lyvian que traz em sua trajetória essa experiência. E a gente vai para as ruas cantando, levantando bandeiras e elegendo Lula em 2026. E vamos juntos, porque a cultura no campo é resistência. Quantos companheiros e companheiros que estavam com depressão, se reergueram na música, na cultura. E vamos juntar forças. Por uma cultura forte e revolucionária.

Márcia Rolemberg (MinC): Muito obrigada, bom dia! Quero dizer da satisfação de estar aqui, cumprimentar toda a mesa. Cumprimentar a Evelaine que está aqui e que está lá no MinC, nossa representante aqui. Com a Margarete Menezes estamos avançando com a cultura como direito, a cultura vem do campo. Pelas culturas tradicionais, pelas culturas populares. Eu vim da roça, eu também me identifico com essa causa. O sentido da cultura como um direito cultura. E como a gente vem debatendo isso no ministério. A partir do Gilberto Gil, como a gente vem construindo isso. A viola de cocha, a salvaguarda. E todas as coisas que a gente vem debatendo no campo material. O que se fez no governo Gil, foi a política Cultura Viva, o que a gente chama de base comunitária. A questão do intercâmbio na cultura alimentar. O modo de viver dos povos tradicionais, teve oficinas essa semana. Reconstruindo a partir do Gil. A política nacional Aldir Blanc, descentralizando recurso para todos os estados. Esse recurso tem que estar na ponta. A primeira orientação é acompanhem a política, façam parte dos conselhos, se cadastrem como ponto de cultura. Ser reconhecido é a primeira porta de acesso. É possível ser uma biblioteca comunitária e ser um ponto de cultura, ser um espaço de memória e ser ponto de cultura. Os MoveCéus que estão indo para o campo levando cinema. Os pontos de cultura. A política de cultura faz uma amalgama, a gente tem parceria com a Palmares, o Ministério da saúde. A Lei Rouanet Nordeste saiu agora. Cultura tradicionais e populares são uma linha importante agora. O direito de existir, à memória, na miudeza das coisas está o imenso. A cultura também é um campo de narrativa, de crítica, de leitura do mundo. A gente não tem o ODS do mundo, mas a

gente tem a cultura. Eu estou à disposição, Secretário, a construir. Vamos adaptar a Aldir Blanc para a população do campo. Parabéns aos movimentos que levam esse país adiante.

Ceres (MST): Eu estou emocionada desde a chegada, porque a cultura tem essa função de lembrar que a gente é gente. Quero saudar todas as pessoas presentes, os povos das águas, do campo e da floresta. Saudar a presença de cada um e cada uma, são vocês que fazem arte no dia a dia. Quero em nome do MST saudar o início do Seminário Nacional Arte e Cultura do Campo! Este Seminário não é apenas um encontro, é a celebração viva da riqueza, da resiliência e da importância das manifestações artísticas e culturais que florescem em cada canto do nosso imenso e profundo país.

Nesse momento, é fundamental reconhecer e saudar a presença de cada um de vocês, que são verdadeiros protagonistas e guardiões da cultura do campo. São vocês sujeitos da arte, da história, da memória camponesa, que na lida diária com vozes que ecoam histórias ancestrais e com os corações pulsando no ritmo da terra, que mantém viva a chama da nossa identidade. Cada expressão da nossa cultura, da nossa arte, da nossa resistência e dos nossos sonhos, personalizando em cada artista, cada música, cada dançarino, cada contador de causos, cada cozinheiro e cozinheira da terra, cada poeta e cada benzedeira carrega em si o universo de saberes e fazeres que moldam a alma e a cultura do campo.

A cultura popular do campo é a expressão pura de um povo que, apesar dos desafios, persiste em celebrar a vida, o trabalho e a comunidade. Ela se manifesta na melodia dos instrumentos, nas danças, nos sabores, nas belezas e nas sabedorias. É o elo que nos conecta com nossas raízes, com a história dos nossos antepassados e com a promessa de um futuro mais justo e libertador.

Que este seminário Nacional de Arte e cultura seja um espaço de diálogo fértil, de trocas enriquecedoras e de fortalecimento de redes. Que possamos, juntos, debater políticas públicas que garantam o acesso, a valorização e a difusão da cultura no campo. Que nossas vozes sejam ouvidas e atendidas. Que este encontro inspire novas gerações e massifique uma cultura popular do campo, no campo e

para o campo. Desejo um excelente Seminário! E lutemos por um mundo justo, onde todos e todas façam e promovam arte e cultura.

Márcia Rollemberg (MinC): Escutatórias de construções de políticas tradicionais e populares. Inclusive para comércio e para negócio. Então a gente pode fazer uma escutatória exclusiva para vocês. Está saído bolsas para mestres e mestras. Essas bolsas ligadas aos pontos de cultura, vocês podem ter um mestre trabalhando, com o mesmo valor do CNPQ. Por isso é muito importante que vocês acessem as políticas de cultura.

Moises Savian (Secretário MDA): Bom dia a todas as pessoas presentes no seminário. Estou a dois anos presente no ministério e queria dizer que é a primeira vez que estou em uma mesa com tantas mulheres. Saudar todas vocês e as pessoas presentes. Dizer que esse Seminário está sendo pensado a muito tempo. A Evelaine está trazendo esse debate a muito tempo. Pelo MDA, pelo Incra. Vocês ouviram né, na mística, eu vim para cobrar, deixaram claro. Esse é o nosso time, que vem sonhando. Manejo sustentável de equipe. Dizer que esse seminário é muito sonhado, porque depois do golpe da presidente Dilma, foi uma luta muito grande, foi um golpe a toda a esquerda. Nesse processo de reconstrução do MDA, nós conseguimos estruturar mais ou menos as políticas, o crédito. Mas sabemos que é insuficiente. Tem um debate aqui no seminário, campo como lugar de campo ou de trabalho? Pra mim é lugar de vida. Esse momento tem sido sonhado, mas está dentro de um processo. Nós não queremos chegar ao final do governo Lula sem uma proposta de uma política. Nós já viemos dialogando sobre um apoio entre os ministérios, do MDA ao MinC e vice-versa. Por que a sucessão rural não pode ter uma linha de cultura? Aos poucos a gente diz aqui o que a gente vem sonhando. Esse seminário é um momento importante, mas vai ter a conferência, e esperamos a cultura lá para a gente pautar o ministério. Como diz o bispo: “Política e feijão, só se cozinha na pressão” a gente tá feliz de receber vocês aqui no Incra. Aprovar um documento final que possa apresentar para aprovar ao MinC, Incra e MDA para construir e aprovar esse documento. Nós sabemos que podemos contar com vocês,

porque sempre estivemos juntos, quando a democracia esteve ameaçada. E sempre resistimos a muita coisa, e estamos resistindo ao inominável.

6 – MESA: ACÚMULO HISTÓRICO E ESTRATÉGICO DE ARTE E CULTURA DA REFORMA AGRÁRIA

Mediadora: Evelaine Martinez Brennand

Evelaine apresenta Rafael Villas Bôas: Fez a formação de teatro do Oprimido com o nosso saudoso Augusto Boal, no processo de construção da Brigada Nacional de Teatro do MST Patativa do Assaré. Vêm dessa luta e nesse trabalho de pesquisa, de organização do acervo sobre a questão da cultura do MST e depois da universidade com o trabalho com a formação de educadores do campo. Hoje ele é vice-coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo, do campus de Planaltina da UnB. Então hoje ele avança para o trabalho na questão quilombola, na questão indígena e a questão do campo, dos assentamentos e agricultura familiar. Bem vindo, Rafael!

Rafael Litvin Villas Bôas (Professor da Licenciatura em Educação do Campo da UnB, vice-coordenador do curso, coordenador do grupo de pesquisa Terra em Cena e integrante do programa de pós-graduação em Artes Cênicas da Universidade de Brasília):

Bom dia a todas e a todos! Uma alegria muito grande estarmos aqui hoje reunidos, alguns de nós trabalhamos junto há cerca de 25 anos, por exemplo, com Evelaine, Edgar, Ana Chã, etc. Alegria estar aqui com os movimentos sociais do campo, com a CONTAG, com essa nova Secretaria de Arte e Cultura do INCRA, que está se fortalecendo rapidamente.

Parabéns, Clarice, pelo trabalho que está em desenvolvimento com a equipe do PRONERA, resistente, resiliente. Resistiram à duras custas a muita coisa e acabaram de realizar um encontro de 27 anos do PRONERA. Muito importante esse momento.

Eu participo do grupo da comissão que colaborou aqui para pensar esse seminário, pessoal. Então, organizei uma fala que tem dois tempos.

Na primeira parte vou abordar o que existiu no campo e na cultura brasileira na década de 1960 e se perdeu, e como se perdeu. E, numa segunda parte, abordarei como isso volta no início dos anos 2000, e como, paradoxalmente, redes que foram se construindo no início dos anos 2000 também foram se perdendo. Estamos atualmente em um momento limiar, de tentar recuperar, de tentar reativar, não só a memória, mas a ação da construção de parcerias muito importantes.

Então eu vejo aqui coordenadores de grupos, professores universitários, artistas de música, teatro, cinema, artes plásticas, literatura. Embora não sejamos um grupo, em termos quantitativo, significativo, ele é em termos de representação nacional forte e esse seminário tem um potencial de ter um impacto no debate e nas providências futuras.

Estamos no último ano e meio de governo, temos que nos preocupar, portanto, em ter algum nível de incidência crítica no que nós precisamos construir de política nacional de cultura para o campo. Política popular para o campo. Enfim, a mesa pretende abordar o acúmulo histórico e estratégico da arte e cultura da reforma agrária.

Eu queria mencionar que, na UnB, eu coordeno um grupo de pesquisa, que tem muita gente aqui desse grupo, levanta a mão, por favor, pessoal do Terra em Cena, são professoras, professores, pesquisadores, militantes, artistas, educadoras do campo, professoras Eliene Novaes e Kelci Pereira (LEdC/UnB), professora Carina Guimarães (UFSJ), Viviane Cristina, Simone Menezes, Agostinho Reis, Julie Wetzel, Fernanda Rosas... Alguns estão pesquisando exatamente esses temas. Então, na verdade, isso é uma análise que vem, em grande parte, do Coletivo de Cultura e outra parte do trabalho desse grupo de pesquisa e extensão da UnB.

Demora muito tempo para a gente recompor a experiência histórica.

Para o início da conversa, quero mencionar uma reflexão do cara que criou o Festival de Cinema Brasileiro aqui de Brasília, o Paulo Emílio Salles Gomes, grande crítico de cinema, que foi professor da UnB, ele dizia:

Na longa história da pseudo-democracia brasileira os fazendeiros, os industriais, os comerciantes, os banqueiros já falaram muito.

A classe média e o trabalhador urbano já disseram algumas palavras.

O trabalhador rural é a grande voz muda na história brasileira.

Isso ele falou em 1945. A pouco tempo antes, o romance “Vidas Secas” foi publicado, o romance regionalista estava colocando a questão do subdesenvolvimento, Portinari estava pintando seus quadros, Di Cavalcanti...

O debate sobre a questão agrária estava deixando de ser um debate secundário, pano de fundo, para começar a aparecer como contraprova da imagem de progresso do Brasil, que era vendida oficialmente e pela elite nacional. Esse Brasil, promessa do futuro, nação miscigenada, o subdesenvolvimento e as marcas, as chagas da escravidão e do colonialismo, naquele período estavam começando a aparecer.

E, na década de 1960, a gente tem uma referência muito grande de um grau de articulação entre organizações. Eu cito aqui, desde a década de 1950, a campanha do “Petróleo é Nosso” com a UNE, as caravanas da UNE envolveram o Centro Popular de Cultura, os movimentos de cultura popular e educação popular no Nordeste, como o MCP lá em Recife, em Pernambuco, que depois se espalha para outros estados, as ligas camponesas, era um processo que lutavam juntos como uma plataforma contra o imperialismo, contra o latifúndio, contra essas marcas da colonização e da escravidão que estavam ali atrás, né?

A abolição aconteceu em 1888, então não tinha nem um século, ainda. Esse processo foi muito forte e essa expressão “Reformas de Bases” ali amalgamava

todo um esforço coletivo de luta, uma plataforma que a gente nunca mais conseguiu reconstituir igual.

Tem uma tentativa no fim da ditadura, vou falar dela, que foi um bloco histórico incluído, um conjunto de forças que se articulavam e que teve na cultura uma expressão muito forte, uma expressão muito intensa. O objetivo desse retrospecto é dizer o seguinte, a gente não está discutindo cultura popular de forma isolada. A gente não está discutindo cultura popular como folclore. A gente não está discutindo uma coisa estanque no tempo que tem que ser preservada para foto. A gente não está discutindo uma tradição imune às mudanças do tempo. A gente está discutindo a necessidade de sobrevivência no campo com qualidade de vida, com direito de preservação à memória, mas com direito de fazer o que quiser. Com direito de fazer cinema, fazer teatro, fazer ópera se quiser, fazer artes plásticas, fazer artesanato. A gente tem direito a tudo, porque a tendência da política pública é nos isolar. Ou invisibiliza a cultura popular do campo, ou engessa, estigmatiza e tipifica.

Nós somos os típicos, nós somos os folclóricos, que ilustram a festa, ilustram os espaços. Não é o que aconteceu aqui. Por exemplo, o Volmir que acabou de se apresentar com a viola é também um importante articulador da Associação Nacional dos Violeiros. Então são artistas que também são militantes de um processo. De antemão, acho que é importante a gente demarcar que o nosso debate tem a ver com a articulação entre cultura popular, comunicação popular e educação popular. E isso só faz sentido para a gente se a gente estiver discutindo poder popular.

Porque se não for isso, pessoal, a gente para aqui. Eu me apresento como artista, eu também sou ator, mas não é nessa condição específica apenas, somos trabalhadores, trabalhamos com arte e cultura, a gente tá aqui porque a gente quer discutir poder. A gente quer discutir participação social. A gente quer discutir democracia radical.

Se não for isso, não tem pra quê. E esse era o objetivo daquele momento histórico da década de 1960, antes do golpe que iniciou a ditadura que durou 21 anos.

Pra vocês terem uma ideia de como eram complexas as propostas forjadas naquele período, o teatro era visto como meio de comunicação. A UnB, quando foi criada, antes de ser destruída pela ditadura, era tudo junto. Cinema, teatro, comunicação, arquitetura. Aí vem a ditadura e destrói essa proposta, era o projeto de reforma universitária da UNB, onde eu sou professor e vários aqui. O filme “Barra 68”, do Vladimir de Carvalho, cineasta e professor faz pouco tempo falecido, conta essa história. Aí corta e separa tudo. Aí vai arte pra um lado, comunicação pro outro lado. E essas separações são trágicas para um processo de produção de bens simbólicos do país, para a questão da soberania nacional. A gente não consegue recuperar isso rápido. Um exemplo só: a peça “Mutirão em Novo Sol” que foi produzida pelo Augusto Boal e Nelson Xavier em 1961, mais ou menos, só foi encontrada lá pelos anos 2006, 2007, quando eu procurei a peça em minha pesquisa de doutorado, com apoio do Augusto Boal, e a encontrei em cópia manual e datilografada, com Nelson Xavier, e o material só foi publicado em 2015, por um esforço do grupo Laboratório Investigação Teatro e Sociedade, coordenado pelo professor Sérgio de Carvalho, professor da USP, que está aqui no seminário, diretor da Companhia do Latão. Olha o tempo! De 1961 até 2015, essa peça não estava disponível.

Então, nós encontramos, e começamos a trabalhar com essa peça antes dela ser publicada. Mas olha a marca do tempo. E por que essa peça é importante? É a primeira peça em que a questão agrária, em que a luta camponesa aparece em primeiro plano. É protagonista, não é secundária. Era super importante que os movimentos camponeses, a Contag tivessem conhecimento dessa peça. Mas a obra sumiu. As pessoas foram presas, torturadas, mortas. Ela estava entre os papéis do Nelson Xavier, amarelado, já. E ninguém vê o valor nisso.

Quem que vai ver o valor nessas relíquias? Os movimentos sociais, os sujeitos coletivos, né?

Olha aí a força do ABC do Camponês (Rafael pede para que Luciano faça a leitura do texto projetado).

O ABC do Camponês, de Francisco Julião.

Os estudantes querem a reforma agrária, pois só assim o ensino será gratuito para todos. E a dona de casa, que não sabe o que fazer para alimentar ao invés de botar o filho na escola. E os professores, que são explorados como os camponeses. E os médicos e enfermeiros, porque estão com os hospitais entupidos de camponeses com a pele pegada no osso por causa da fome, que é a mãe de quase todas as doenças. E os advogados, e os engenheiros, e os escritores que não podem viver de seus livros porque há milhões de camponeses analfabetos. E os jornalistas e tipógrafos sacrificados como os escritores, explorados, espancados e até assassinados como os camponeses. e os juízes e promotores que não se dobram aos potentados e coronéis, que não vendem sentenças nem pareceres, que não negociam a sua promoção. Os funcionários públicos também querem a reforma agrária, sobretudo os modestos, que não aguentam mais a carestia da vida porque há milhões de brasileiros na tanga e no cambão. Até os soldados de polícia, que no seu atraso ainda perseguem, prendem e espancam camponeses que querem a reforma agrária, pois são filhos e irmãos de camponeses, mais desgraçados ainda do que eles, porque não tem ainda sequer o direito a votar. A grande maioria da nação que é a reforma agrária, porque a reforma agrária é a salvação do Brasil, é a libertação do camponês, é o sertanejo sem deixar nunca mais a sua terra, é a morte do latifúndio, é o fim do coronelismo, do eleitor de cabresto, do pau de arara, do atraso, da fome e da miséria.

Obrigado Luciano, que é dirigente da Brigada de Teatro Patativa da Assaré também, lá de São Paulo, que divide comigo essa tarefa. E vejam, esse texto é do Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas, um advogado, que era também poeta, que era também romancista. E ele traduz um pouco a centralidade que a reforma agrária tinha dentro do conjunto das reformas de base.

No documentário “O Dia que durou 21 Anos”, sobre o golpe de 1964 e a sequente ditadura e sobre a ação dos Estados Unidos como um dos principais agentes no processo, os documentos da CIA, as falas do presidente americano com o embaixador brasileiro, indicam que o principal temor que eles tinham era da luta pela terra no nordeste brasileiro e da realização da reforma agrária no Brasil. Porque ela mudava todo o jogo estrutural de relações de poder que se estabelecia naquele momento.

Então é curioso que mesmo o Lula, em 2002, quando eleito, dizia que ia fazer a reforma agrária com uma canetada, e claro, que não sejamos ingênuos, a gente sabe das dificuldades do poder do agronegócio, mas é curioso como a reforma agrária foi saindo do campo central da compreensão da esquerda brasileira e da luta político-cultural brasileira, e foi virando algo tangencial, e dentro da reforma agrária, obviamente, a questão cultural.

Olha as cartilhas do MCP, um povo sem cultura é um povo pobre, povo pobre, país fraco, enfim. E eu queria só parar ali no filme Cabra Marcado pra Morrer. Pra mostrar o seguinte, esse filme, ele já é um indício de que o movimento camponês, ele quer manter, ele quer preservar suas tradições, ele quer preservar as folias, ele quer preservar Congada, Reisado, Jongo, Cavalo Marinho, mas ele quer fazer outras coisas também, junto com isso. Por exemplo, cinema.

Esse momento histórico, essa companheira centenária nossa, que até hoje é uma combatente, Elisabeth Teixeira, ela era viúva, e faz a personagem da viúva, contando a história da morte do marido e da resistência das Ligas, e aí o filme na chave ficcional é interrompido, e é recuperado em 1984, na chave documental, pelo Eduardo Coutinho, e é finalizado, e eu acho que é o maior, pra mim, o maior documentário da história do cinema brasileiro.

Mas o que indica? O único camponês letrado era assistente de direção. O único que não era analfabeto, estava ocupando um papel de aprendiz para aprender a fazer cinema. A história não tinha um texto pronto que era entregue para os camponeses. Eles improvisavam com base na experiência deles.

Então era essa experiência vigorosíssima de articulação entre cultura popular, comunicação popular, que visava poder popular, que foi interrompida. E eu acho que o “Cabra Marcado pra Morrer” é emblemático em relação a isso.

Porque em muitos momentos quando a gente fala, vamos fazer cinema, até mesmo no nosso segmento artístico, o pessoal fala, não, cinema? Vocês não estão conseguindo nem bolsa pra agente cultural e querem fazer cinema, sabe quanto é o preço de uma câmera de cinema? Como se não fosse uma coisa que o movimento camponês tivesse direito a fazer. É barato hoje, né? Se a Contag quiser fazer cinema e comprar um parque de equipamentos pra fazer, não é uma coisa difícil pra

fazer. Dá pra fazer. O problema é que, na compreensão da política pública, nem tem recurso pra isso. Não tem desenho na política pública para que os movimentos se equipem, produzam, formem, circulem, articulem.

Então a gente está invisibilizado na política pública. E fechando essa parte dos anos 1960, então, para a gente ir para os anos 2000, que é o momento que nos pega. Naquele momento, o golpe foi muito cirúrgico, porque ele rompeu as relações entre o segmento artístico, e aqui tem muitos artistas aqui, intelectuais, com camponeses, com operários, esse foi o golpe de 64.

O de 1968 foi um acirramento, mas o estrutural, o cirúrgico, o fatal, aquele que rompeu as articulações, foi o golpe de 64. Quem foi destruído? A UNE, quem foi destruído? O MCP, as Ligas Camponesas, é esse pessoal que se ferrou. Eram aqueles que estavam lutando em primeiro plano. Depois, obviamente, quem continuou resistindo numa perspectiva crítica, também foi perseguido. E com todas as dores e traumas e exílio e tortura. Mas o momento estrutural da derrota é o golpe de 1964. O golpe de 64 é uma ferramenta, é um aprofundamento.

Então, essas organizações foram todas elas destruídas, o prédio da UNE foi queimado, os dirigentes das Ligas foram presos, mortos, torturados. E a reforma agrária obviamente foi impedida junto com as reformas de base e nasce uma outra coisa que Ana Chã vai explorar na sua fala, quer dizer, esse grande monopólio midiático, a Globo agora tá comemorando 100 anos, né? Não é cem anos da televisão, é cem do rádio e do jornal, sei lá o quê. O conjunto é 100, mas a televisão nasce um ano depois do golpe, nasce em 1965. Então o que pesquisamos é que neste momento há uma tríade, que é a relação entre Indústria Cultura, a Ditadura e a Revolução Verde.

Bom, como é que a gente renasce de tudo isso? Vai pra clandestinidade, sobrevive, é exilado, enfim, conta as coisas oralmente, repassa, transmite a experiência. Tem o papel das comunidades eclesiás de base, dos grupos que trabalham com teatro popular nas periferias, tem a teologia da libertação... O fato é que lá, no fim da década de 1970, renasce...

Devo fazer um aparte aqui: a Contag não tá aqui, nesse mapa exposto das organizações que surgem nesse período, porque ela nasce em 1963, então ela já

existia. Mas quem que nasce aqui, pessoal? O Movimento Negro Unificado, em 1978, o PT em 1980, a CUT em 1983, o MST em 1984. Aí renasce um bloco histórico, antes mesmo da ditadura ser implodida.

E é esse bloco histórico que é o nosso, até hoje, não é outro. Com sua força e seu limite, é esse bloco que foi responsável por quase ganhar eleições no fim da década de 1990 e por ganhar quase todas as eleições do século XXI no Brasil pra presidente. Olha que maluco, a gente só perdeu uma. Uma depois do golpe, do impeachment que vem o Bolsonaro. Mas todas as outras, 2002, 2006, 2010, 2014, 2022 a gente ganhou. Olhando assim, falando assim, parece até triunfante (rs).

Então, por que que estamos dessa forma? Por que que vocês tão discutindo isso aqui? Já era batalha lá, né? É porque teve golpe no meio, porque nossa direita é venal, porque o agronegócio soube entrar no governo, porque nossos governos foram disputados por dentro, por um governo de conciliação.

Eu vou dar um exemplo agora, mas vou ser breve, porque tem um protagonista dessa história que vive grande parte da sua vida que vai falar depois de mim, que é o Edgar Kolling, mas só pra vocês terem uma ideia de como que essas organizações do campo, cresceram, se espalharam pelo Brasil todo. (mostra mapa com atuação do MST por estados). Então, são 23 estados mais o DF, essa organização está presente, uma das maiores organizações populares do Brasil, da América Latina, do mundo, e que tem o debate cultural super posicionado.

Quem tem dúvida disso, as imagens vão mostrar, mas depois venham aqui pra frente (mostra os materiais que compõem a ornamentação do espaço) e vejam as coisas de várias organizações e vocês vão ver como é que esse debate está posicionado pelas linguagens artísticas, está posicionado como concepção, está posicionado no ataque ao inimigo, no livro da Ana Chã, “Indústria Cultural e Agronegócio”, é uma linha de pesquisa que surge, não das universidades, surge do debate nosso, no movimento social, nos cursos de formação, nas reuniões das instâncias diretivas, na avaliação da conjuntura, no planejamento estratégico.

E isso surge, eu trouxe aqui o original, esse que está aí na capa, é uma reedição. Já em 1985, uma pesquisadora, a Roseli Caldarte, que depois fica conhecida como a autora de “Pedagogia do Movimento Sem Terra”, ela percebe, a

dissertação de mestrado dela, “Sem Terra com Poesia”, que esse movimento era muito diferente. Tinha algo no movimento camponês brasileiro que estava renascendo depois da ditadura que era muito diferente. E esse diferente era isso. Era um movimento que colocava no eixo, na sua centralidade, as funções pedagógica, formativa, organizativa, de entretenimento, de identidade, de luta da cultura.

Pessoal, pra quem tá acostumado a entender cultura como mercadoria, que é o que acontece em grande parte, Lei Rouanet não é nada mais nada menos do que isso. Olha a quantidade, olha a complexidade. Então já daqui eu problematizo uma coisa para o final da fala, que é assim, como tudo isso sumiu do debate das políticas públicas e dizem hoje que nós estamos contemplados em outras dimensões? Como todo esse acúmulo de décadas desapareceu, evaporou no governo Lula 3? Porque no governo Lula 1, Lula 2 isso estava presente, isso era reconhecido. Como é que isso evanesceu, evaporou?

Como é que a gente pode, depois de um golpe, depois de um governo de extrema direita, não ser capaz de recuperar a memória de experiências tão centrais, tão vigorosas, e que demoraram décadas para serem construídas? A gente tem responsabilidade por isso. As organizações têm responsabilidade.

E aqui eu estou dando o exemplo de uma organização, mas eu estou falando no conjunto, eu estou falando aqui metaforicamente. Estou pegando uma porque é concreta e a gente tem os dados.

O que? Falta. A quantidade de coisas. Vou começar pela contagem.

Marcha das Margaridas. Marcha das Margaridas é uma coisa que já faz parte do calendário de lutas de Brasília. Já é esperado. É tão grande, né? Tem 150 mil mulheres. Vamos falar nos termos dos burocráticos. Isso aqui é tecnologia social.

Marchas, associações criadas, específicas como a dos violeiros, concursos de desenho e arte, gravação de CD, produção de livro. Se isso não é um movimento social-cultural também, eu não sei o que é. Mas como é que isso não é reconhecido? Como é que isso se apagou na cabeça dos gestores da cultura brasileira? O pessoal fala assim, não, mas isso aí tá contemplado na luta tal. Eu não vou citar lutas pra não ficar parecendo que há qualquer nível de antagonismo com outras lutas,

igualmente relevantes. A gente tem que lutar por todas elas. Num país rico, com esse dinheiro do PIB que a gente tem aí, não é possível que não tenha recurso pra produção cultural brasileira, pra todo mundo, né? Não se trata de entrar em disputa interna.

(Apresenta o slide com fotos da 2ª Feira Nacional da Reforma Agrária em São Paulo, em 2017.) Aqui é uma sessão meio nostálgica, mas só pra gente recuperar isso dos anos 2000 pra cá. Esse cara, grande ator e gestor cultural, Sérgio Mamberti, ele foi secretário da Secretaria de Diversidade e Identidade Cultural. Ele foi um dos principais nomes da cultura no governo Lula 1, Gilberto Gil, da rede cultural da terra. Ele foi um dos mentores, junto com o Célio Turino e com os movimentos sociais da via campesina naquele momento. Aqui nesta foto ele está na feira da reforma agrária, ali não dá pra ver direito, mas está o Pepe Mojica ali embaixo, junto com João Pedro Stedile, com o Minerin, o primeiro quadro dirigente do Coletivo de Cultura do MST, enfim. O primeiro escalão do Ministério da Cultura estava envolvido diretamente no processo, para fazer com que esse movimento cultural dos movimentos sociais se movimentasse, ganhasse força e se espalhasse de novo pelo país. Isso hoje em dia não está colocado. Pode até ter o desenho da elaboração da ideia, da proposta, mas isso não está colocado.

(Apresentação de um muro de prédio pintado pelo MST em Belo Horizonte) Olha, a produção cultural do campo, ela chega na cidade. Aqui é uma Empena, um painel pintado num prédio lá em Belo Horizonte, num festival chamado Cura, estava envolvida a Brigada Cândido Portinari, de artes visuais do MST.

Ali, uma escola de artes, foi falado aqui pela secretária Márcia Rollenberg sobre as escolas de artes, há várias nos Estados, ali a escola de Minas Gerais, de Belo Horizonte, que teve a participação do João das Neves, que foi um cara importante no CPC, da Titâne, uma cantora e compositora importante.

(Apresentação da imagem do grupo de militantes que teve formação com Augusto Boal). Aqui é a Brigada Patativa do Assaré, de Teatro do MST com Augusto Boal, com gente do Brasil inteiro, que se espalhou e formou cerca de 40 grupos nos espaços da reforma agrária.

Aqui é o Teatro Municipal de São Paulo, a Ópera Café, que teve a participação de militantes do MST, o Sérgio de Carvalho participa na direção. Pra dizer o seguinte, os movimentos camponeses nunca foram puristas, os movimentos camponeses nunca foram assim, “só a gente pra gente, por nós, só nós”, típico. A gente sempre fez parceria com todo mundo. Todo mundo que se aproximasse sempre tem espaço aberto pra troca, na música, nas artes plásticas, no teatro, no cinema. Isso sempre fortaleceu a luta na relação campo-cidade, que é estratégica. Isso também é um ponto fundamental pra esse seminário. A política de cultura do campo é uma política estratégica pro fortalecimento da relação campo-cidade, do debate sobre reforma agrária.

E aqui só, o Ana Chã vai abordar de tarde, olha contra o que a gente luta. A gente, com todo o nosso esforço, sem nenhum apoio, sem crédito como o agronegócio, luta contra instituições fiscais, contra uma estética, a gente luta contra a Bancada do Boi e da Bala no parlamento, contra poder político executivo, judiciário dos municípios e dos estados, a gente luta contra uma concepção, a gente luta contra um poder que teve que se erigir de maneira tão vigorosa e marqueteiramente, supostamente bem sucedido, que tá todo dia no Jornal Nacional, antes do Jornal, depois tem o vt da campanha “Agro é tec, a Agro é pop, a Agro é tudo”: cada dia é uma coisa, hoje é o algodão, hoje é o feijão, hoje é não sei o que.

Mas pra mostrar como eles dominam a narrativa do campo. E não podem deixar, eles sabem que eles têm um antagonista. Eles sabem que esse antagonista ainda disputa. Ainda disputa espaço. Mas obviamente não com as mesmas condições, não com a mesma capilaridade.

(Apresenta slide com cartaz de cinco novelas que tratam sobre a vida no campo) Não sei se vocês gostam de ver telenovela, mas nos últimos tempos o tanto que a gente incomoda pode ser medido pela maneira como o inimigo reage. Esse é um dos critérios de análise de correlação de força. Reparem, lá em 1996 é essa, “O Rei do Gado”. Os dois aqui, a duplinha de amor inverossímil, em que a sem-terra se apaixona pelo fazendeiro. Mas depois eles começam a reeditar a novela. Eles reeditam o Pantanal, reeditam Renascer, fazem Terra e Paixão. E o mundo é idílico no campo do Terra e Paixão, por exemplo. Até os pobres da novela tem

caminhonete Hilux, é um negócio inacreditável. Todo mundo anda de caminhonete traçada 4x4, todo mundo, não tem pobreza mais. Tem até um resquício de conflito no campo, do passado, em *flashback*. Mas tá tudo resolvido.

É como se o Brasil fosse uma espécie de Suécia no campo brasileiro, quer dizer, é essa tentativa sempre de diluição de conflitos, de contradições, e de dizer ó, se aqui tinha algum lugar pra MST, porque vamos lembrar que aqui foi o ano do massacre de Eldorado dos Carajás (1996), que aqui foi dois anos antes da construção do Pronera, que em 1997 teve a marcha, então se aqui, até a mídia tava tentando ver como é que ele dava com essa força que surgiu no Brasil, que chegou com 100 mil pessoas aqui em Brasília na marcha de 1997, agora não.

Agora é outro, ou é pau e bala contra os nossos movimentos lá no campo, ou é criminalização, como a todo tempo estão tentando fazer, ou é corte de recurso. E aí a gente vem pra cá pra cobrar, sem recurso, pra fazer coisas que a gente tem direito e que não tem espaço. E com método.

(Próximo slide com imagens do Globo Repórter) Esse é o Globo Repórter dessa sequência das últimas três semanas, quatro, passando pelo centro do Brasil e exaltando o agronegócio ali no meio da soja, por exemplo.

Não vou entrar nisso porque a Ana Chã vai pegar o quanto que os municípios gastam com os artistas do agronegócio, que esse aí inclusive, Gustavo Lima, é candidato a presidente do Brasil, olha a doideira. Olha com quem a gente tá lidando. O cara da indústria cultural, do agronegócio, se acha tão poderoso porque ganha tanta grana, que ele acha que ele pode se lançar candidato: “Agora eu tô sem fazer nada, não vou compor mais não, vou dar um tempo aqui, vou me candidatar a presidente. De repente eu ganho, né?”

E agora, por fim, uma sequência só de um exemplo concreto, que é o seguinte. Os governos, pessoal, a gente luta nessa luta desde o primeiro governo Lula e é impressionante como essa política de conciliação nos detona. Vou dar três breves exemplos. Primeiro, o Ministério da Cultura, em 2013, por exemplo, fez um projeto de formação de documentário para jovens do meio rural, para a Secretaria Nacional de Juventude. Fizemos lá as coisas na Universidade de Brasília, produzimos documentário, e depois? Quem circula isso? Aí a gente ia no Ministério

da Comunicação, quem estava lá? O Hélio Costa, o repórter do Globo, que foi colocado como ministro no governo Lula. Aí não tem conexão nenhuma.

Se você fomenta a produção de um lado e não consegue exibir do outro e não chega à população brasileira, você tá fingindo, tá deixando os movimentos felizes porque vão guardar um CDzinho, um DVDzinho com o seu vídeo, mas não tem mecanismo de produção e circulação que seja capaz de dar combate a essa lógica de padrão hegemônico de representação de realidade.

O outro, o próprio exemplo aqui, quer dizer, aí não está. No INCRA, a gente tá numa Secretaria de Arte e Cultura conseguindo fazer esse seminário de maneira vigorosa, mas pra sinalizar também pra outros setores, de outros ministérios, de outras áreas, que olha pessoal, o INCRA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tá tendo que se ocupar de cultura? Por que será? Porque talvez os outros não estejam.

E aí, onde não é feito, se a Clarice encampa aqui, se tem espaço aqui, a gente vai fazer por aqui. Essa luta, imagino que Edgar, Clarice e tantos outros vão falar depois, é a luta do PRONERA também!

A mesma coisa aconteceu na Rede Nacional de Comunicação Pública. O governo fala assim, toda universidade que quiser vai ter rádio e TV. Legal. Aí a gente vai pro MEC e fala, e “cadê o dinheiro do MEC? Ah, não tem. Ué, então é o mesmo governo?” Vocês falam que vão dar outorga, mas cadê o dinheiro? Com que orçamento da universidade? É o mesmo governo. É esquizofrênico isso. Porque era o governo, ministro Juscelino da Comunicação (Partido União Brasil). Olha os ministros que o PT coloca na Comunicação. Olha como comunicação e cultura, que eram ligadas na década de 1960 (cultura popular, comunicação popular, poder popular...) nesses governos do século XXI, que a centro-esquerda conseguiu ganhar, é um caos absoluto da ausência de estratégia nessa área.

A gente tem exemplos bons para não fechar no pessimismo? Tem, quem estava aqui no encontro nacional do PRONERA de 27 anos viu a força, viu a resistência, viu a capilaridade. (Imagem de slide com mapa do Brasil e pontos onde há cursos do Pronera nos estados da federação). Pessoal, isso aqui é a quantidade de cursos que tem no Brasil, de regiões, de aglomerações de cursos onde o

PRONERA atuou ao longo desses 27 anos. Isso é soberania territorial, isso tem a ver com construção de poder, tem a ver com elevação do nível de consciência, tem a ver com fortalecimento dos vínculos entre universidade, institutos, movimentos, sindicatos rurais, isso é poderosíssimo, isso é de uma força, pra vocês terem uma ideia, quando a Clarice coordenou aqui o PRONERA, em 2013 e 2015, a gente teve um edital chamado Residência Agrária, eram 40 milhões de reais que a gente tinha para 35 cursos de especialização no Brasil que as universidades executavam em parceria com os movimentos sociais.

E dos 35 cursos, naquele momento, só cinco especializações em residência Agrária tinham a cultura como um dos eixos principais. Mas os que tiveram, lembro que a Silma estava envolvida lá, né Silma? Está com o pessoal lá no Ceará, Silma que desenvolve a experiência do Pacra, que é fantástico. O tanto que aquilo avançou, Clarice, as gerações de dirigentes que a gente formou, as gerações de militantes que a gente conseguiu fazer com aqueles cinco cursos dos 35 que tinham...

E pra gente não se esquecer, então, vou entrar em detalhe aqui, depois isso vai ser circulado, sobre... o porquê da cultura dos povos, a fixação, ocupação, protagonismo, estímulo pra formação, intercâmbio entre grupos. Só queria mostrar para os céticos ou céticas que a rede cultural da terra existiu, existe, ela não é de um movimento, ela é das forças territoriais e populares do campo.

(Passam os slides com exemplos de experiências culturais e artísticas em território da reforma agrária) Aqui era em um encontro nacional da associação de violeiros, inclusive, lá em Ribeirão Preto, em um centro de formação do MST. Boneco gigante, violeiro tocando. Aí eram ações formativas, música. Ações de teatro, Bumba Meu Boi, ações de teatro épico em congresso, ações com boneco gigante da região amazônica, o Augusto Boal dando aula. Ações de cinema na Terra, criação da Brigada Audiovisual Eduardo Coutinho. Produções de painéis, murais, ornamentações e toda parte de artes visuais, super desenvolvida.

A parte de identidade cultural, a preservação de tradições. Aqui tem as linhas da Rede Cultural da Terra daquele momento.

Só para o final agora. Olha aonde a gente ia, na Feira do Rolo da Ceilândia, Agostinho lutando boxe como camponês contra o agronegócio, lá na década de 2005, 2006. Aqui a gente no Congresso Nacional, cobrando na Marcha Nacional pela Reforma Agrária, com 12 mil, fazendo uma ação cênica, a farsa da justiça burguesa.

Aqui a gente, na teia Bienal de São Paulo, no encontro dos pontos de cultura, a gente com 270, a rede cultural da terra, 270. E olha quem estava na frente, passo próximo, o Sérgio Mamberti, coordenando a mística, o secretário da Secretaria de Diversidade, puxando os 270 num cortejo, descendo os corredores da Bienal. Essa era a força. Essa era a força que a gente tinha naquele momento.

E por fim é isso, então a gente tá falando de formação, de produção, de circulação, de preservação, de acervo memória, de equipamento e estrutura física, de socialização dos meios de produção, de cultura em movimento, não é cultura estante, não é cultura pra foto, não é cultura pra quando vai um político no interior tirar foto com uma manifestação cultural. É cultura de combate, é cultura de contestação, como foi dito na mística, como é Ana Emilia? Revolução cultural é cultura revolucionária.

Então que esse seminário, pessoal, possa nos reavivar, nos lembrar que muita coisa foi feita e se ela não tá na política pública e na memória coletiva ela não existe. E se a gente não conseguiu mudar o início, que a gente mude o fim.

Edgar Kolling (MST) – Texto da fala entregue pelo autor

Introdução

A cultura tem uma base material necessária, apontada na própria origem do termo. Como o estudioso Alfredo Bosi, nos ajudou a entender pela sua obra *A Dialética da Colonização* e na participação que teve nos debates do I Seminário Nacional “O MST e a cultura” de 1998, a palavra cultura, em sua origem latina, vem de *colo*, e quer dizer “eu moro, eu ocupo a terra, e, por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo”. Daí “*agri-cultura*”, o cultivo da terra, que também vai cultivando a

natureza humana de quem o faz – ideia tão bem captada pelo nosso poeta Zé Pinto, “a gente cultiva ela e ela cultiva a gente”.

Na base da cultura estão *experiências humanas fundamentais ou práticas sociais reais* de *luta* pela vida, enquanto ser da natureza e enquanto ser social; e de *trabalho*, no seu sentido ontológico de atividade humana criativa, própria de qualquer sociedade, e na forma histórica em que se realiza sob determinadas relações sociais de produção. Cada forma histórica de trabalho produz um determinado modo de viver e de conceber as várias dimensões da vida. E, portanto, não há transformações culturais sem experiências práticas que as provoquem ou exijam.

A cultura, então, não é o ato em si de trabalhar e de lutar e sim a conexão entre o ato e como o ser humano interpreta (sente, descreve, significa, simboliza, comprehende, concebe...) e comunica este ato. E ao fazê-lo sistematicamente, interioriza este fazer e passa a entender o que ele é e como pode ser diferente (dimensão da crítica da prática). E vai transmitindo essa construção como herança.

Há *múltiplas formas de interpretar/significar e comunicar as experiências humanas* (expressões culturais). Algumas mais diretamente ou imediatamente vinculadas à cultura material, como um comportamento ou um hábito de cultura alimentar, por exemplo, ou mais abstratas (mais mediadas), como o conhecimento científico ou mais ainda a arte. Estas formas, inclusive as mais simbólicas, se produziram originariamente na história da humanidade junto com o trabalho (não são fase posterior de “evolução”), dentro dele – pinturas e desenhos que se encontram hoje nas cavernas dos primeiros seres considerados humanos mostram que desenhar (registrar, comunicar) o que faziam (o que caçavam, pescavam) integrava sua atividade de reprodução material da existência. A separação estanque entre arte e trabalho é própria das relações sociais capitalistas.

I – A luta pela reforma agrária se faz cultura

O ser social determina a consciência. A consciência é a linguagem da vida real. Karl Marx

1. Camponeses e camponesas sobreviveram/sobrevivem porque lutam. São por natureza e condição combativos. A luta pela terra feita pela diversidade dos povos camponeses é tão antiga quanto a propriedade privada que cercou a terra. A marca da luta compõe o modo de vida camponês que atravessa a história e é a matriz fundamental de construção da Reforma Agrária. A retomada das ocupações de terra no final da década de 1970 teve a contribuição da Lei – o Estatuto da Terra que afirmava a função social da terra, e da Bíblia, a cruz, o sagrado, Terra de Deus, Terra de irmãos. A vida acima da propriedade. E as pessoas concretas que fizeram e fazem as ocupações trazem junto suas memórias, suas vivências, suas visões de mundo e heranças culturais.
2. As diferentes formas de luta pela terra, pela reforma agrária, principalmente as **ocupações de terra, as marchas e outras mobilizações** são ações feitas com muitos símbolos. No começo a lona preta, a cruz, o chapéu de palha e aos poucos, a bandeira, o hino, o boné e tantos outros. A música e a poética Sem Terra, camponesa. A forma de organizar os acampamentos, as marchas organizadas em fileiras, com muito colorido, vão se constituindo em traços de identidade. Práticas formam muito mais aceleradamente do que palavras, discussões. Mas práticas não se tornam consciência, visão de mundo, cultura, se não forem significadas, refletidas, interpretadas, comunicadas.
3. Os **acampamentos** como um espaço educador coletivo que forma a consciência social. Uma escola de participação organizativa e política. O acampamento como “nosso quilombo”, lugar de acolhida de centenas de pessoas pobres, à margem e excluídas dos direitos básicos, da classe trabalhadora, com participação de toda a família, diferentes gerações e o aprendizado do respeito à diversidade construindo a unidade na luta. Acampamento como escola de arte

a céu aberto. Espaço de cantorias, repentes, declamações, poesias, contação de histórias, celebrações, exercício de liberdade e libertação de tantos tabus e preconceitos.

4. O **método de organização** que fomos criando, na teoria e na prática de construção de um movimento popular vai se constituindo como **cultura organizativa e política**. Método que inclui trabalho de base, auto-organização coletiva, autossustentação da luta, método democrático de direção, estudo e formação política. A organização permite que milhares de pessoas participem, sejam protagonistas. Unidade na linha política e diversidade nas ações, considerando as circunstâncias materiais e as características culturais de cada local.
5. O **assentamento** como lugar do reencontro de trabalhadoras e trabalhadores com a terra mãe, antes expropriada e agora socialmente apropriada e cultivada. Espaço de vida, de produção e cooperação, da agroecologia, da educação, cultura, esporte, lazer; de moradia, de culinária; do exercício de novas relações humanas e respeito à diversidade; do cultivo de valores e disputa de projeto de sociedade. Bosi destacava esse reencontro dos sem-terra com a terra como uma força potencial para realizar o *enraizamento projetivo, raiz e projeto*. Materialidade que se faz cultura, pelas possibilidades de construção:
 - De uma *relação orgânica com a natureza*. Pelo tipo de trabalho (agricultura) e o modo de realizá-lo. Pelas vivências sociais de todas as gerações mais próximas às condições naturais que forma um jeito de ser humano. Relação com a noção de tempo: diferença do tempo próprio aos ciclos da natureza e próprio à lógica da produção fabril;
 - De uma *lógica econômica centrada na produção de valores de uso feita por trabalho vivo* (detentor dos meios de produção), visando atender às

necessidades reais do ser humano e não daquelas “fabricadas” pela indústria cultural do consumo;

– De uma *vida comunitária*. As relações comunitárias são um dos traços mais destacados hoje sobre o modo de vida camponês exatamente pelo contraponto que representam ao individualismo absoluto que passou a predominar na “cultura capitalista”. Relações que entrelaçam bens comuns, produção familiar, às vezes produção coletiva; que podem manter tradições de poder, de relações de gênero e entre gerações a superar..., que possuem um universo simbólico vastíssimo que precisa ser compreendido, “conscientizado” para preservar ou transformar ou recriar com finalidades emancipatórias. Coletividade que se alarga em objetivos e conexões políticas pela participação em movimentos sociais populares.

6. Os **símbolos** como força e expressão de nossa unidade e de nossos valores. O respeito aos símbolos que conferem uma identidade coletiva e pertencimento à organização e à atuação da militância. Memória materializada em bandeiras, hinos, bonés, cartazes, gritos de ordem, gestos, partilhas.

7. A **Mística** que aprendemos dos que vieram antes e que construímos como parte de nossa identidade dando sentido à vida e pondo sentimento ao projeto político que abraçamos. Ela compõe nossa memória coletiva em suas diferentes formas, seu material e processo de criação nos diferentes momentos e espaços em que se realiza. A mística como espaço privilegiado de fusão de diferentes linguagens, de imaginação e criação estética, de construção coletiva e exercício/oficina prática de expressões artísticas, culturais.

8. O **culto aos nossos mortos** também são nossa memória e ajudam a contar nossa história. Como mártires da luta ou pessoas que dedicam sua vida para manter

viva nossa organização. E como disse alguém, nem nossos mortos estarão seguros se forem os inimigos a contar nossa história.

9. O **internacionalismo** como nossa marca de nascença e cultivo da luta para além de nós mesmos e das fronteiras de um estado, de um país. As relações que vamos construindo com os povos do mundo, os intercâmbios e práticas de solidariedade com a Palestina, Haiti, Cuba, Venezuela, e indignação contra as injustiças mostram o que somos e espelham nossos valores e o tamanho da luta de que fazemos parte.

10. A **poética** presente desde o começo de nossa organização. Poemas, canções e diferentes formas de escrevências que fazem o registro e o cultivo do que vivemos, sentimos, pensamos, em suas permanências e mudanças. Essa poética cultiva nossos sonhos e esperanças, anima e alimenta nossas consciências e a vontade de viver com luta, criação, beleza.

11. A **produção agroecológica de alimentos** que ajuda a reconstituir uma forma de trabalho humano que interage com a natureza, resgata a memória camponesa ancestral de relação com a terra e constrói relações sociais que confrontam a lógica capitalista de produção. As práticas realizadas no bojo do Plano Nacional “Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis” já vão integrando nossa memória coletiva de construção da Reforma Agrária Popular em nossas áreas e para além delas, se fazendo cultura.

II – Formação e produção cultural na construção da Reforma Agrária Popular

Nenhuma força social pode apresentar suas reivindicações como uma alternativa hegemônica sem também indicar, pelo menos em linhas gerais, a dimensão positiva e afirmativa de sua negação radical.

István Mészáros

Um segredo da força de nossas organizações: envolver, engajar milhares de camponeses, camponesas em vivências sociais que permitam experimentar o protagonismo coletivo em diferentes dimensões de luta e construção. A experiência da vida no Movimento é um processo de formação humana, que contém história, memória e cultura como dimensões que se interligam e dialogam entre si.

No MST, a partir de 1999 foi constituído um **coletivo de cultura**. Para pensar e planejar intencionalidades e ações mais efetivas de formação cultural de nossa militância, no trabalho de base e de diálogo com a sociedade. Foi um desdobre das discussões do 1º Seminário sobre cultura no MST realizado em 1998. Mais três seminários nacionais “O MST e a Cultura” fizemos até aqui.

Especialmente as formulações do projeto/programa de Reforma Agrária Popular e de práticas que ele sistematiza e orienta, elaboração consolidada a partir de 2014 e que vai sendo lapidada e atualizada desde lá, o trabalho com a cultura e em particular com as linguagens artísticas foi alavancado, em quantidade e diversidade de ações e dimensões.

Algumas intencionalidades que têm tomado força:

1. **Atividades de formação** que se realizam nos encontros, seminários, cursos, oficinas, reuniões, congressos, eventos, escolas. Atividades que têm permitido a mais gente estudar e discutir sobre: - como os mecanismos culturais de reprodução da lógica capitalista de agricultura têm incidido sobre nossas comunidades; - como certas ações e produções culturais têm ajudado, no contraponto, a consolidar traços de um modo de vida e de uma visão de mundo que fortalece e acelera a luta e construção da RAP.

2. A **estética dos espaços físicos** que vamos criando como nossas escolas e centros de formação, nossas cooperativas, agroindústrias, nossas áreas comunitárias, que se torna um elemento ao mesmo tempo material e simbólico do ambiente educativo para uma nova forma de relações entre as pessoas, no trabalho, com a natureza.
3. A **produção de materiais** como memória organizada pela elaboração de documentos, sínteses de nossos debates coletivos, forma de socialização de nossa produção artístico-cultural e registros que vão demarcando nossa caminhada coletiva de luta e construção. A produção de folhetos e cadernos de cantos, de cartazes; a gravação de fitas cassete, CDs; a publicação de cadernos, livros de poesia e obras de literatura etc.
4. **Práticas de cultivo da memória.** Essas práticas já são a memória da memória, ou seja, de como temos produzido e cultivado nossa memória coletiva. Elas nos inspiram e fortalecem nosso enraizamento projetivo. Iniciativas potentes como o acampamento pedagógico da juventude de Eldorado do Carajás que nos ensina porque massacres e martírios não podem ser esquecidos; iniciativas processuais de escrevivências ou a sistematização de experiências, assim como práticas do dia a dia de nossas escolas e centros de formação que os constroem como lugares de memória, pela nomeação dos espaços, pelas árvores com a identificação de quem as vai plantando, pela presença ativa de militantes antigos trazendo suas memórias e os exercícios coletivos de escrita do percurso formativo de cada turma.
5. A realização de **oficinas e escolas de arte** que ajudam no encontro ou reencontro das pessoas e comunidades camponesas com os meios de produção da arte, em suas diferentes expressões/linguagens: apropriação pelo acesso às produções que abriram brechas na alienação; e apropriação pela participação

na criação artística desde nosso lugar, desde nossas experiências humanas de luta e construção. Oficinas de música, de teatro, de artes visuais, de escrevivências Sem Terra; as escolas de arte nacional, regionais e estaduais,...

6. As diferentes formas de **trabalho específico com a Música** que incluem cantorias, produção de canções, ensaios de canto, festivais, oficinas específicas, a realização periódica dos encontros de violeiros e outros artistas populares. A formação e o trabalho do grupo As Cantadeiras. A criação da Banda de Lata do CE e da Orquestra Popular Camponesa do PR com crianças e jovens das escolas das áreas de reforma agrária, a criação da orquestra de sanfonas,... O Seminário e Encontro Nacional “O MST e a Música”.
7. A realização de **atividades culturais diversas** envolvendo muitas pessoas, cursos, escolas: Semanas de Cultura da Reforma Agrária, Feiras de Reforma Agrária, Festivais Artístico-Culturais. Encenações e formação de grupos de teatro. Cinema da Terra e outras ações que foram organizadas a partir da Rede Cultural da Terra, dos Pontos de Cultura. Produção de painéis, cartazes, paredes, pichações, murais. Produção poética, declamações, publicação de cadernos e livros de poemas. Concursos de Redação e Desenho, o Festival Literário Escrevivências Sem Terra: luta e construção. Iniciativas para garantir o acesso à literatura, e o trabalho pedagógico de sensibilização para a leitura de obras literárias que fazemos nas escolas e nos diferentes cursos formais, especialmente os do Pronera; também nos cursos de formação política, como os da Brigada Oziel Alves. O Seminário “O MST e a Literatura”. Blocos de carnaval em diferentes estados, as quadrilhas juninas, as danças folclóricas regionais,...

III- Por uma política de cultura na Reforma Agrária

Precisamos considerar o momento histórico em que estamos e a contradição que o atravessa: o capital tirou a reforma agrária da sua agenda, mas a crise estrutural que ele atravessa e as soluções cada vez mais insanas que apresenta para manter seu sistema põem à mostra a insustentabilidade da forma de uso da terra e da concentração sem limites da propriedade privada da terra e do conjunto dos bens naturais. Isto recoloca a reforma agrária na agenda do debate sobre modelo de agricultura, alimentação, saúde,... É neste cenário que mais de 100 mil famílias estão acampadas. Muitas há 5, 10, 20 anos. Mas também que se vai construindo na luta e na persistência camponesa práticas que materializam em assentamentos conquistados nosso projeto de Reforma Agrária Popular. Que produzem cultura: política, organizativa, produtiva, alimentar, simbólica, artística. E isso tudo acontecendo em meio a uma crise estrutural sem precedentes do sistema capitalista, que em sua agonia espalha ainda mais violência, desumanização, ameaçando a vida de todos os seres.

A Reforma Agrária Popular (RAP) colocou a questão cultural em outro patamar. A cultura e as diferentes linguagens artísticas estão convocadas a participar ativamente na batalha cultural mais necessária do que nunca: batalha de percepções, de afetos, de gostos, valores, ideias, visão de mundo. Na atualização do Programa de Reforma Agrária Popular, concluída no início de 2025, “**Cultura e Arte**” é um dos pilares de sustentação da construção da RAP.

A cultura e as linguagens artísticas estão presentes em todas as ações de luta e construção da RAP, fortalecendo o ambiente educativo e a formação humana. O desafio é trabalhá-las como “**linha de massas**” (Paulo Freire), ou seja, visando um avanço quantitativo que se realiza como ação consciente de massas mobilizadas e organizadas que se assumem como sujeitos dos processos de que participam.

Pensando nesse desafio que aqui nos reúne, de construir uma política de cultura na reforma agrária, algumas questões para nosso diálogo a partir do exposto até aqui:

Como por força nesse conjunto de práticas culturais que já são realizadas nas áreas de reforma agrária? Qual o melhor desenho organizativo para uma política que nos permita avançar em quantidade e qualidade? Que ajude alavancar a formação/capacitação de milhares de pessoas para o trabalho cultural e particularmente com as artes.

O que o PRONERA tem a nos ensinar nessa perspectiva? Que lições a experiência com a “Rede Cultural da Terra” (parceria com o MinC) nos trouxe para pensar essa política? E que aprendizados vamos tendo com as nossas Escolas de Arte?

Que ações devem ser priorizadas na realização dessa política?

Aprendemos com o Che: *A organização é a chave que permite agarrar as iniciativas do povo e de seus líderes e transformá-las em ação.* Sabemos então que o desenho da política (ou de um programa de cultura na reforma agrária) deve impulsionar a organização coletiva de nossa base e que as ações a serem apoiadas precisam integrar processos formativos que ajudem na disputa de projeto de campo e de sociedade, de concepção de educação, de cultura, de arte.

Não devemos restringir as ações culturais à dimensão da arte. Isto seria empobrecer o trabalho cultural necessário hoje na construção da RAP. Porém é indiscutível o papel dessa forma de produção cultural para tirar os “antolhos” que nos impedem de uma visão crítica do que fazemos e do todo da sociedade. Precisamos entender melhor, e que nossa militância toda entenda, a força que a arte pode ter na **batalha cultural** pela superação do modo capitalista de produção da vida.

Jamais mudaremos o mundo se não produzirmos uma arte e uma cultura que nos ensinem o caminho para o outro lado do rio, para o reinado da liberdade!

Marildo Menegat

7 – MESA: AGRONEGÓCIO E OS NEGÓCIOS DA CULTURA

Ana Chã (MST): Pesquisa é fruto de pesquisa coletiva, que responde a uma demanda coletiva. Lembra de Lupércio que falava das festas transgêneras do agronegócio, diferente das formas de cultivar as festas e a vida das comunidades camponesas.

Mostra uma imagem de uma plantação de algodão com colheitadeiras ao fundo, à noite, e a cena lembra a imagem de um show, como exemplo da espetacularização do agronegócio.

Cita um poema do Brecht “Desconfiai do que parece natural”.

Usa imagens do Sebastião Salgado sobre a questão agrária. Imagem que temos do latifúndio é como improutivo e predador. Na década de 1950 e 1960 vivemos a possibilidade da realização da reforma agrária, de democratizar o latifúndio. Mas o capitalismo também aposta na adoção de pacote tecnológico para intensificar a produção no campo.

Modernização dolorosa do campo, ampliação do êxodo rural.

Música sertaneja se moderniza, se distancia da perspectiva da ditadura e abraça a causa da redemocratização, duplas cumpriram o papel de dar voz a campanhas favoráveis à redemocratização.

Nos anos 1990 temos um avanço das políticas neoliberais. Até esse momento não era comum a expressão *agrobusiness*. Não era um termo nem conhecido e nem tão pouco popular.

Aqui é o momento em que o capital financeiro entra na indústria brasileira e intensifica a produção de commodities.

(Mostra imagens que representam o agronegócio, com colheitadeiras).

Construção de uma mensagem do agronegócio como algo moderno, produtivo, tecnológico e necessário. No contexto de desindustrialização da economia brasileira.

Governo afirma que vai fazer a reforma agrária enquanto fortalece o agronegócio.

Consolidação das entidades: Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

O agronegócio se forma como um sistema e controla a produção da agricultura capitalista no campo.

O agronegócio passa a se entender como um projeto de poder. Dimensão econômica, política e ideológica.

Quando chegamos nos anos 2000 é preciso mudar a narrativa: não precisamos mais da reforma agrária porque o agronegócio dá conta e consegue fazer isso e de forma sustentável. Produção supostamente sustentável e que não depreda o meio ambiente.

Revolução Verde surge com um discurso de combate a fome.

A maioria dessas contradições não foram resolvidas, e estão colocadas desde o início dos anos 2000.

Agro precisa investir recurso em campanhas para convencer a maioria da sociedade brasileira de que ele é um modelo a ser seguido.

Atualmente o Agro entrou na guerra cultural de forma mais explícita, se contrapondo a qualquer outro modelo de produção, e para isso se apropria dos símbolos nacionais, associando seu modelo ao do progresso e desenvolvimento.

Desenvolvimento de um conceito político e projeto de poder, com marketing cultural e discurso de responsabilidade social.

A luta que os povos do campo travam é uma luta por vida e é também simbólica.

Como adentram nos mecanismos que levam a construção dessa imagem.

Discurso de sustentabilidade: adoção do discurso do capitalismo verde.

Confusão intencional entre o pequeno e o grande produtor.

Fundações do agronegócio se dizem as portadoras da memória histórica da cultura brasileira.

Dos mecanismos: fortalecimento da bancada ruralista. Projetos de leis, narrativas reforçadas. Projeto com ações na área de educação. Formação da mão de obra para o agronegócio.

Exs: Projeto Agrinho no Paraná; grupo das mães do agro, que quer rever livros didáticos.

Muitas pesquisas das universidades são financiadas pelos interesses do agronegócio.

(Mostra slides com exemplos da quantidade de programas de jornalismo voltados para o agronegócio).

Campanhas que tentam colocar o agro como algo totalizante. Peças publicitárias sobre quilombolas, sobre agricultura familiar, sobre ribeirinhos, sobre as mulheres.

Na novela “Terra e Paixão” a imagem do agronegócio se define, como o lugar do pivô de irrigação, das Hilux, das colheitadeiras, dos drones, da modernização. A mensagem é clara: o agronegócio venceu. Não tem dúvida sobre a imagem do campo.

Há uma aposta também mais recente na produção de cinema. Exemplo de dois filmes, no streaming: Sistema Bruto e Coração de Cowboy. Com financiamento das empresas do agronegócio.

Clip da dupla Fernando e Sorocaba. E no meio da colheira aparece num tanque de guerra com o negro do Boréu.

Não há dúvida que há uma tentativa evidente de influenciar no âmbito cultural.

Há agora o Agronejo.

Analisa a música “Colonão”.

Exemplo da construção da cantora Ana Castela, como referência dos gêneros do agronegócio. E com muito impacto sobre as crianças. Muitas meninas se vestem como ela.

Tabela do Gustavo Lima com recursos recebidos pelos seus shows em cidades do interior. Desde os anos 1980 uma das grandes fontes de renda dos cantores eram as feiras agropecuárias. Os próprios artistas são também fazendeiros, criadores de cavalos, de gado. Exemplo do Gustavo Lima que se lançou candidato à presidente da República, ao lado de Ronaldo Caiado. E joga fumaça sobre suspeitas de corrupção que o envolvem.

Grandes festas, circuitos, etc.

Maior festival de cultura agro do mundo.

Referência ao Evento do estádio *Allians Park* do Palmeiras, agronegócio no centro das grandes cidades.

Empresas do agro patrocinam atividades culturais e interferem no gosto musical e artístico da população brasileira.

Mostra imagens de IA de cultura do campo.

Agronegócio tenta dividir os diversos movimentos de trabalhadores.

Como enfrentar:

Unidade dos povos

Luta

Imagens aéreas de antes e depois do MST na ocupação dos territórios.

Imagens da estética das místicas, da solidariedade.

Imagen do acampamento 08 de março (DF) e da fazenda do agronegócio ao lado.

Debate:

Prof Gustavo UnivASF/Unaí e PPGMader UnB e cedido para o MDA: Parte do controle dos trabalhadores do agronegócio é reafirmado nas igrejas, reportando estudo que fez. Necessidade de entendermos essa força para podermos lidar com ela.

Essa força englobante do agronegócio é algo que teremos que lidar se formos pensar num programa nacional de cultura do campo.

Parabéns pela apresentação.

Prof João Oliveira, de Pernambuco: Além da ideologia do agronegócio disseminada por setores da cultura hegemônica é uma cultura extremamente americanizada. Há um elemento do country americano nessas músicas. Além disso as roupas. Até na vaquejada do nordeste, as pessoas que vão usam a fivela grande, o chapéu de cowboy, essa americanização na cultura do agronegócio é muito forte.

Nossa tarefa passa pela proteção das sementes crioulas, por exemplo. Na forma de cultivar e perpetuar tradições culinárias.

Essa diversidade cultural e essa ancestralidade quem guarda somos nós.

Temos que colocar isso como alternativa de resistência e sobrevivência da cultura brasileira.

Juciane, do MMC: Nesse debate não temos como não falar da mercantilização dos corpos das mulheres pela Indústria Cultural. A vida das mulheres é colocada como em função do mercado, nossos corpos são objetificados, viram propaganda.

Parece que há uma prateleira de mulheres escolhidas para ser ideal. E as pessoas vão comprando em função dessas qualidades.

Precisamos definir linhas estratégicas para que a cultura possa ser uma estratégia dos movimentos mas também uma estratégia de governo.

Edson: Integrante de grupo de teatro da Borborema, na Paraíba, e da assistência técnica.

A nossa resistência é ruim de invadir
Junta o camponês vamos evoluir
Com agroecologia vou saber como é que é
Respeita os saberes do homem e da mulher
(...)
Vou dar o melhor conceito para os amigos meus
Vem pra agroecologia que é a ciência de Deus.

Olhamos para tudo o que foi trazido em relação ao agro, que vem tão forte, pulsante, desfazendo a identidade das pessoas em seus espaços de pertencimento, e vemos que o São João está tomando outra forma e está ficando diferente.

(...)
Importância no foco da juventude e das mulheres. Temos que continuar aprimorando e fortalecendo.

Damiana Campos, Norte de Minas, Pontos de Cultura Rural: agradecer pela leitura de conjuntura. No avançar do tempo o movimento camponês teve abertura de frestas e possibilidades de recriar, como as casas do campo, o que elas provocam no imaginário da cidade, mesmo que seja mesmo pop. Os festivais de Arte e Cultura nos armazéns, não era só a comida, eram outras trocas.

Na pandemia continuamos produzindo comida para alimentar o país. A cesta básica foi um vetor para levar arte e cultura para as casas.

Teve podcasts, que facilitaram a circulação.

Sinto que está na hora de compreender que unificar pautas é muito importante. Movimento Hip Hop pode fortalecer relação entre campo e cidade.

Os territórios são ocupados pelas milícias, pelo tráfico, além da presença do agronegócio.

Temos que estar na Casa Civil, temos que estar na Secretaria da Presidência, porque é uma questão de saúde que estamos enfrentando no campo, e a gente como ponto de cultura começamos a ficar imobilizar por essas dificuldades. Mas como fazer da beleza uma questão de saúde e de educação, e como podemos unificar as pautas.

Fabito: A imagem das colheitadeiras é muito grande, parece muito o futuro, e é difícil comparar com a imagem de nossas místicas.

Isabele Moreira: poeta do sertão do Pajeú de Pernambuco. 430 km da capital Recife. Não conseguimos chegar nos territórios rurais para discutir as políticas públicas. Temos que traçar a estratégia de um ambiente político e prático, como vem caminhando a direita. Desenvolvi faz pouco tempo uma oficina de poesia que era voltada para mulheres do campo e da agricultura. Não estamos em Paraty, mas na hora de fazer o folclore convidam a gente.

Temos que unir pontos estratégicos. Termina declamando um verso.

Marcos Cardoso, do MST do Ceará: Vim falar do São João do Ceará, mais de 500 grupos de quadrilha junina. Temos na cultura popular a categoria de culturas

camponesas que são as que resistem dentro dos territórios de assentamento. Nossas vagas diminuem mas os nossos grupos aumentam. Fazemos um sistema de indicadores para avançar, e não para regredir.

Nossas quadrilhas tem perdido identidade, na culinária também estamos perdendo tradição. Ex tb das indumentárias. Nossos festivais dançam sertanejo, e não mais forró.

Nosso São João está deixando de ser tradição e passando a ser um produto, temos que nos preocupar com isso.

Silma, do Pacra, do Ceará: Cumprimenta a Ana Chã pelo estudo.

A maior guerra é a cultural, pelo gosto, pela subjetividade, pela incapacidade de ouvir outra música, ver o diferente. (...)

O tempo que existia entre o urbano e o rural compriu.

Temos que avançar em nossas pesquisas, em nosso público.

Foi preciso criar o MDA para se avançar nas políticas agrárias de desenvolvimento no país. Será que não é hora de começarmos a pensar em criar um Ministério da Cultura Popular, que tenha uma acolhida para as dimensões da cultura popular.

Há avanços, no sistema cultural, mas prevalece a cultura do espetáculo e a política cultural hoje é um espaço de estímulo à competição.

Gilson, de Santa Catarina, Rede dos Pontos Rurais e Latino-Americanos: o agro bebe na fonte do rural e recoloca da forma que o mercado entende. O agro se renova. Os editais são processo de disputa. Não estão alheios a neoliberalização do Estado, são competitivos.

Uma proposta que possa surgir para que exista uma salvaguarda da cultura tradicional, rural, tem que vir lastrada, para que esses editais saiam minimizados desse viés neoliberal. Onde o edital precisa chegar a linguagem do edital não é acessível.

Temos que rever isso para que se possa fazer o combate à cultura hegemônica.

Ana Chã: Fico feliz que a exposição tenha provocado reflexões valiosas. Queria ressaltar dois ou três pontos, dizer que não podemos fazer análise sem que esse elemento cultural e ideológico apareça. Não é um elemento secundário diante da economia. Cultura é uma parte fundamental da vida, porque vemos que a forma de exploração da vida tá indo no limite da exploração das nossas sensibilidades. Temos que conseguir criar mecanismos para reverter essa situação.

O agro só está onde está porque ocorreu a construção de um chão neoliberal que nos levou até isso, o indivíduo e a competição no centro da história. Se nossos processos têm algo a mostrar como resistência, tem a ver com os valores da coletividade, do que há de essência humana.

Na sequência vamos debater que campo é esse, que resiste e propõe coisas novas.

No fundo o desafio é debater a vida como mercadoria, e resistir a isso.

8 – MESA: O CAMPO COMO LUGAR DE VIDA OU LUGAR DE TRABALHO?

ANOTAÇÕES ESQUEMÁTICAS DA MESA COM MARIA RAIMUNDA E LYVIAN SENA

Maria Raimunda (Coordenadora do Coletivo Nacional de Cultura do MST):
Toda fala militante tem que carregar inquietações, tirar nós de um espaço de conforto sobre o que pensamos e o que fazemos. Estamos trazendo juntos os desafios que carregamos nas nossas práticas, onde atuamos.

Mística falou que viemos cobrar, porque temos consciência de tudo que nós passamos e de nossos direitos.

Estamos num front de guerra, numa disputa, e sempre é colocado “o campo X cidade” ou “o campo X o critério do que é bom”. As relações entre campo e cidade são alteradas conforme o interesse do capital.

Questão da organização do trabalho no campo.

A luta é imbrincada com a construção artística e cultural do nosso povo.

O desenvolvimento da cultura e da arte é importante mas não dá conta do processo da conquista da terra e da disputa pelo território. Só isso pode nos garantir potencial de vivência de cultura.

No Pará o desmonte do coletivo de juventude aconteceu todo em função das relações de trabalho e renda.

Como cultivamos a memória.

Nós como educadores temos que entender a arte como desenvolvimento humano.

Como vamos nos transformando. Essa capacidade de transformar o sujeito e as relações humanas.

Porque só seres humanos pensantes, e criativos e imaginativos va ser capazes de entender o que foi apresentado aqui hoje.

Por que até hoje mesmo com todo o aparato do desenvolvimento do agronegócio o campo ainda existe? Ainda não nos destruíram, porque o que temos como construção em nosso território tem força.

As festas populares têm pulsão e resistência.

Estamos recuperando nos territórios os ensinamentos de nossa ancestralidade, que ensina por meio dos alimentos, das relações, da convivência, de um afeto.

A fogueira tem uma representação forte na cultura camponesa, para além das festas de São João. Simbologia do diálogo com os mais velhos, com os mais novos, da brincadeira. E no geral, do diálogo.

A luta do bem comum tem que ser agarrada por nós.

É possível vida no campo sem o trabalho e sem a reconstrução das relações de trabalho.

Quem são os fazedores de cultura em nosso território?

Estamos passando por um momento muito difícil da luta camponesa mas não perdemos essa luta, ainda.

Alerta, desperta, ainda cabe sonhar.

Lyvian, representante a Contag, atua nas esferas da Juventude e da Cultura na organização: Inicia fazendo análise de conjuntura referente ao momento em que estão vivendo na Contag. Explica que a ação faz parte de um projeto de criminalização, de silencimento da Contag.

Estamos nos 27 estados. Quase 4 mil sindicatos. Todos eles em período de eleição viram comitês populares de luta. Por isso, para os inimigos, é muito importante derrubar a Contag, porque é uma força que mexe com muita gente.

Por conta dos bloqueios que sofremos, temos federações que venderam prédios, fecharam porta, que não tem mais funcionários. Vai ser instalada uma CPMI.

Público muito diverso na Contag, há demandantes da parte assistencial, mas há também a dimensão da formação política.

Contag mudou muito desde 1963 mas, sobretudo, a partir do momento em que as mulheres começam a se organizar dentro da Contag. Só na década de 1970 começam a surgir as primeiras secretarias de mulheres, depois vem a Marcha das Margaridas, que muda o cotidiano e o jeito de fazer luta.

Precisamos apresentar o acúmulo sistematizado da cultura na Contag, temos ações isoladas, mas não temos um coletivo de cultura. A questão da cultura está em todo o processo da marcha do início ao fim, está na forma como as mulheres se organizam pelo território, mas mesmo assim as mulheres fazedoras da marcha não se reconhecem como fazedoras de cultura dentro da marcha.

Grito da Terra Brasil é a manifestação mais antiga da Contag. Mas como se compara as imagens dessa ação com a Marcha das Margaridas parece outro movimento, é outro processo.

Começam a aparecer GTs de Cultura e grupos para organizar a música, micro coletivos que vão fazer o movimento para a cultura acontecer dentro da marcha.

Para o movimento sindical a perspectiva do Bem Viver nos traz um direito de revisitar nossa memória nos conectando com a ancestralidade e um direito de presente e futuro diferente do que vínhamos trabalhando no Movimento.

Para nós o agricultor e agricultora se entender como um sujeito de direito é central mas não conseguimos ver como sujeito de direito da cultura.

Conceito do Bem viver nos coloca relação diferenciada com o território: não dá para ser feliz com opressão, com comida contaminada com agrotóxico, etc.

Dia 20/08

9 – MESA: POR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA DO CAMPO

Gustavo Meyer (MDA): O que está no centro é a questão da reprodução social no campo. Para isso o MDA está pensando um projeto de desenvolvimento para o campo. Não é só a cultura que vai salvar o campo. Mas é o conjunto do crédito para plantio, habitação rural... então vou falar da cultura dentro desse projeto de desenvolvimento para o campo.

Não estamos com isso fazendo um apelo a um retorno a um Brasil rural. Há pessoas no campo e precisamos produzir alimento, e temos o compromisso que as pessoas no campo tenham uma boa vida, por isso há razões societárias, de acordo com o bem viver, para o desenvolvimento de um projeto.

É importante que os jovens possam formular um projeto de vida no campo e consigam executá-lo. A cultura serviria para que parte desses jovens possam realizar seus projetos no campo.

Criação de um ambiente propício para termos um campo desejado, de permanência.

Não podemos conceber um projeto de cultura descolado de um projeto de desenvolvimento rural, também não podemos conceber o campo apenas pelas áreas tipicamente rurais porque há uma relação viceral entre o campo.

Centralidade das sedes municipais: pequenos municípios perderam centralidade. Proverem serviços, produtos...

E há outra questão que tem a ver com o mundo contemporâneo pós-pandemia que diz respeito às relações de trabalho, que estão mudando.

A ideia de economia criativa se assenta de forma mais ortodoxa na ideia de que a cultura deve ser paga, e nós vamos contrários a essa ideia. Mas é importante pensarmos na ideia de efervescência.

Sedes municipais são espaços estratégicos. Vou mostrar alguns slides. Mostrou dados sobre a distribuição de recursos da cultura. Neles aparecem o investimento prioritário e shows midiáticos que cruzados com o dado de baixa institucionalização dos conselhos de cultura nos municípios indicam que a gestão destes recursos pela sociedade civil ainda é um desafio a ser enfrentado. Além disso, os dados mostram que existe uma baixa adesão aos recursos da lei Aldir Blanc pelos municípios menores.

Conclui a fala refletindo que existe a necessidade de construção de uma cultura de participação civil na gestão do orçamento público. Outro ponto é a necessidade de construção de espaços culturais que beneficie a ampliação da diversidade cultural tal como, teatro e museus para exposição de artes visuais. Paralelo a construção destes espaços, faz-se necessário que estes espaços sejam apropriados pela comunidade e tenham significado para as mesmas por meio da gestão destes espaços pela sociedade civil. Outro ponto se dá pela construção de redes de artistas e movimentos sociais.

Em geral, um plano de cultura tem que eleger algum público prioritário, eu elegeria os bairros rurais, as comunidades rurais, os distritos rurais.

Carla Loop (Coordenadora do Coletivo Nacional de Cultura do MST): Nos últimos dois anos está na tarefa da coordenação do Coletivo de Cultura do MST. Nossa ponto de partida é pisar na terra, como diz o poeta viemos com a roupa encharcada e a alma repleta de chão. Só que pisamos na terra de forma organizada. São anos... viemos de um acúmulo da classe trabalhadora organizada, por isso quando pautamos uma política do campo, e não para o ou no campo, ela tem uma

perspectiva de projeto. O tempo do movimento popular é muito diferente do tempo do governo.

Nosso povo é o tempo de quem tem fome. Nós estamos no tempo de indignação completa, inclusive como governo que nós elegemos. Não vamos ser passivos diante de um conjunto de contradições que estão ocorrendo, porque desempenhamos um papel na transformação democrática da sociedade brasileira, estamos pautando mudanças estruturais, e não ignoramos a importância da cultura nesse processo.

Porque temos consciência de que uma sociedade baseada na desigualdade vai impor barreiras para que cultivemos nossa imaginação. Para nós, e concordando com elementos que já foram ditos, a cultura que defendemos não é uma alegoria, não é um enfeite, fato para virar foto para redes sociais, nosso ponto de partida é o de que a cultura é um direito, tanto como a educação, a saúde, o acesso à terra, e por isso nosso debate de cultura no campo é estratégico, porque vamos dar significado para um conjunto de crenças e valores que dão significado para a nossa vida.

Nós precisamos combater essa falta de esperança, essa noção de que o indivíduo está acima de tudo, temos que enfrentar essas contradições, e sabemos que vai ser com resistência e com luta, porque não conquistamos o Pronera e o PAA sem fazer luta.

Quero apresentar cinco pontos que temos debatido amplamente, porque achamos que precisamos fazer uma ação cultural nacional, não podemos fazer um projeto piloto na escola X do assentamento tal. Temos que ter uma ação forte, de impacto, porque queremos fazer uma disputa contra-hegemônica.

Temos que radicalizar o acesso à formação das linguagens artísticas, é para todos e todas, das crianças às pessoas mais velhas, a noção radical de que temos o direito de fazer arte.

Nossa responsabilidade é com a humanização das pessoas, co a consciência das pessoas, porque isso nos dá outra visão de futuro, sonhar com o povo. Um segundo ponto é a centralidade que as escolas do campo tem, porque para nós elas já são os centros culturais, elas tem esse papel nas comunidades,

são força viva, são equipamentos culturais, porque não temos tempo de esperar construir casas de cultura em nossos espaços.

Para pensarmos que não dá para ficarmos esperando construírem coisas, já temos as escolas do campo com esse potencial.

Podemos nos inspirar na força e trajetória do Pronera, que educou 200 mil pessoas. Precisamos de um Pronera das Artes, com equipe, orçamento, fomento, capacidade de desenhar uma ação ampla nacional.

Inventamos vários cursos no Pronera, como curso técnico de agroecologia. Temos que dialogar com a sociedade civil.

A próxima geração que acesse à educação queremos que acesse a arte e cultura também.

Quantas turmas de arte e cultura existem?

Provavelmente, quando o Pronera nasceu nós tivemos muitas batalhas com o MEC, é parecido o problema que vivemos com o MinC, não vamos abrir mão de dialogar com eles mas não vamos esperar por eles, vamos seguir fazendo.

Qual é o tripé da ação? Edgar falou do tripé do Pronera: Mov camponês, universidade e Estado brasileiro.

No nosso caso falta o pé do artista, daqueles que fazem a arte.

Porque um burocrata pensando como é que vai ser uma escola de artes?

O convite é para plantar uma floresta, é de longo prazo, dá mais trabalho que plantar uma horta.

Temos que ter muita elaboração porque há uma sede pela técnica, pela estética, para desenvolver um sistema.

Memória: para quem vem da terra, o legado que nós temos, é impossível não falar de memória. Tentaram nos matar mas esqueceram que somos sementes. A memória para nós ocupa o lugar de formação histórica. Se nós não homenagearmos esses marcos eles não serão lembrados, vão ser invisibilizados, esquecidos.

Possibilidade de fazer um programa que tenha um conjunto de intercâmbios, com as orquestras juvenis, como na Venezuela, que tem 280 orquestras. A América Latina é um berço de inspiração e de possibilidades no campo da cultura.

Silma Magalhães, coletivo Packra (Ceará): Sou funcionária do Incra, lá sempre inovamos nas atividades de formação, vem desse lugar de movimentos, desde o estudantil, depois o de serviço social, e no Incra construiu um lugar de muitas inventividades, coordenou uma parceria com a Embrapa.

Agradeço pelo convite e oportunidade de compartilhar o acúmulo da rede Pakra. Nós esperamos por esse momento faz 22 anos.

A política pública se constitui dentro da burocracia, das regras, etc, que é importante, mas que não dá conta da vida, de um projeto de cultura.

Reafirmamos valores como a solidariedade, partilha com a natureza e a justiça social, portanto, para nós, desde o princípio do projeto Pacra, a cultura é vista como um papel transformador. Jandira Feghali lançou o livro “Cultura é poder”, referência para esse debate que se contrapõe à cultura como negação ao projeto da negação de direitos.

O projeto nasce no Incra e depois se transforma como algo autônomo. Saímos do Incra no momento do governo Bolsonaro.

Realizamos um mapeamento cultural com as equipes de ATER, oficinas e um grande seminário estadual que determina as ações que vamos desenvolver. Dezembro de 2003, com 150 pessoas. Respeito à diversidade, valorização da auto-estima, do trabalho dos artistas e a busca de formas de acesso das populações à esses canais.

O Estado é expert em nos matar não realizando aquilo que se comprometeu.

Saímos daquele seminário com o compromisso de assumir juntos a construção da ação planejada, nos comprometemos como Incra para uma construção conjunta e transparente. Nos entendemos como a palavra que age, porque o papel se transforma em realidade. E contrariando a burocracia e os processos institucionais conseguimos intervir sem dirigir...

Fizemos um convênio entre Incra e Sebrae e isso possibilitou que os movimentos sociais executassem as ações. Em um ano, 100 mil km rodados.

Fomos criando as conexões. Criamos uma pequena equipe dentro do Incra. Pegamos um estagiário de comunicação e transformamos em estagiário de arte e

cultura da reforma agrária. Nos sustentamos porque isso ganha vida, gera sonhos, gera possibilidades.

Passamos a selecionar estagiários com esse foco nas edições seguintes. Nós montamos uma equipe para elaborar projetos culturais. Essa equipe compartilhou conhecimento para que os grupos pudessem acessar as políticas públicas de cultura, isso hoje significa cerca de 100 projetos aprovados. Alteramos os regimentos das associações para que elas pudessem atuar no âmbito cultural.

Articulamos com as diversas áreas do Incra.

Passei 15 anos no Incra do Ceará fazendo exclusivamente isso. Gerou uma alta estima dentro dos próprios funcionários do Incra. E Clarice deu apoio fundamental para esse trabalho e com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, porque ela possibilitou que realizássemos projetos estruturantes sem passar pelos editais.

Articulação com a universidade: casas digitais, etc.

(...)

Disputamos todos os editais da Secult.

Programa BNB de Cultura. 5 mil reais, primeiro recurso que esses grupos ganharam.

Todo mundo montou uma pequena peça, concertaram instrumentos, tiveram apoio para contar suas histórias.

A Escola de Teatro da Terra foi financiada pelo BNB. Depois chegamos no Cultura Viva. É a grande política de cidadania cultural. Temos 9 pontos de cultura, sendo 1 indígena.

Nós conseguimos construir 3 casas de cultura. Projeto da Secr de Desenvolv Arário ligado ao BID, com recurso direcionado para desenvolvimento produtivo, e mostramos que não há desenvolvimento sem cultura.

Nós tivemos o pontão de cultura Terra Viva.

Tivemos a Escola de Audiovisual da Terra e a rede de arte e cultura da reforma agrária.

Hoje os desafios se intensificam: é outra geração. Os espaços se mantêm mas estão sub-utilizados.

O modelo que se conformou na gestão da política cultural é excludente.

Sérgio de Carvalho é alguém muito especial nessa trajetória, quando nós montamos a Escola de Teatro da Terra, e hoje ele faz um trabalho mais próximo com o assentamento Santana. Recebemos a Cia do Latão montando "A ópera dos vivos". Isso aportou um valor inestimável a esse processo, mas hoje é outra geração, são outros desafios.

Valneide Souza, educadora de escola do campo: Bom dia a todas e todos. Inicia cantando versos de uma canção.

Ficamos tanto tempo esperando por esse momento que é tanta coisa para dizer, mas feliz e agradecidas por estarmos aqui. Nós lá dos assentamentos estamos vivas e vivos, e assim queremos continuar.

(...) O que nos faz existir diante das dificuldades relatadas é a cultura, esse milagre que nos faz ir resistindo. Os desafios só aumentam a cada dia. Haja visto o lugar que construímos e que temos preservado.

Precisamos da nossa afirmação como comunidade tradicional, a cultura tem sido o instrumento para denuncia, e como fazemos sem apoio? Não conseguimos separar o trabalho da vida, não existe, porque somos o que somos a partir de nossas vivências. É necessário contestar a fala da Márcia Rolemberg, que parece que está tudo perfeito, e não é, essas políticas não são feitas para nós, são excludentes.

Temos feito muito na rede.

Viemos questionar esse direito à cultura para continuar existindo e vivendo e não sendo expulsos dos nossos territórios e assentamentos.

(...)

A proposta precisa abranger o turismo comunitário.

Debate:

Participante 1: Eu já vou trazer duas questões aqui, porque eu fiquei pensando muito nos pontos trazidos aqui pela mesa. O Gustavo apresentou um quadro que demonstra que, com base nos shows milionários que têm se apresentado pelo Brasil

afora, em municípios do interior, que isso acaba sendo considerado como um investimento maior dos municípios pequenos. Acho que a gente tem que discutir um pouco melhor isso para não pensar que isso é efetivamente um investimento maior dos municípios pequenos. Não é, isso é um grande projeto, é uma estratégia da direita hoje, que é, eles dão uma emenda de um milhão de reais para o município, já condicionada que para essa emenda será contratado ou Gustavo Lima, ou Bruno e Marroni, ou toda essa turma bolsonarista, fazem o show, uma parte já fica para o município, uma parte volta para o parlamentar. E é o grande esquema de financiamento de campanhas e financiamento de todas as ações da extrema direita. Que é um novo fenômeno que a gente não tinha. Tem lugares aí que se pagou mais por um espetáculo do Gustavo Lima do que é o orçamento do município. Então, esse é um ponto para discutir.

E outro ponto que eu acho que todo mundo aqui pode ajudar, mas especialmente a Silma e a Valneide, que estão agora, nesse último período agora, participando desses editais universais das leis, dos programas do Ministério da Cultura, elas conversarem como é que elas avaliam isso. Por exemplo, a gente ouviu isso de que, bem, a política existe, a política universal existe, ela é para todo mundo. Organizem-se para participar dela. Essa é uma coisa, versus uma política específica do campo. Nós temos a velha experiência da educação do campo, a vida inteira nos disseram, não, existe a política universal, existe, vocês estão incluídos nela. A educação é um direito universal, a escola é um direito, tudo é direito, vocês estão nela. Até que se esperou décadas e décadas e ela nunca chegou, ela nunca se universalizou. Até que se organizou a educação do campo e ela ainda não se universalizou. E ela ainda não chegou a todos os lugares onde tem que chegar. Então, não são questões, são temas que acho importante a gente trazer aqui para o acúmulo desse nosso momento aqui.

Marcos Cardoso (MST-CE): Como já me apresentei ontem, faço parte do MST Ceará, Coletivo de Cultura. Hoje também estou trabalhando na Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, na parte de Articulação Regional da Política Nacional de Blanc. E é muito bom, porque a gente faz esse acompanhamento. Eu, hoje,

acompanho seis prefeitos e seis secretários de cultura. Isso é bom, porque a gente entende como é que a Prefeitura, como é que o Estado se organiza e pensa, quando vai pensar, inclusive, na gente. Cultura não é evento. Isso é política partidária e emenda parlamentar. Eu acho que é um pouco disso. A gente precisa separar o que é política e o que é evento. Política não é evento. Política é fomento. Política é política pública. É estruturação. E é um pouco disso. Hoje eu percebo que, às vezes, as secretarias das culturas municipais, elas confundem muito fazer política cultural com fazer cultura. Quem faz cultura é a fruição da base. A Secretaria precisa pensar a política pública para os territórios. E aí quando eu venho um pouco da fala do Gustavo, quando ele fala sobre a questão da política nacional de Plan, que das secretarias não estarem dos municípios não estarem estruturados e tudo mais, e aí a gente vem com um grande marco regulatório, aprovado em 2024, o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura. Quando a gente pensa no Sistema Nacional de Cultura, a gente pensa em toda essa organicidade de secretário, do CPF da cultura, Conselho, Plano, Fundo, e os dois que ficam sempre de fora, o órgão gestor, Secretaria de Cultura, e o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais. Só que a sensação que eu tenho, ao mesmo tempo que eu entendo que o Ministério da Cultura está paulatinamente construindo sistemas, eu entendo também com um pouco de vontade política.

Porque a gente está dentro de um Sistema Nacional de Cultura que está construindo a PNAB, a Política Nacional de Aldir Blanc. A gente tem agora, no último decreto que saiu, a obrigação de que para o município receber o recurso federal, ele precisa ter um fundo municipal de cultura. Então eu entendo que se a federação entender o que é que é preciso o município ter, o município vai ter que se organizar. Então eu acho que parte daqui. Pelo princípio da simetria, a gente precisa entender que sai daqui. Realmente eu não posso esperar que aquele município com 18 mil habitantes, como é o caso do meu, ele vá pensar uma política municipal da cultura camponesa. É muito difícil. Mas aqui eu acho que a gente consegue. E a gente consegue pensar principalmente porque existem bilhões e trilhões saindo enquanto política nacional de Aldir Blanc. E aí eu tenho o último decreto que fala sobre isso. Então eu acho que, antes de qualquer coisa, a PNAB, para ela ser executada por

esses municípios que você apresenta, que eles não têm gestão da cultura camponesa, ela precisa ser primeiro pensada aqui.

O que é que o ministério está pensando? O que é que o ministério está pensando enquanto sistema nacional? Porque uma pergunta que eu me faço, e aqui eu peço toda licença poética, a gente está entre nós, então acredito que a gente pode conversar sobre, é a sensação que eu tenho é de que o sistema nacional de cultura é essa oxigenação. A gente tá construindo o Sistema Nacional de Cultura pra oxigenar a cultura no nosso país. E cadê a nossa máscara? Cadê? A sensação que dá é que a gente tá com Covid e não tem máscara pra gente. Eu fico me perguntando isso. Cadê? Cadê o Sistema Nacional de Cultura? Tá respirando o campo? Ou tá respirando só os velhos acordos, amigos e parceiros? Enfim, acho que isso é algo que me mexe um pouco. E isso faz com que a gente não tenha o tecido cultural. Porque o tecido cultural do campo é construído dia a dia. Ou o Seu Chico, que está lá no Cerro Assado, não está fazendo cultura. Ali é o palco dele, ali é o teatro da vida. Então, a gente tem o tecido cultural que está sendo construído dia a dia, mas a política cultural é que não chega.

Quando você fala sobre a questão de a gente aproveitar as estruturas para poder tentar encaixar a cultura camponesa, eu volto à fala da Lyvian. que trouxe ontem, né? Eu acho que isso não rola pra gente. Isso já está claro. Política Nacional Aldir Blanc está aí. 20% pra gente, mas que a gente perdeu esse 20% totalmente na operacionalização. Como é que a gente perdeu? O município, antes de começar qualquer ciclo, ele precisa anexar o seu PAR, que é o Plano de Aplicação do Recurso. Não tem lá, na hora da aplicação, dizendo como é que está sendo aplicado os 20% do campo afro indígena quilombola. Então, não tem monitoramento. Política pública sem monitoramento, ela já inicia fadada ao fracasso.

Diante disso, a gente precisa de marcos legais para os nossos assentamentos, para a cultura do campo, para estes territórios de reforma agrária. E quando eu quero falar em reforma agrária, eu falo reforma agrária mesmo, os assentamentos, não estou falando só de campo. Eu entendo que você, no espaço que você está enquanto MDA, pensa a área rural como um todo, mas a política do campo, ela precisa ser pensada enquanto política para as áreas de reforma agrária.

A título de exemplo, o Movimento percussor do Ceará, hoje, no estado do Ceará, a gente tem reconhecido as culturas camponesas. O que é as culturas camponesas? Tem lá o conceito no edital. São os grupos artísticos formados e que se embebedam desse processo da reforma agrária.

Então, real que para a gente propor o projeto, a gente precisa colocar uma carta de que nós participamos da luta pela reforma agrária. Então, assim, é este processo, é este lugar de invisibilização que a gente fala. Outra coisa que a Carla falou, a questão de radicalizar a formação em política de artes. Cadê a FUNARTE? A política de artes está pensando na gente? E eu fico assim, meu Deus, está pensando pra quem esse processo? E assim, se a gente vai falar de formação, eu acho que nada melhor do que a gente trazer a pedagogia do próprio movimento. Os cinco pilares de formação humana da educação do campo, trabalho, história e memória, organização coletiva, cultura e luta social, isso é cultura, isso é a nossa cultura diária.

Mas, dando continuidade, as escolas do campo, lógico, espaços de contrapropostas sociais desse espaço, o sistema nacional de política cultural, eu acho que a gente precisa trabalhar isso, o sistema nacional da política cultural do campo. Salvaguarda do patrimônio, material e imaterial, através dessa política de patrimônio.

Hoje, no Ceará, a primeira vez que as áreas de reforma agrária entraram na parte de patrimônio no Ceará foi através de uma exposição do Museu do Ceará, que pensou o museu para quem, porque foi a primeira vez que a gente foi tratado não como feudo, mas como espaço de vida e de transformação social e de arte.

E falando sobre a Silma, a Silma falou sobre a exposição fotográfica que está ali fora e é linda, mas tem um grupo ali que tem mais de 100 anos e ele não está quase mais existindo, que é o Reisado (nome específico não conseguimos registrar). Tem mais de 100 anos, tem o título de Tesouro Vivo no Estado do Ceará e está quase morrendo, porque não existe uma política para o campo.

Enfim, só bem rápido, só sobre a questão dessa estrutura. Em 2021, nossas Culturas Camponesas na Secretaria da Cultura do Estado. Em 2023, nós tivemos o primeiro delegado na Conferência Nacional de Cultura representando as culturas

camponesas. Em 2024, a gente ganha um assento no Conselho Estadual de Políticas Culturais enquanto culturas camponesas. E hoje, em 2025, a gente tem um comitê temático das culturas camponesas que está pensando isso. E, só para terminar, a conferência temática, em 30 de janeiro de 2024, nós falamos sobre o campo, águas e floresta. A conferência nacional, em 7 de março de 2024, nós tivemos uma moção de número 118 colocada lá. E a Rouanet, no dia 3 de agosto de 2024, muda sua realidade, traz as culturas populares e tradicionais para dentro, e só a gente ficou de fora. Então, será se a gente está sendo ouvido mesmo?

Gilson, da Rede dos Pontos de Cultura Rurais: Bom dia a todos e a todas. Prometo ser bem breve aqui também, quero colaborar com essas contribuições da mesa. Eu já te apresentei ontem, sou o Gilson, sou da rede de pontos de cultura, pontão de cultura. Como o assunto foi tratado ali, eu também queria só fazer um comentário bem rápido sobre a Aldir Blanc, que é o seguinte, a Aldir Blanc tem um problema de origem. Que ela foi constituída no momento de governo de oposição, onde não havia Ministério da Cultura e havia uma incerteza que esse recurso pudesse chegar na base. Por isso que ela foi constituída nessa ideia de pacto federativo, onde o dinheiro vem a partir do Ministério da Cultura para os estados e municípios.

A questão é que quando teve a eleição, nós ganhamos a eleição, e aí todo o mecanismo de operacionalização da lei estava distribuído pelo Pacto Federativo, encontrando essas inúmeras dificuldades de base dos municípios em poder executar a lei. E aí essa regulamentação foi muito afrouxada por conta disso, ela vem sendo apertada ano a ano, temos essa dificuldade. Falo isso do ponto de vista da sociedade civil, e lamento muito o Ministério da Cultura não estar aqui para fazer essa discussão que é tão necessária.

E dizer que nós também, como pontos de cultura, e aí eu quero fazer referência à fala da Silma, que dizer que realmente o lugar da cidadania cultural. Do exercício de direitos de cidadania cultural. Do entendimento da cultura como um direito social, como direito constitucional, é no Cultura Viva, e nós temos inúmeras dificuldades nessa gestão também, nesse enfrentamento, porque existe uma

dificuldade de implementação dessa política, considerando também, fazendo referência à fala da Valdinei, de essencialmente o que é o Cultura Viva. Que é um programa, que hoje é uma lei que vai trabalhar com a Cultura de base comunitária, essencialmente isso. Então, finalizado o comentário, só queria fazer, devolver uma pergunta, principalmente para a Silma e para a Valneide, de como é a relação de vocês, enquanto PACRA, enquanto um coletivo, uma rede de assentamentos, trabalhando com a reforma agrária, com a rede de pontos de cultura do Ceará?

Luciano, do Movimento Sem Terra, de São Paulo e coordenador da Brigada Nacional de Teatro do MST Patativa do Assaré: Lembrar que a Lei Rouanet é um sistema de financiamento de uma espécie de propagação da indústria cultural. Acho que vale a pena, na nossa carta, um ataque nesse sentido, uma denúncia desse mecanismo. Nós estamos aqui lamentando, todo mundo, a ausência, o descompromisso, não enxergar a dimensão da estrutura da produção cultural, da importância, acho que seria importante ter um recorte. Se fosse coisa de internet, nós fazer um corte da fala do Rafael de ontem, da parte mais efusiva quando foi terminando, porque é um descalabro. E o tanto que a gente tenta conversar com o MinC, acho que todas as organizações, o que nós já tiramos de foto com a bandeira do Movimento Sem Terra cercando a ministra, e não tem nenhum tipo de compromisso, além daquele tapinha nas costas, sorriso pra foto. E também se vangloriar, tornar espetáculo a relação com os movimentos sociais. Então espetaculariza tudo, tudo vira propaganda.

Então eu acho que, além de nós tirarmos nossa carta, logo mais vamos fazer o debate, proposições mais assertivas, técnicas, como o Marcos apresentou, nós também temos que apontar pela política uma denúncia ao tipo de política que o Ministério da Cultura vem desenvolvendo, voltado à espetacularização de esquerda e direita, que no final das contas, a indústria cultural e a espetacularização da hegemonia do que está produzido, acaba sendo simplesmente um reforço à direita.

Fabito, do MST de Rio de Janeiro e Coletivo Nacional de Cultura do MST: Gustavo traz os equipamentos culturais. Embaixo da mangueira pode ser um centro

de cultura. Lembrei do Rio de Janeiro, que eles abrem uma lona de circo, é roda. De samba, é produção de cultura. Pessoal, pra gente não ficar esperando não sei quantos milhões chegar. Pra fazer uma revolução tem que ter os meios de produção, é necessário. Então, inclusive os editais muitas vezes não. Deixam de adquirir equipamentos e a gente precisa disso. Um cineclube é um negócio barato, é um projetor, um pano, 300 reais, um projetor hoje. Uma rádio, se eu tivesse uma rádio na minha juventude, no meu território, poxa, que jovem mais feliz ainda ia ser. Com produção audiovisual também hoje não é. Nada de fim de mundo.

Acho que tem que investir cada vez mais nas tradições que já acontecem nos territórios, que não desaviam de fora, que já acontece espontaneamente, que se mantém. Porque às vezes chega um programa, chega um projeto, acabou, mudou o governo, acabou o dinheiro, acabou a ação. Então como é que o que já acontece consegue se manter? Até porque essas tradições que acontecem no território é processo, é reordenamento sócio-espacial, é mística. Quando a gente tá falando de tradição, a gente tá falando de mística.

Quando a gente tá falando de um São João que não comercializa, é todo um processo pra quem tem a comercialização como foco, é todo um processo, é juntar, é coletividade, porque tá todo mundo, cada um enfiado nas suas telas, inclusive os nossos assentamentos, cada um enfiado nas. Suas telas, vivendo a sua vida individual. Falamos do Boi, hoje eu tava falando do Boi de São Luís, isso é incorporação, é alta tecnologia mágica, que está cada vez acabando mais, que o capitalismo vai destruindo. Os vaqueiros, voltando na discussão de ontem, é trabalho, é identidade, é pertencimento. Quando o vaqueiro morre, tem uma resolução. Que inclusive eu acho que as nossas mortes não resolvem, os nossos velórios. As folias de casa em casa, isso é encontro, é processo.

Então é isso, não estamos em busca do belo, de uma estética, de uma especialização para uma arte burguesa. Estamos nesse processo de mística. Inclusive, trazendo esse processo de mística, a gente precisa dar uma resposta no momento que as nossas crenças populares já viraram mercadoria. A gente precisa de uma revolução, inclusive, nesse lugar. E trazendo que não pensar a vida fragmentada.

Também dialogando com ontem, com o nosso debate ontem. Cultura é política, é religião, é saúde, é educação. O amigo meu trouxe que tá fazendo uma terapia, saúde mental, e é exercício de teatro, pelo que ele falou, sabe? Assim, é... Carla traz o Pronera da Futura, né, o nosso, ou o nosso Pronacu, ou o nosso Pronacura, tem que chegar nesse lugar, e é educação, né, das escolas. Então, tamo falando de vida humana, né. De reprodução de vida humana, é isso.

Jarbas, professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo artes da Universidade Federal da Norte do Tocantins (UFNT): No momento, sou coordenador do curso, venho acompanhado também aqui de Nalígia, que é estudante do curso.

Minha pergunta vai, uma consideração até para o Gustavo e para a Gustavo, aqui é sobre os dados, eu achei interessante os dados da realidade que você trouxe sobre os municípios com menos de 20 mil habitantes e da realidade de onde é que a gente vem lá no Tocantins, isso é basicamente o que é o estado, com 139 municípios, 134 têm menos de 35 mil habitantes. Desse número aqui, 30 com menos de 10 mil, 53 com menos de 5 mil habitantes. E boa parte delas opera nesse modus operandi que você trouxe aqui, do fazer cultura, justamente assim, essa dificuldade de ações contínuas ao longo do ano.

Muitas vezes a cultura acontece em eventos isolados, em martes, que vão ser geralmente o aniversário da cidade, ou um período de festa, muito específico e acaba que você tem dentro de uma agenda do ano ações muito pontuais e nada que percorre o ano inteiro como uma ação de médio, longo prazo que vai visar a formação, a contribuição para a vida dos sujeitos que moram nessas cidades.

Uma outra questão também é que são raros os espaços que existem, e equipamentos culturais, e mais raro ainda, os editais de circulação e ocupação desses espaços, e isso de uma forma geral para o próprio Estado. Então, a minha pergunta também vai no sentido que você trouxe ali na sua apresentação, trouxe uma parte importante ali sobre os instrumentos de gestão.

Eu acho que eu queria poder ouvir um pouco mais sobre o que você poderia ressaltar como quais seriam esses instrumentos de gestão mais efetivos e

eficientes, do ponto de vista do MDA, eu acho que também essa se estende também aos outros participantes da mesa, que seriam esses instrumentos efetivos e eficazes para a gente poder fazer, e também alguma coisa também, alguns comentários sobre o monitoramento dessas políticas e dos recursos.

Para a Carla Loop, você recobrou um pouco da fala do Edgar sobre o tripé dos movimentos sociais, estados e universidades. Eu acho que é uma questão importante a gente frisar que, por exemplo, onde a gente está, lá em Tocantinópolis, que é uma cidade de 23 mil habitantes, sobre o uso dos equipamentos das universidades e dos institutos federais. Porque a cidade, a gente basicamente é um espaço de promover e de oferecer ações culturais para a comunidade de Tocantinópolis, tendo em vista que a Prefeitura não faz, o Estado não chega lá com ações efetivas nesse sentido. Então, a gente tem essas possibilidades de desenvolver ações e programas, projetos a partir da extensão universitária, mas a gente acaba também encontrando algumas restrições, algumas dificuldades, que são voltadas principalmente pela dificuldade de recursos humanos. A gente chega com uma enxurrada de demandas da comunidade, externa, não só da comunidade externa, mas da comunidade universitária também, para a gente poder desenvolver essas atividades. E falta, bem, falta a gente.

A gente não tem condição, a gente tem o limite do tempo humano e das obrigações que a gente também tem contra os docentes na universidade. A gente gostaria de fazer tudo, mas a gente acaba se dando nesse desespero de não conseguir dar conta de resolver e de poder atender muitas dessas demandas.

Isso quando a gente nos barra também nas dificuldades de equipamento. A gente tem hoje três laboratórios de artes visuais, de música. Uma das salas de música, a gente tem a preparação para estúdio, a gente gravou o Canta LedoC lá, a gente está na captação de áudio lá, mas a gente tem muita dificuldade com recurso financeiro, a gente não consegue acessar recursos de projetos e editais, Para laboratórios, pela especificidade. A gente é muito barato perto daqueles que são colocados para compra de maquinários de 1 milhão, de 500 mil. A gente com 500 mil a gente ia fazer a festa, mas a gente não consegue acessar porque a gente não tem um equipamento que custa 500 mil para comprar. Então a gente não

consegue acessar muitas vezes essas questões. Então acho que é um ponto que era para a gente poder refletir. É sobre essa possibilidade de equipar ou ter algo nas universidades que permitisse a gente acessar esses laboratórios de arte, laboratórios de cultura, editais, que pudessem ajudar a gente a adquirir material para a gente poder fazer as atividades, comprar equipamentos para isso.

Jade (MST-SP e Coletivo Nacional de Cultura do MST): Vou falar três coisas, muito rapidamente. A gente partilha com a indignação da companheira Valneide e demais que nos precederam, no sentido de que é, obviamente, muito importante para o fortalecimento e para o nosso reconhecimento uns dos outros, enquanto organizações que são movimentos populares, que são movimentos culturais, territoriais.

Mas o quanto isso nos desgasta e nos enraivece também de saber que estamos nessa construção já há bastante tempo, desde antes de fazer reconstruir a democracia do nosso país, até reconstituição do próprio MDA, do próprio MinC, e de que, nesses um ano e meio, desde que nós tivemos a chance de realizar a Conferência Livre da Cultura dos Povos do Campo das Águas e das Florestas, e a gente ficou três dias, três noites e quase três madrugadas debatendo isto, as especificidades, as demandas, a gente praticamente desenhou esse Sistema Nacional de Cultura para os povos territorializados não urbanos. Todos. Todos. A façanha. Estábamos todos e todas lá. Não foi isso? Pois. E isso foi protocolado. Isso foi encaminhado para a Conferência Nacional de Cultura. Isso simplesmente não existe no Sistema Nacional de Cultura. Então, dizer que ontem alguém fez essa provocação, será que como tem a divisão dos ministérios da Agricultura (MAPA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem que ter o Ministério da Cultura e o Ministério das Culturas Populares, ou algo assim?

Não sei, porque no final das contas a gente volta, e a Ana já falava isso, a gente volta para uma questão que é de concepção e uma de fundo, da mesma forma que a gente vai fazer uma comparação entre o plano safra do agronegócio e o plano safra da agricultura familiar. E isso demonstra uma escolha política tal qual no campo da cultura a gente vai ter este problema, não é mesmo? De ter todos esses

bilhões e bilhões direcionados à indústria cultural e as migalhas que estão operando a reconstituição da cultura viva e das culturas populares tradicionais. E dizer que não é nenhuma heresia afirmarmos que nós não estamos contemplados enquanto movimentos e produtores da cultura territorializada nessas culturas que existem. É dizer que, como foi dito pela Maria, pela Lyvian, não é porque a gente está no campo, nas águas, nas florestas, e a gente está resistindo a um modo de produção que nos desumaniza com outras relações sociais de produção e, portanto, com outras expressões artísticas e culturais, que isso precisa ser tradicional, pode ser contemporâneo. Não se encaixa porque, a gente não está dizendo que porque é uma cultura camponês não pode ter rap, porque pode, tem rap indígena, tem rap quilombola, tem rap camponês, tudo bem, o que a gente está dizendo é a destinação para os povos que resistem territorializados e nós não estamos contemplados e se a gente não vai fazer uma visita do MinC, então como que desde o MDA, a gente vai criar o Pronatura. Adorei o nome que o Fabito já batizou.

Sandra, sou presidente da União das Casas Familiares Rurais do Brasil:
Falando nessa questão da educação do campo, na arte dura, trago também alguns desafios que nós enfrentamos, embora sendo escolas, do campo, Pedagogia da alternância, instrumentos que nós pesquisamos, os jovens, as famílias, as comunidades, o território, e isso tudo é cultura. Quantas coisas nós conseguimos adquirir nessas escolas com esses jovens? Quantas potencialidades que existem nesses territórios? E aí, eu fiquei me perguntando alguns desafios que nós enfrentamos na própria educação que são profissionais da arte.

Quando a gente encontra esses profissionais para nossas escolas, são profissionais que se formaram aí, que não tem nenhum vínculo com o campo, que não tem vínculo com a cultura, se formou por se formar. E aí a gente, quando encontra, que isso é raro e eu trago esse desafio, viu Clarice, porque não pensar em uma licenciatura dentro do PRONERA, para esses estados, para que a gente possa ter esses profissionais realmente do campo.

E uma outra questão é o acesso mesmo aos recursos. E não estou falando só dessa questão cultural, nós falamos de uma forma geral, em todos os ministérios,

as dificuldades que é enfrentado. O poder público, a escola pública tem dificuldade, imagine nós, escolas de educação do campo, pedagogia da alternância, escolas comunitárias, de gestão própria, ainda muito mais difícil. E aí essas escolas, elas desenvolvem feiras culturais. E aí vem a agricultura familiar, vem o artesanato, vem o teatro, tudo produzido por elas mesmas. Então, assim, falta o que nós estamos esperando dessa ampliação. Então, de que forma nós vamos trabalhar essa ampliação?

Nós começamos, no Comitê de Educação do Campo do CONDRAF, discutir com o MinC a questão de propostas de projetos. Mas vem um grande desafio. Tudo vai via município ou via estado. Não pode ser diretamente com a escola. E aí é o maior desafio. O município, a gente conhece hoje algumas realidades dessa parceria. O estado também é muita dificuldade. O estado da cultura é quadrilha, é boi, ou seja, lá o foco está muito mais coreografia. Não existe mais a Chita. Nem aqui existiu Chita, né? Nesse nosso cenário, nem uma Chita aqui, né? Pra caracterizar um pouco isso. Então, imagina lá nos estágios. Então, isso também precisa ser resgatado. Tem até as músicas ali, não sei se vocês sabem cantar, que eu não sei, né? Então, assim, você vê muito lindo o boi em São Luís, muito lindo as quadrilhas, o frevo, seja lá o que for. Mas, gente, quanto dinheiro é gasto aí nisso? E por que que lá na base, nas escolas, nada disso chega, né?

E se é pra chegar pelos municípios, eu... Digo mesmo que o nosso maior desafio para acessar o recurso público hoje e o recurso público ir para uma escola do campo, comunitária, na nossa modalidade, passar pelos municípios. Então, essa seria. E a questão também, hoje o tempo está passando. Hoje nós estamos, vamos dizer que tem um ano que o governo Lula vai poder fazer, porque depois vai entrar o período eleitoral, E tenho medo de que quando chegar em 31 de dezembro de 2026, a Clarice vai olhar pra Silma, a Silma como é? Valneia, Valneia vai olhar pra Carla, Carla pro Gustavo, Gustavo vai olhar pra nós e vai dizer assim, e aí? O que foi feito? E aí, o que tem feito? E se o Lula não continua mais? Nada será feito, porque a gente já viu essa experiência, se o Lula continuar ainda temos aquilo que nós chamamos de esperança. E lá na base eu trago isso, como o Lula continuar?

Como o Lula continuar se a gente tá no seminário, né, que a gente tinha nessa mesa um ministério que ele não está?

Como que nós vamos dizer lá na base, você precisa estar com o Lula e o Lula não está aqui conosco nesse seminário, né? Então, são muitas interrogações E não é só nesse seminário, não. Não é só nesse aqui. Se fosse aqui, era bom, porque a gente ainda tinha um jeito. Por onde a gente passa? Cadê o MEC aqui? O MEC, se nós estamos falando de cultura, de arte, embora que não está mais ligado ao MEC, mas tinha que ter aqui o setor de educação do campo do MEC conosco, discutindo essas políticas. Então, é mais a interrogação do que talvez propostas.

Viviane Cristina Pinto, do Coletivo Terra em Cena: Eu sou gestora cultural, também atuo com pesquisa e educação. E há 10 anos eu fiz uma pesquisa de mestrado que partiu de uma pergunta se existiam políticas públicas para a cultura do campo. E foi assim que eu conheci o PRONERA, Residência Agrária, o próprio coletivo Terra em Cena, desde então atuamos juntos. E lá a gente identificou que não existiam e seguem não existindo uma política sistemática voltada para a cultura do campo.

O que existia, dialogando com a fala de Luciano, é a predominância das leis de incentivo à cultura, que a gente sabe o problema, que parte de um modelo neoliberal e que o próprio agronegócio usufrui para limpar a sua barra.

E a gente, mesmo identificando os pontos de cultura como um programa fundamental para chegar na população rural, ali em 2014, a gente via que estava começando a se olhar para dentro dos pontos culturais incentivados, quais que trabalham com a temática rural. Não existiam dados e ainda essa é uma questão que eu queria trazer também. Faltam dados, faltam pesquisas, faltam análises desses dados para a gente poder avaliar a situação, o problema, entender a situação, o problema, as causas do problema e enfrentar o problema com políticas públicas, ações concretas.

Esse é um ponto e essas soluções, sem dúvida, partem dos próprios agentes culturais que estão no território. A gente tem que tomar muito cuidado para não reproduzir a lógica colonial de pensar o que é necessário chegar de política pública.

Por exemplo, a gente falou do problema da editalização, também acho que tem que estar nesse documento, esse problema da excessiva editalização, as regras, as burocracias, competições entre os agentes culturais e também uniformização dos projetos. O edital é um meio, ele não é política pública, ele é um meio de seleção de projetos para alguns casos específicos.

No caso dos municípios pequenos, por exemplo, não é esse o melhor caminho. Já existem outras formas, por exemplo, de efetivar o que já existe, o que já é feito nessas comunidades, nessas produções culturais, para que elas possam seguir atuando. Então, o colega trouxe também a questão do desafio com o marco regulatório e pensando a PNAB, isso foi tirado de 20%. Essa é uma outra questão, como a gente garante o monitoramento e que esses 20% cheguem de fato na ponta e na ponta que tem capacidade de enfrentar essa lógica do agronegócio, né?

Esse enfrentar os valores e uma disputa de subjetividades com o agronegócio. E aí, então, assim, eu acho que a questão que a gente leva para os grupos, assim, é de cobrança de pensar uma política que tenha a capacidade de fortalecer todo um ecossistema para a cultura popular do campo.

Edson, da equipe da ASPTA da Paraíba: E pensar cultura é pensar na sucessão rural. Pensar cultura para o campo é pensar na sucessão. Olhando para o campo não como um espaço só de produção, de teatro, danças. Entre tantas outras questões, mas como um espaço de vida, um espaço de pertencimento, um espaço onde as pessoas que lá estão, elas estão ansiando continuar nesse espaço. Continuar nesse espaço longe dos agrotóxicos, longe dos transgênicos, longe do veneno, longe dos grandes empreendimentos de energia centralizada que tem invadido os territórios agroecológicos e que é legitimada inclusive pelo governo e isso é um absurdo no que está acontecendo inclusive na região nordeste e a gente não pode desconsiderar isso, as ameaças do agronegócio elas estão aí. E somam-se a esses grandes empreendimentos que está chegando em nossas terras, descaracterizando e acabando com a identidade cultural das pessoas.

Então pensar em política pública voltada para o campo precisa pensar na questão do fortalecimento da identidade camponesa sim. E para isso precisamos

desburocratizar as políticas públicas que chegam ao campo, que chegam ao povo camponês. Porque muito se fala, muito se ouve, mas boa parte das pessoas que têm acesso não são da zona urbana. A zona rural fica extremamente esquecida e a gente não pode esquecer isso. Precisamos pensar nesses fortalecimentos. Quem está pensando precisa pensar o povo camponês como um todo. Precisa chamar os artistas, precisa chamar as pessoas de pertencimento para dentro, para pensar a política pública junto. Senão ela não vai acontecer. A gente vai ficar aqui toda vez chorando, vindo para aqui, discutindo e não vai sair do papel. É importante pensar sim o monitoramento para garantir o acesso a esses recursos e que o povo, a organização social, possa estar por dentro de todos esses processos.

João Oliveira, de Pernambuco: Estou na representação da **CONTAG** também. Eu queria fazer algumas provocações que creio que sejam até um tanto polêmicas, mas de uma forma bem fraternal.

Para começar, assim, nesse sentido, uma afirmação polêmica que eu queria começar a dizer é que eu discordo dessa visão de que o MinC não está aqui. O MinC está aqui. A companheira Evelaine é do MinC. Inclusive ela nos representa no MinC. Mas aqui ela representa o MinC para nós. E ela está em todo o processo de construção desse evento. Então eu acho que é importante a gente ter que quebrar um pouco essa questão. Claro que o questionamento a pressão, a insatisfação que a gente tem, ela é grande e precisa ser colocada. Mas é aquela coisa, a gente também precisa organizar a nossa indignação. A gente não pode fazer dessa nossa indignação uma coisa que seja desorganizada, porque acaba batendo demais no errado.

A gente coloca que as ações do Ministério da Cultura, elas de uma certa forma reforçam o agronegócio, mas o agronegócio ele critica com força a cultura, eles querem acabar com a cultura, e acabaram no governo anterior. Às vezes é um pouco também, meio sem parâmetro, a gente comparar o Ministério da Cultura desse governo, com os dois primeiros governos, o governo Lula e o governo Dilma, porque, há pouco tempo atrás, o MinC foi destruído, fechado. E eu, quando eu falei isso de Everlaine não é só por esse evento. Nos primeiros meses do governo, eu

estive lá fazer uma visita cortesia, porque ela trabalha com um grande amigo, o Júnior, lá de Pernambuco, Júnior Afro, e encontrei a Everline lá. A Everline já falava desse evento, de construir isso aqui, de como a gente precisava se organizar para construir uma cultura do campo. Então, o MinC está presente.

Outra questão que, assim, a gente precisa entender, que eu acho que esse encontro, ele não finaliza mesmo amanhã. A gente não vai ter aqui, se Margareth Menezes ou até o próprio Lula chegar aqui agora e dizer, eu tenho 10 milhões, a gente sabe o que vai fazer. Eu acredito que não. Eu acredito que não, porque não é só para a gente entender. Não é simples, porque existe toda uma estrutura que a gente precisa que ela seja contemplada. A gente não pode dizer assim, eu sei, eu posso gastar 10 milhões, é fácil. Não é. não é.

Outra coisa é que a gente também, até como, tirando um pouco da questão da polêmica, é importante que a gente faça um mapeamento, que a gente crie esse coletivo e faça um mapeamento de todas as iniciativas que a gente tem, tanto nos assentamentos, como nas áreas que a gente coordena, e que a gente, eu não sabia nem desse dessa questão que a companheira Jade falou, que é muito grave de não estar no plano, mas ao mesmo tempo quantas pessoas nossas a gente organizou para estar sendo delegado na conferência? Eu sei que não é uma coisa que é importante a gente se também criticar nesse sentido. Se a gente for comparar, eu sei que o Edson falou agora que o urbano é privilegiado e é mesmo, mas o pessoal da periferia, da cultura da periferia, são bem mais contemplados do que a gente, são ou não são? E eles, politicamente, foram bancar isso. As organizações da periferia estavam quase todas na conferência. E essa pressão política também tem que estar nesses espaços nossos.

Então, só pra completar, eu acho que tem uma coisa também que talvez possa ajudar, é que a gente precisa encarar essas outras políticas como o PNAB e as que já existem de uma forma de organizar o nosso povo para participar também. Imagine se a gente pega e vamos dizer, ó, uma no mínimo vamos conseguir, nós mesmos, trabalhar uma iniciativa em cada estado. Caramba, né? No ano seguinte, duas, dez, vinte, a gente tentar fazer isso com as instituições que já existem. Claro

que ela não está diretamente do jeito que a gente quer, mas também tem que trabalhar o nosso povo para ocupar o que existe.

E, para finalizar, tem uma experiência que a gente tem em outros programas que a gente acessa, como, por exemplo, o Pronaf. Um trabalhador, para acessar o Pronaf, precisa ter um projeto. Esse trabalhador não sabe fazer o projeto. Como é que se resolve isso? Não é com a Terra? Será que talvez a gente tentar, na nossa proposta também, um sistema parecido, que a gente consiga que os fazedores de cultura do campo consigam, porque às vezes é difícil, quando participa de um edital, ele até reunir fotos, reunir um... né? É difícil o portfólio. Então, quem sabe se seria também uma proposta de a gente ter um ater pra cultura do campo. Agora que não seja, até a Belani comentando ali, que não seja também tirando o próprio, a assistência técnica que já existe para outros fins, que ela não seja o mesmo, é outra coisa, é outra coisa específica para a barra cultura. Enfim, são ideias e provocações.

Participante do Instituto Tapera, no Centro Cultural Tapera Real, e representando aqui a rede de pontos de culturas nacional do Brasil: Apesar das críticas que vários fizeram à atuação do Ministério da Cultura, eu posso dizer para vocês que existe um bom trabalho na zona rural. Tem essa questão da rede de pontos de culturas rurais, que inclusive, no ano passado, promoveu o encontro de pontos de culturas rurais, onde veio representantes de pontos de culturas de todos os estados do Brasil, de cinco países da América Latina, onde teve uma discussão dessa questão da cultura.

Inclusive, foi o pessoal do MinC também, entendeu? E foi o pessoal do MDA, foi o pessoal do Ministério, foi até do Governo Zemba, que é a ??? (não entendemos o registro gravado) de Minas Gerais, na área da cultura, entendeu? E nós conseguimos discutir uma questão da política. Lá a gente observou que dentro desses pontos de cultura, nós tínhamos um ponto de cultura que tinha a maior biblioteca rural da América Latina, tem escola do campo, tem um museu lá em Pernambuco, bem desenvolvido, pessoal do Ceará.

Foi uma grande experiência e olha só foi feito dentro da comunidade rural, dentro de um centro cultural que tem um espaço muito bom. Veio mais ou menos

em torno de 200 pessoas. Foi toda a comunidade, dentro de uma comunidade rural que tem 700 habitantes. Onde se incrementou dentro desse encontro a questão do turismo rural onde as pessoas pernoitam tanto nas pousadas como nas casas, onde você demonstrou toda a cultura que se desenvolve no campo, da gastronomia do campo, cada um trazendo sua experiência, seu estado, entendeu?

O que eu penso é o seguinte, que a cultura do campo, ela precisa realmente mesmo, que o MinC se levanta pra ela, se acha dentro dela, dentro desse Brasil nosso aqui. Porque entre vocês aqui, eu percebi que vocês são muito intelectuais, falam muito bem e tudo mais, mas achei muito pesado o discurso, entendeu? Falam bem mesmo, são pessoas experientes. Só que a nossa zona rural não tá precisando só disso, tá precisando de ação física, você entendeu, João? Não tá precisando só de poesia, só de... A coisa é ação lá. Porque se eles não começarem a reagir agora, sabe o que vai acontecer? O ano que vem nós vamos se ferrar.

Eu vim em 2000, no primeiro mandato do Lula, e tô vindo agora. E eu posso dizer pra vocês a verdade, que o MinC vai estar tendo dificuldade mesmo. Concordo que tá tendo. Mas vocês que estão mais organizados, que estão falando melhor, vocês têm que ajudar eles. Esse ministério é o que nós temos agora. Antes, se o governo perder, vai ser pior porque podemos não ter nada de novo. Temos que lembrar que o MinC acabou e que está sendo reconstruído.

Então nós temos que pensar agora como se juntar para ajudar o MinC para que ele possa desenvolver uma cultura no campo para nós resolvemos nossos problemas também políticos o ano que vem.

Clarice: É disso que nós estamos tratando aqui, essa sua última frase.

Gustavo Meyer (MDA): Eu vou contar algumas questões, em relação às prefeituras, acho que isso já está bem discutido, né gente? Agora assim, em relação a aproveitar a estrutura do MinC, as políticas, aí eu acho que a gente tem que ser, se a gente tiver 5 bilhões pra cultura aqui nessa mesa, a gente pode ser preciosista e fazer exatamente o que a gente quer, mas a gente não pode dispensar parcerias.

Tem muita coisa da PNAB que eu tô vendo muita gente tocando terror aí na cultura com a PNAB também. Então assim, os 20% por exemplo, a gente pode usar como mecanismo, vamos mudar a forma de monitoramento. Então acho que a gente pode aprimorar aí, né? Em relação à pergunta que o nosso colega fez, eu acho que o Plano de cultura, para mim, é o instrumento mais efetivo para os outros fundos. E está sob o controle da prefeitura. O plano, o conselho, para mim, é isso. Porque a prefeitura, onde ela pode marcar sua presença, seu modo operante bem particular, ela o fará. Claro, não todas.

Em relação, respondendo assim a duas, duas também. Acho que pulei alguma pessoa. Mas a Viviane e mais algum colega que falou, né? Eu acho que se a gente pensar estritamente no público da reforma agrária, pensar num plano, num programa para a cultura da reforma agrária, sim, vamos restringir o público da reforma agrária, completo acordo. Se a gente for pensar para um Programa de cultura do campo, aí a gente tem que pluralizar. Isso é uma questão de democracia cultural. Se a gente não pluralizar, entender as dinâmicas, as inter-relações entre cidade e campo, as dinâmicas comunitárias, e pluralizar o modo de ação também. Então eu vejo um programa de cultura da reforma agrária, componente do programa, e esse sim tem que priorizar mesmo esse público. E mesmo o outro programa tem que priorizar também o convívio das comunidades, porque são os menos assistidos, de geral. Assistidos com o perdão da palavra, né? Ato falho. Então, o que formularmos tem que conceber o campo com uma pluralidade, considerando a sua dinâmica. Essa democracia cultural mesmo.

Carla Loop (MST): Clarice, ajuda a gente lembrar o Pronera atende a Reforma Agrária dos Quilombolas e o Crédito Fundiário. Ele se chama Programa Nacional nas Áreas de Reforma Agrária. Então, nós estamos falando de uma concepção de reforma agrária, que vale muitos outros espaços para a gente debater.

Eu quero falar de três ideias rápidas também. E a primeira é para nós, dos movimentos. Vocês estão vendo, né? Nós não podemos arredar o pé da luta. Nós não vamos arrancar a conquista para a cultura do campo sem fazer luta. Porque não tem reforma agrária, não tem desenvolvimento dos assentamentos,

desenvolvimento da agricultura familiar. Nós poderíamos listar muitos exemplos do que nós arrancamos, conquistamos, e é fazendo luta. A cultura não vai ser diferente. E nós, os movimentos populares, a gente tem a tarefa de retomar os nossos laços. E o seminário tem sido um lugar exemplar, de que nós precisamos se encontrar, inclusive, em outros espaços autônomos para fazer os nossos debates de concepção de campo, de cultura, de gestão, assim como o movimento da agroecologia faz.

A agroecologia é um ótimo lugar também para nos inspirar de que as organizações têm que ter essa autonomia. E a gente é mais forte quando faz esse debate de forma conjunta. A segunda ideia é que nós temos que persistir na construção de uma política. Nós não podemos abrir mão. Pode ser que comece com um programa, porque a gente escuta essas palavras, mas nós queremos uma política pública. E isso é lei. É muito diferente de cair governo e entrar governo e as coisas recomeçam e parece que não tem história, não tem memória. E, senão, a gente se contenta com os eventos dos pontos de cultura, desses momentos pontuais, que eles são essenciais, eles são positivos. Nós não estamos falando e negando essa contribuição. Mas não tem tido nada além disso. Nós consideramos desrespeitoso, nós consideramos pouco para toda a contribuição que há dos movimentos organizados.

E, por fim, para corroborar, acho que a gente vai ter a tarde toda para debater, em muitos outros espaços, que nós temos que alicerçar esse tripé para pensar cultura, como diziam os demais que me antecederam, do Encontro, dos Movimentos, da Universidade e do Estado. Não podemos abrir mão, porque já há uma experiência que demonstra que dá certo, que tem um caminho. O que nós estamos dizendo aqui, que tem que ter artista no meio disso, tem que ter esse povo que faz gestão de cultura, que a gente foi negado historicamente, a gente não aparece nunca nesse ambiente, nós não queremos um burocrata elaborando sobre isso. Sendo franca, né? Porque aqui, entre nós, não estamos aqui falando de nós nessa sala, não, gente. Estou falando de gente que pensa por nós, de quem decidiu que no orçamento do Ministério da Cultura ia ser via edital e não de outro formato. Porque alguém decidiu.

Então, nós vamos fazendo questionamentos mais estruturais, né? Porque nós defendemos uma política estrutural. Só mesmo agradecer aqui a oportunidade, que acho que é um grande momento em que a gente se encontra para poder discutir, pautar da nossa lógica, fazer a crítica. E dizer que a gente tem participado dessas políticas. Também não podemos, assim, participar dela, como é o caso da PNAD, Cultura Viva, etc, etc, etc. Esse esforço, vai se preparando. É uma forma da gente atuar, da gente acompanhar, da gente, quanto assentamento, quanto comunidades rurais, estar se aperfeiçoando no processo, compreendendo, dialogando nesses espaços, mas também não aceitar cegamente, não ver, não poder fazer a crítica, isso não é certo.

Entender como é que ele chega pra gente, que está no sentimento, estamos vivos, estamos em movimento, e não poder dizer, porque estamos inseridos, estamos em determinados espaços, em determinadas comissões, não poder dizer e acho que assim por estarmos lá dentro a gente tem mais clareza de dizer que não está bem e que a gente quer a mudança né e assim só mais um pequeno detalhe que é para nós que somos da classe trabalhadora sempre que a gente não cumpre a lei nas quatro linhas, sempre existe o jeito de punir, de punir a gente. Sempre existe o jeito. Agora, quando não é a gente, sempre se encontra um jeito de burlar. Essa história dos sistemas municipais, do sistema nacional, do sistema municipal, é criada os períodos, e aí é até tal período, e daqui não passa, e não sei o quê. E aí os municípios vão enrolando. Quanto que a gente escuta esse negócio? A elaboração do plano era de 2012, não podia passar de 2014, não podia, porque lá se vai. E aí, sempre, a cada ano, é isso. Sempre tem. Essas leis, essas normas, sempre existem os municípios, sempre o governo passa o pano, as leis não cumprem, não respeitam esses pedidos. Porque não é pra nós, é pra eles. Então, o monitoramento seria a eficácia pra que as coisas andassem.

Valneide: Muito obrigada.

Silma: Tem uma dimensão do trabalho que nós fizemos que eu não registrei, que eu gostaria de registrar e que é um material muito interessante.

Em 2012 foi criado o GT, um grupo de trabalho aqui coordenado pelo PRONERA, pela divisão do PRONERA, e que nós fizemos um mapeamento em vários estados do Brasil, reunimos com várias secretarias, fizemos toda uma articulação a partir do INCRA nos assentamentos. Isso eu acho que é um material interessante. para a gente retomar. Nessa fala, eu também digo da importância da gente ter esse mapeamento. Eu acho que essas iniciativas pontuais, a gente tem que ter a partir daqui, para que a gente possa trabalhar essas realidades específicas, porque também a dimensão cultural tem que dar conta dessas especificidades.

Nos foi perguntado sobre a questão da participação da rede Cultura Viva. Tivemos um fórum agora em abril, o sexto fórum, Crenças e Cultura Viva, e nós pautamos a questão de a Rede Pacra fazer parte da comissão enquanto rede, não enquanto ponto de cultura. Porque nós estávamos como ponto de cultura “Abrindo Velas”, a gente estava lá, mas nós, inclusive, fizemos essa discussão reivindicando que as redes que têm trabalho com arte, no caso a gente, nos assentamentos e outras redes municipais, elas teriam que participar também da comissão, certo?

Por relação à questão do INCRA, eu tenho uma visão crítica a partir do Estado, eu sou agente duplo, eu trabalhei dentro do INCRA como servidora pública e sempre tive uma relação de transparência, de diálogo com os movimentos, com os assentados, o pessoal que planta cultura, que planta, que colhe. E aí eu acho que nós não podemos deixar de ter um exercício crítico em relação a isso. Não é dizer que toda política não tem validade, mas é dizer que se constituir um modelo legitimador de política pública, de cultura, que não atende a uma sociedade que precisa defender a sua democracia. Que precisa defender os seus territórios, que precisa defender os seus povos. Isso que nós não podemos aceitar. Do ponto de vista do acesso aos editais, nós temos aqui representando nós.

Nós passamos por todas as etapas, desde aprender a fazer o Projeto, até fazer um pontão de cultura que não passou, não passou a primeira versão, nós tiramos nota 5 e Célio Turino me ligou e eu estava chorando em casa. Por que vocês

não passaram? Eu disse, eu não sei, quem tem que saber é você, não sei. Vamos rever, vamos botar de novo no julgamento, voltar para comissão recorri, abrir um porque antes não tinha, e nós passamos do 5 para o 9,5. Ou seja, o simples fato de um assentamento rural ser proponente de um pontão de cultura, no qual estávamos concorrendo com a USP nesse ano, o MST foi pontão de cultura da rede audiovisual. Isso impactava.

Então, nós vivemos todas essas etapas e hoje, nesse contexto da PNAB, ano passado, nós participamos de seis ou foram sete oitivas, Marcos, em todas, nós fizemos campanha pelos 20%, nós fizemos audiência com a secretaria, nós reunimos movimento indígena, MST, MNU, a partir do PARCA nós fizemos toda essa mobilização.

Os meninos do audiovisual lá, que não estão organizados mais nas suas comunidades, produziram peças publicitárias. Nós propúnhamos os 20% em todas as áreas. Nós queremos 20% das escolas livres de cultura, que vão para o campo. Nós queremos, dentro do audiovisual, 20% que vá para o campo para preferir. Eles, afinal de contas, só nos veem dentro do que o Rafael falou, dos exóticos, daqueles que já tem muito porque tem a cota. Então eles computam no final que os prêmios já são a parte dos 20%.

Então eu acho que a partir daqui, quando a gente diz inicialmente que esperamos 22 anos, que estamos felizes, é porque se pauta uma política pública para o campo. É esse lugar, não é que não tenha iniciativas, que muitos estados não façam, que não tenha toda essa trajetória dentro dos pontos de cultura rural, de memória, toda a luta do MST, que não é sobre isso, é para além disso, porque hoje nós não podemos mais achar que isso é suficiente diante do que está posto.

Por fim, a gente traz aqui, para entregar a Clarice, a proposta da exposição fotográfica, “Uma Terra Onde Corre Leite e o Mel”, 20 anos depois. Então, Clarice, a gente entrega, a gente quer fazer esse percurso, incluindo, inclusive, uma metodologia de ver as fotos, dialogar com esses sujeitos que estavam naquele momento, onde estão esses meninos, essas pessoas, 20 anos depois.

Então a gente entrega a você o projeto feito, editado por uma garota que tinha 12 anos. Sérgio, é editado pela Martinha, filha do Inácio, com todo amor,

carinho, pra gente tá aqui com esse projeto. E também compartilhar com vocês um kit, que a gente preparou, aqui é o material comemorativo dos 20 anos daquele grupo de teatro que tava no circo. Aquele grupo do circo, que fez circo, teatro, dança, então tá aqui pra vocês. A gente queria compartilhar esse material.

21/08 – Quinta-Feira

10 – Presença do Secretário Sebastião Soares da Secretaria de culturas Populares e Tradicionais do Ministério da Cultura.

A instituição dessa política é um acolhimento a essas propostas do povo, do campo, onde nasce especialmente a cultura popular, mas dos grupos e coletivos das periferias urbanas ou das periferias desse Brasil profundo, onde a gente está imerso, inserido, mas que são pessoas que estão construídas, ou reafirmando as suas identidades culturais, elaborando, especialmente, essas formas de pensar, essas formas da construção.

E a política, nesse sentido, a gente criou as escutatórias culturais para criar, para ter mais ou menos um diagnóstico do que teríamos no Brasil. E essas escutatórias que temos feito em todo o território nacional, o primeiro que fizemos nas cinco regiões do Brasil, virtualmente. E, em seguida, fizemos, por solicitação, reuniões temáticas, desde o reggae, cordel, repente, hip-hop, enfim, por aí vai, povo cigano, povo do terreiro, matriz africana, além de ter toda uma diversidade. E a gente chamou de escutatória, que é um termo não inventado por mim, mas de Rubem Alves. Ele dizia que já ouviu falar de muito curso de oratória, mas nunca ouviu falar de um curso de escutatória.

E baseado nisso, vamos ouvir as pessoas e elaborar esse diagnóstico e vender esse peixe, essa proposta à ministra. E pronto, ela acentou, porque é uma entusiasta das culturas tradicionais, populares, e ela, assim, uma portaria, criou um GT bastante alargado, digamos assim, do ponto de vista da participação social. A

Carla representa aqui a vocês e a nós aqui lá no GT, tem ela e uma suplente. Então, o GT é composto por 54 mestres e mestras, sempre respeitando o equilíbrio de gênero. São dois mestres por estado brasileiro.

Temos 18 ministérios participando do GT. Por que 18 ministérios? Porque a cultura em si, por si só, que é popular e tradicional, transversaliza as várias áreas do conhecimento, mas das institucionalidades. Como é que a gente vai trabalhar a ideia da proteção dos territórios sem envolver o INCRA, o MDA, o MMA? O Ministério dos Povos Indígenas e tantos outros ministérios. Como é que nós vamos tratar da saúde do povo negro sem o Ministério da Saúde? E por aí vai.

Então, nós temos esse ponto de 18 ministérios, nós temos várias entidades representativas desse GT, que subsidia a elaboração do plano, da política, especialistas, pesquisadores, de modo que é de todo o sistema MinC. As 13 composições do sistema MinC e as suas vinculadas nesse GT. Mas é um GT muito alargado, talvez grande, e aí todos nós poderíamos perguntar, como é que vocês podem coordenar o GT desta maneira? A gente se reúne uma vez por mês, tratando especialmente o que vem do acolhimento das escutatórias. Todas as escutatórias são gravadas, sistematizadas, levadas ao GT e debatidas. Encaminhada as propostas para a elaboração, que hoje já está pronta a elaboração de uma minuta, e o decreto que evoluirá para a ideia de um PL.

O PL a gente tem pensado muito porque, como sabemos, nós temos um congresso que é bem delicado, podemos dizer, para aprovar um projeto de lei dessa envergadura. Nós estamos com um projeto de lei para mestres e mestras da cultura popular, uma luta nossa também desde 2011, e já tivemos uma derrota última aqui na Comissão de Cidadania e Justiça. Exatamente porque lá constava, né, eu tinha defendido isso, mestres e mestras, que pode ser Yalorixá, Babalorixá, Pajé e tal, tal. Eu disse, olha lá, Érica, esse projeto vai ser derrotado, porque o Congresso que a gente tem aí consta Yalorixá como a mestre e Babalorixá, não tem outro. Tivemos uma derrota fragorosa nesse sentido.

Bom, mas aí nós construímos a minuta do decreto, bem bacana, porque teve todas as contribuições, e esse GT permanecerá reunido, hoje mesmo tem uma

reunião do GT, para criação de um comitê, gestor, um comitê deliberativo, que monitorará a implementação dessa política do Brasil como um todo.

Primeiro que essa política ela nasce de um desejo e uma aspiração social de muitos anos. Primeiro, em todas as conferências, desde 2005 até 2024, em todas as propostas que fizemos lá na conferência, saiu a ideia de se criar um programa. Nasce e sai da ideia de criar um programa nacional para as culturas transnacionais e populares. Na conferência temática que fizemos no ano passado, na Chapada dos Veadeiros, ela se reiterou se reitera essa ideia do programa.

Na Conferência Nacional, nasce, sobe para o plano. E aí, voltando especialmente no âmbito do GT, a gente disse, olha, vamos criar uma política, porque ela é mais abrangente do que o programa, do que o plano, né? Então, tem essa política que compreende a ideia de criar diversos outros programas.

E, conversando aqui com o Rafael agora há pouco, vocês têm o intento de criar um programa de cultura popular do campo, eu acho que pode ser uma boa ideia que a gente tenha um programa dentro da Política Nacional da Cultura Popular voltado para a cultura popular do campo. Eu acho que essa é uma das propostas que eu queria trazer aqui nesse sentido.

Dentro da política, a gente tem chamado de monitoramento reflexivo à medida que a gente faz as escutatórias, faz o debate no GT e, à medida do possível, vai se implantando algumas questões já. Por exemplo, nós já vamos lançar uma portaria ministerial que cria o programa nacional dos festejos populares. Pensamos em ideia de criar o festejo junino, mas aí ficaria muito reduzido, só as festas juninas. E aí os festejos populares é a maneira com a qual a gente pode abranger todos os festejos, desde Congado, Reinado, Moçambique, enfim, Folia dos Reis e tal, Festa Junina e tantas outras manifestações que temos no Brasil afora, que é uma realidade.

Um outro programa que se tem, acho que tem a ver exatamente com o inventário nacional de referências culturais dada pelo IPHAN, mas isso é mais abrangente, que é uma rede nacional para mestres e mestras das culturas tradicionais e populares. E abrange todas as formas de conhecimento e de saberes desses guardiões dos conhecimentos tradicionais por aí afora.

A ideia é criar um aplicativo, porque também é um programa, um aplicativo ou uma plataforma onde esses mestres e essas mestres possam ali depositar as suas expressões, as suas manifestações, seus depoimentos, enfim, e que a gente possa criar um mapeamento mais sistêmico de todos os territórios nacionais. O outro programa importante, que é o programa de proteção aos mestres e mestres das culturas tradicionais e populares. É um programa mais evoluído, porque esse que está lá no Congresso Nacional, ele, na nossa opinião, está muito fragmentado.

Em 2011, que vem tramitando, cada comissão que ele passa tem uma derrota, uma diminuição daqueles direitos que foram garantidos, ou que pelo menos foram aspirados por nós, intentados por nós. Por exemplo, nessa lei tinha-se o intento de que o mestre e a mestra pudessem ter uma bolsa vitalícia baseada no CNPq, uma bolsa de doutorado, que hoje corresponde a 3.100 reais. E teríamos o teto de mil mestres. A medida que esses mestres forem falecendo, a gente vai repondo isso aqui. Hoje passou para 250, né? O que é 250 bolsas em um Brasil desse tamanho? Passou para 250. A bolsa de doutorado que era 3.100 passou para um salário-mínimo. Diminuiu, quer dizer, então para nós já não nos serve.

E a gente apontava também para a ideia do Notório Saber, que eu vou falar para vocês daqui a pouco sobre o Notório Saber, que é uma luta imensa que a gente está fazendo com as universidades públicas federais. Na semana passada, ele fez uma reunião com 51 universidades. Está bem avançado esse debate. Bom, então nós estamos apresentando esse outro programa que se virá na derrota deste, ou como substitutivo, ou entrarmos com um novo PL, para ver se a gente consegue avançar nessa política.

E ela é mais avançada porque grupos e coletivos culturais voltados para a cultura do trabalho popular, vão ter prioridade nas políticas de habitabilidade e da habitação. E aí se cria ali um usucapião cultural. Usucapião Cultural, para grupos que estão na urbanidade, ele tem direito de entrar em Usucapião, até 500 metros quadrados, Usucapião Cultural. E na zona rural, até 4 mil metros quadrados.

Grupo coletivo, mestres e mestres, que nós sabemos, evidentemente, que os mestres e mestres estão imersos na vulnerabilidade, eles foram moldados na vulnerabilidade social, inclusive, para que isso possa se criar e reforçar a

invisibilidade que a cultura popular sempre foi submetida pela elite branca brasileira, especialmente das grandes cidades. Então, tem esse usucapião.

A Ministra Margareth sugeriu que nós criássemos também um fundo, aos modos de um fundo do audiovisual, um fundo setorial do audiovisual. Cria-se também um fundo nacional para as culturas tradicionais corporais, para que a gente possa avançar, dar ideia de sair dos editais, que não é de todos, nem é de todas. O edital, que é um meio ainda estratégico, democrático, mas a gente fica competindo com nós mesmos.

Então, assim, muita gente, muitos mestres, especialmente por não ter letramento, tem um letramento mais evoluído, que é as oralidades, mas elas são pouco reconhecidas pelo Estado brasileiro. Não por este governo, mas pelas burocracias. O governo já trata a burocracia como um grande poder. Então, esse sistema é uma questão muito amarga nesse sentido. Apesar de a gente ter evoluído na elaboração dos editais, a gente não alcança, porque existem os vetos dos órgãos de controle.

Nós tivemos uma agora de marca regulatória de fomento à cultura. Por mais evoluído que ele seja, os estados e os municípios não a admitem. Ainda segue uma regra das leis de licitação, 8666 e tal, e tal, e tal. Portanto, esse fundo pode criar uma horizontalidade, facilitar uma horizontalidade, para que todo ano as pessoas possam acessar esse fundo e desenvolver suas ações. É um avanço social histórico que podemos criar nesse novo marco.

E ainda a ideia do notório saber, que é esse debate que a gente está fazendo, do Brasil como todo, especialmente envolvendo as universidades e agora estamos começando a envolver também os institutos federais, por ter maior capilaridade em todos os estados. São mais de 600 institutos federais, então eles têm mais possibilidade de alcance em todo o território nacional. E o notório saber é reconhecer o mestre e a mestra como notório saber e assim lhes dar legitimidade para que eles possam atuar dentro do espaço da educação. A educação na escola, na universidade, mas também na rua. A rua como espaço de sociabilidade, de troca de conhecimento, um espaço potente onde acontece a educação, que ele possa ser legitimado ali.

O notório saber, já o próprio “Pandemoni” fez essa discussão, precisamos ter muito cuidado nessa discussão do Notório Saber, porque ele quis criar o Notório Saber para os militares terem aula nas universidades. Então, o Notório Saber, para nós, é que o tratado é meio que uma reparação social histórica aos mestres e mestras das culturas tradicionais populares, que têm os seus conhecimentos bastante negados dentro do próprio capital cultural do tempo, e a ideia que cria esse reconhecimento para a universidade, para que eles possam dar aula legitimamente nas universidades.

Tanto que a gente criou agora, no ano passado, um acordo de cooperação técnica, MEC e MinC, e queremos estimular os institutos federais e as universidades a criarem as suas resoluções, no intuito de criar, de dar legitimidade sobre o notório saber.

A Universidade Federal de Minas Gerais já tem, já hoje, essa resolução, uma das mais avançadas, a Universidade Federal do Ceará também. Do Ceará, nós temos 60 mestres reconhecidos como Notório Saber, mas ele não tem nenhum mestre titulado como professor doutor.

Na Universidade Federal de Minas Gerais nós já temos 26 professores doutores como Notório Saber, seis dos quais dando aula na Universidade Federal da Bahia, isso é muito importante, E aí há uma outra questão maior ainda.

Porque os mestres e as mestres sempre atuaram dentro das escolas, e eles ficam brincando nas salas, nas quadras, etc., com raras exceções, sem que os professores tenham conhecimento daquilo que o mestre está lá a repassar para aqueles estudantes. Então a gente está também nessa mesma discussão, querendo que os conhecimentos tradicionais sejam também, e sirvam como componentes curriculares, para que os professores possam, os educadores possam ter acesso àqueles conhecimentos tradicionais ali, e das oralidades, naquilo que a oralidade quando é transcrita já não é mais oralidade, é sistematizada.

Mas que possam, inclusive, ter, a partir da contação de histórias, como diz a minha mãe de santo, dizer, olha, você fica lendo esses livros para aprender as coisas erradas.

Então, essa é mais uma frente incluindo o notório saber da universidade, mas, sobretudo, o currículo, o componente curricular. Essa é uma questão. A Universidade Federal do Ceará, reconhece o notório saber e não titula como profissão doutor. Então, hoje, nós já estamos alargando essa ideia a partir dessa GT que as universidades criem as suas resoluções para esse notório saber e que possa reconhecer esses conhecimentos, né? Nacional popular como conhecimento importante.

É necessário que escutemos as culturas locais, o entorno das escolas, o entorno das universidades, mas isso não é levado a cabo. Ainda a gente tem como componente curricular, geralmente, a questão é um pouco pesada, uma questão que nem é nossa.

Portanto, a grande evasão escolar, na minha opinião, tem sido especialmente para as pessoas estudarem muitas coisas que ali estão muito longe do nosso sentido de pertencimento. De modo que essa questão do notório saber é uma das discussões importantes que a gente pode juntar nesse próprio programa que vocês querem criar de educação popular no campo, por conta deste... Cultura popular no campo.

De modo que esses conhecimentos precisam ser reconhecidos, legitimados dentro da universidade. Estive um dia desses com a CETEC. CETEC é a Secretaria de Tecnologia do MEC. Eles reconhecem várias profissões, padeiro, confeiteiro, etc, etc. Já como um notório saber, mas não reconhece o mestre como conhecimento tradicional. E ainda o MEC não alcança isso como um conhecimento tradicional.

Já conhece várias, vendo mestre de mestre todos esses conhecimentos. E a gente quer que ele aproveite essa própria resolução e faça assim também para os mestres de mestre. Eu posso até dizer assim, tratar as pessoas como patrimônio. Não somente com as coisas.

E as universidades, acho que nós temos oito universidades que já estão fazendo, a Universidade de Brasília, a UnB, tem o Encontro de Saberes aqui, já instituída pelo professor José Jorge, foi o mesmo que trabalhou a questão das cotas, e aí, hoje nós estamos tratando notório, também como a cota, como a reparação

histórica, esse reconhecimento aonde nasce o Encontro de Saberes aqui, o Nego Bispo e tantos outros conhecimentos, aberta no CNPQ.

Então, a UnB é uma das protagonistas nesse tempo. E aí, já várias outras universidades têm adotado essa questão do notório saber. E nós estamos, agora, criando um consórcio nacional sobre o notório saber. É as siglas que eu tô aprendendo agora, as siglas. Termo de execução descentralizada, que é com o Instituto Federal no Ceará, incluindo a UNILAB, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade de Brasília, para discutir e aprofundar esse debate sobre o notório saber.

E já acompanhado desse próprio consórcio, com mestres e mestres sendo bolsistas nesse sentido, para ampliar esse debate nacional e que as universidades adotem, a partir desse GT de acordo de cooperação técnica, para que a gente tenha em todas as universidades brasileiras este reconhecimento como notório sabido.

De modo que esta política nacional para as culturas tradicionais populares está abrigando várias propostas de programas. O GT está corresponsável por esta elaboração. E agora, logo em seguida, nós vamos criar esse comitê e criar um plano de ação, que seria o plano de ação de 2026 e 2027. Está bem na hora de a gente fazer essa discussão e ampliar essa participação implicada, sobretudo, na política que já está desenhada.

A ideia é que esse decreto seja assinado agora dia 17 de setembro. 17 a 20 de setembro. Inclusive, estamos chamando aqui o Stédile (MST) para fazer parte de uma mesa, para fazer um seminário internacional Cultura de Tradicionais Populares e Justiça Climática.

A ideia da justiça climática é para que possamos discutir o racismo ambiental, mas, sobretudo, as desigualdades sociais com as culturas tradicionais e populares. A ideia de tratar esses desafios globais, dada a COP, a gente chega próximo disso, mas, sobretudo, com o desafio dos nossos conhecimentos locais.

Portanto, são algumas ações que a gente tem trabalhado e acolhido no Brasil como um todo, com avanços muito significativos. Essas escutatórias culturais têm feito, assim, uma... têm dado-nos um grande resvalo e ressonância escapilarizador no Brasil como um todo. Porque ela não só discute a política voltada para a

culturalização popular, mas como discute as várias outras políticas necessárias e emergenciais, urgentes, para o território nacional.

Acho que era mais ou menos essa salvação que eu queria trazer e fico aqui aberto para vocês fazer algumas questões, se possível, e travar o debate mais interessado nesta direção.

Mas aqui fica assim, depois que o Rafael me falou desse programa que vocês querem criar, eu acho muito importante, viu, Carla, você que está lá no GT, a gente levar isso para os GTs, e se vocês concordarem em tudo, você parte com o programa da Política Nacional para a Cultura Internacional e Popular.

Eu acho que, por exemplo, tem outros ministérios que podem abrigá-lo, o programa como o MDA, o MMA e tal, mas eu tenho que defender a minha praia, o Ministério da Cultura, como eu tenho feito a grande provocação, ele é uma base estruturante para a formulação da educação, mesmo tendo uma indissociabilidade.

Eu sou freiriano também, assim, mas é indissociabilidade. Bom, da cultura e da natureza, imagino que a cultura e a educação também são dissociáveis. Mas ainda defendo que a cultura é a mãe da filosofia, da educação... Você criar lá já é.

Clarice: Já é. Aqui o dinheiro não tem cor, não tem dor, não importa onde esteja. É assim. É isso mesmo.

Tião: Pra que dinheiro se a gente já tem muita alegria e felicidade?

Mas é isso, eu trouxe isso aqui, eu venho do encontro de João que é lá no Rio de Janeiro, e nas escutatórias eu sempre falo isso assim, eu acho que eu não trago nenhuma discussão ilusória, de ilusão, mas minimamente despertar para a nossa subjetividade o sonho, de sonhar dessas possibilidades de construir uma política com vários pensamentos, com as várias disputas que a gente tem feito aí. A disputa pelo pensamento, a disputa pela democracia e a disputa pelo nosso espaço de construção.

Essa é uma das nossas intenções maiores da política nacional para a cultura internacional popular. De modo que o jongo diz assim, “quem quer comprar, quem quer comprar, quem quer comprar o que eu trouxe para vender? Para vender eu trouxe coisas bonitinhas, coisas engraçadinhas e azeite de vender”. Portanto, é essa venda que eu quero trazer pra vocês aqui da política nacional pra cultura tradicional e popular.

11 – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELABORADAS PELOS 04 GRUPOS DE TRABALHO

FALA DAS MESAS

GRUPO 1

O QUE NÃO PODE FALTAR

1. Não pode faltar a questão da cultura negra. Principalmente nos territórios, não pode faltar a cultura negra. Dar maior visibilidade e reconhecimento à cultura negra e à sua diversidade no campo.
 2. É necessário refinar a ideia de campo. O campo que estamos falando inclui o projeto da agricultura camponesa/familiar, em contraponto ao agronegócio. Valorizar o campo da classe trabalhadora.
 3. A priorização da diversidade das expressões coletivas e comunitárias do campo, em detrimento da ideia de espetáculo e espetacularização. Deixar uma cláusula bem desenhada sobre o que configura uma cultura contra hegemônica e anti-patriarcal.

4. Uma conceituação de que cultura não é simplesmente uma mercadoria, mas remete à fruição, à sensibilidade, aos modos de vida, à humanização. Entretanto, essa conceituação deve valorizar a geração de renda associada à comercialização de determinados produtos da cultura.
5. Educação para a valorização (gosto) da cultura popular.
6. A política cultural do campo deve valorizar a importância do acesso à comida, à água, à sombra e aos meios de produção da cultura.
7. A produção cultural do campo deve estar ligada a uma produção comunitária. A arte e cultura do campo deve estar ligado ao cotidiano e à continuidade.
8. A política pública deve prever meios de produção para o fazedor da cultura (ex. a aquisição de instrumentos de percussão, maquiagem, figurino etc.).
9. Assistência mediadora politizada para o território (agentes culturais para acompanhamento cotidiano de memória, registro e sistematização, articulação, mobilização, formação, organização, animação dos coletivos).
10. Investimento/ocupação/garantia de praças públicas, espaços de convivência/comunitários.
11. Compreensão de arte e cultura como educação das sensibilidades, algo que não se encerra na ideia do produto, da festa, do espetáculo, mas que depende de um cotidiano. Os agentes do campo têm direito a ser um profissional da cultura.
12. Cultura e culinária, cultura alimentar, plantas medicinais, rezas e benzimento como modalidades a serem incentivadas

13. Incentivo ao alargamento do repertório cultural, às várias modalidades da arte e da cultura.

14. Mecanismos para os jovens (re)aprenderem habilidades importantes à vida na roça (amolar facas, fazer esteiras de bambu, fazer instrumentos musicais, afinar acordeóns etc.).

15. Ações que proporcionem uma centralidade rural, que não desterritorializem o campesinato e crie um movimento em direção ao campo.

Ações que ampliem o horizonte, transformem paradigmas, elevem a consciência de classe.

Que proporcionem a experiência humana que retome a compreensão de Humanidade-Natureza, em diálogo com quilombolas e indígenas, buscando adiar o fim do mundo.

Que possibilitem a fruição de uma nova mística, religiosidade, espiritualidade, crenças, retomando e fortalecendo ancestralidades.

Fortalecer ações de identidade, memória e território

Que possibilite a criatividade.

Cultura em movimento, e não engessada, estagnada.

Que não obrigue a modernização, burocratização, urbanização ou emburguesamento do campesinato

O QUE FAZER

1. Contratar sistematicamente agentes culturais

2. Capacitar membros das comunidades para a construção de instrumentos musicais (lutheria), fazer figurinos, bonecos etc., a partir da contratação de mestres capacitadores

3. Garantir a presença da cultura e da arte em todos os processos formativos do Pronera e das licenciaturas em educação do campo.
4. Abrir cursos de arte, cultura e linguagens no âmbito do Pronera
5. Estimular as escolas a serem espaços culturais (garantia de mecanismos e equipá-las para não sobrecarregá-las)
6. Garantir que as festas sejam exemplo da valorização da cultura local e das expressões do campo (o artista local deve ser contratado também nas grandes festas)
7. Realizar caravanas culturais percorrendo os territórios de cultura
8. Emendas como alternativa para financiamento
9. Oficinas comunitárias para o fazer do cinema
10. Fortalecer e potencializar a rede de pontos de cultura rurais promovendo alinhamentos com a política nacional de cultura do campo
11. Orientações nítidas/socialização de informações sobre como se pode acessar as políticas públicas da cultura do campo.

GRUPO 2

Relatoria do GT 2 do Seminário Nacional “Por uma cultura do campo?”

20/08/2025 / 15h às 18h

Participantes: Julie Wetzel (Consultora MinC), Ana Emilia (MST), Carla Loop (MST), Ana Claudia Pessoa (Incra), Jarbas (coordenador do curso de extensão em artes

de educação do campo Tocantinópolis, TO), Clarice dos Santos (Incra/Pronera), Jaqueline (Incra/Pronera), Tiago (MST/ES), Isabelly (Poeta/Comitê cultural), Melissa (MT), Manoel Silvestre (Contag-Alagoas), Nilson (Fetagri-Marajó) e Nicoli (SC/RS).

Leitura do texto base do Seminário

Movimentos sociais e sindicais – enfrentamento aos desastres climáticos – são esses movimentos que nos impulsionam em sonhar

Perguntas:

1. Quem somos e o que não pode faltar na política pública de cultura para o campo?

- A política pública deve ser para além de um projeto ou um programa (porque estas acabam), nós queremos a política pública para que se torna lei. Papel do governo, papel do Estado, vai para além da nossa relação com o governo.;
- Vai para além do acesso, mas é se apropriar dos meios de produção.
- Assim como a “Educação do campo” e não “no campo”;
- A relação de cultura com o trabalho, não estão separados, fazer cultura é fazer trabalho. A política pública é para criar unidade coletiva para os sujeitos do campo. Aponta um processo de disputa a um processo de cultura hegemônica. Política pública é sobreviver, viver e existir;
- Após 20 anos de experiência de Rede de Cultural da Terra, que possibilitou este debate;
- Primeiro ocupa a terra com barraco simples, prático e rápido. Quando a situação é mais firme e com mais tempo, já começa a aparecer o que é a nossa cultura. Um jardim, uma horta, um parquinho de pneu, uma roda de chimarrão. Começa a ter um ensaio para o assentamento. Quando a gente está na nossa casa, é do nosso jeito. Dentro do campesinato, o campo ficou com um espaço. Precisamos pensar sobre o encantamento.

2.Quem somos:

- Arte como dinâmica da vida. O pescador, antes constrói a rede e conta história.
- Não ter a possibilidade de viver de cultura no campo, como a viola do cocho;
- Anúncio de cultura popular do campo, demarca o sujeito que está construindo e demandando a política;
- Tripé e o quarto sujeito: artistas em rede ou individualmente;
- Políticas contínuas para fortalecimento dos saberes e fazeres do campo entendendo essas epistemologias da vida do campo como vários saberes culturais e ancestrais.

3.Participação social:

- O espaço do encontro, corpo que transita para fazer formação. Perspectiva de escuta dialógica, fraterna. Caso de Boa Vista, tem venezuelanos, comunidade indígena. Primeiro ouvir.
- Reconhecimento, mapear, cartografar. Ouvir a materialidade. Conhecer o povo, a singeleza da vida. Construir redes e ter escolha.
- Diálogo e entrada com respeito com a comunidade.
- Comitês para dialogar dentro dos campos
- Se tem o Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por que não tem a Assistência técnica especializada em cultura (ATEC)? Precisa saber de cultura e território, de luta pela terra;
- Tem que haver corpo a corpo, conversa. Mostra a proposta, preenche junto, contar a história, propor a ideia. Onde estão os agentes territoriais do MinC?

4.Forma:

Criar uma lei de incentivo para editais dedicados a cultura do campo com editais simplificados. Criar lei de incentivo com editais dedicadas a cultura no campo de forma mais simplificada de submeter projeto e de prestar contas de tais projetos;

- Projetos pensados e executados no campo;
- Relação com o IPHAN, a memória material e imaterial da cultura popular do campo.

- Equidade no acesso e processo de “aplicar”. Especificidade das características de cada região: bioma, festividades, dinâmicas territoriais.
- Edital que privilegie artistas, professores e profissionais do território camponês, da comunidade propositiva ou circunvizinhas;
- Criar cotas prioritárias para comunidades mais fragilizadas.

5. Conteúdo:

- Cine club para as comunidades e criem os filmes pelas próprias comunidades, ter uma rede de circulação. - Criar meios de valorização dos cineastas das comunidades e criar cineclubs nos campos para circulação dos filmes feitos nas comunidades;
- Possibilidades de financiamento para cultura de oralidades. - Dentro dos editais ou propostas ter mais possibilidades voltadas para oralidade;
- Reforçar o reconhecimento, incentivo e defesa de mestres. Com facilidade de mecanismos para comprovação dessas. Dentro dos editais ter prêmios de incentivo para mestres e fazedores de cultura que já tem uma ampla trajetória, dentro disso criar mecanismos para facilitar as formas de comprovação dessas trajetórias;
- Assim como Freire, se a gente não educa para libertar, o sujeito também vai querer a forma e o conteúdo do opressor;
- Valorização dos artistas locais nas festividades pontuais da cidade ou município;
- A cultura como organização territorial, organizar o processo da cultura como dinâmica desses sujeitos. É processo, é organização e formação;
- A intencionalidade da política deve ter como objetivo a articulação das lutas pela terra e pelo território;
- Edital voltado à realidade e necessidade dos povos do campo. Crítica ao Pronaf é a mesma aos editais;
- Lei em um município de PE que valoriza a cultura local. Disciplina de poesia nas escolas. A cartilha de poesia tem o poeta do campo. Poesia dentro das escolas e o poeta dentro da cartilha. Para dar certo, o artista precisou ter destaque. Patrimônio cultural para os mestres. (Dedé mora em Tabira)
- Circuito de poetas e envolve agricultura familiar;

- Assisão virou patrimônio, colocaram dentro das escolas, circulou pelo estado e vinculou com o turismo de Lampião.
- Vínculo com empresa que tenha responsabilidade ecológica e compra a matéria prima da agroecologia. Produção de livro sobre o plantio e distribuição para as famílias junto com cesta básica. Os livros tinham as histórias das famílias. Criou uma rota turística com painéis dentro dos territórios das famílias;
- MinC incentivar as secretarias de cultura (é visto como a violação do pacto federativo);
- Valorização do patrimônio, do ser e fazer do campo;
- Financiamento, a condução da política, a presença;
- Fortalecimento das pautas culturais das mulheres do campo elaborado como foi solicitado na marcha das margaridas.

6. Infraestrutura:

- Ter subsídios para manutenção desses espaços de cultura;
- Melhorar o acesso à internet para garantir as inscrições, no edital da PNAB não foi possível enviar tantos projetos por falta desse acesso.
- Investir na memória contribui na defesa do território, das pessoas daquela comunidade. Cria-se vínculo com quem já fez e está fazendo. Criar memoriais, paredes, museus.

7. Circulação:

- Condições de circulação regional, estadual, interestadual e nacional;
- Proporcionar intercâmbio entre os artistas e grupos artísticos;

8. Formação:

- Criar meios de parcerias ou facilitar a formação e registro de pontos de cultura rural
- Ampliar a formação em nível superior em arte-educação para professor do campo, Pronera. Abrir uma nova habilitação. Existem 71 cursos de educação do campo no país e só três trabalham com as artes, para formar um arte-educador do campo. E

tem 120 vagas para estudantes. Educação do campo com habilitação em artes. (Parfor na Paraíba,) Seria importante se a Secadi e Cemob estivesse aqui.

- Depois vai precisar de estrutura física, laboratórios, salas específicas. Necessidade de professores de artes ministrando as aulas de artes. Isso irá incentivar o ensino universitário presencial. Incentivar a formação superior em arte em relação com a história e formação da sociedade.
- Repetir os cursos de artes que o Pronera fez para formar professores em artes para as escolas, Institutos Federais e universidades;
- Editais que possam disponibilizar recurso para as Universidades, para ter um plano anual de compras de materiais que atendam as demandas dos laboratórios e para fomentar a produção e circulação cultural e artística.
- Uso das Universidades como espaços de fruição cultural. A universidade é um espaço do fazer cultural. Exposições, saraus, apresentações.
- As escolas como centros culturais. Passa pelo debate da educação. Arte e cultura como estrutura formativa dos sujeitos. Por isso nós temos que enfrentar o debate sobre o fechamento das escolas
- Formação dos profissionais das universidades do campo entre o Incra, Secadi, e MDA para qualificar os PPC dos cursos para ter mais diálogo e construção com as artes. Triangulação institucional (movimentos, Estado e Universidade);
- Formação em duas dimensões cursos e residências (processo de formação em imersão). Como que a cultura entre em todas as propostas dos cursos do Pronera?
- Pesquisa. Universidade;
- Criar meios de parcerias ou facilitar a formação e registro de pontos de cultura rural;
- Fortalecer o Pronera pela sua legitimidade histórica, alcance geográfico;
- Criação de rede de formação híbrida para comunidades para proporcionar encontros periódicos a partir de suas regiões, fragilidades e necessidades;
- Efetivar mecanismos MinC e MEC para implementar devolutivas universitárias para a comunidade de forma simples e efetiva, junto a isso buscar valorizar os saberes empíricos dos mestres a partir da oralidade na universidade;

- Editais abertos para educadores e facilitadores do campo com protocolos mais simples e voltadas para cultura do campo.

9. Reflexões:

- Acesso ao recurso público não pode ser só pelos editais. Como facilitar a prestação de contas para poder comprar da agricultura familiar;
- Articulador político pedagógico – institucionalizado pelo Pronera;
- Reconhecimento da produção alimentar pelo camponês, da cidadania camponesa.
- Construir com o governo e com desdobramentos;
- Independência da secretaria de cultura dos municípios. As vezes vem junto com esporte e da juventude. A separação das frentes auxilia o avanço. Sertão de Pajeu (PE)

10. O que nós temos que fazer para prosseguir?

- Encadeamento das ações;
- As outras pessoas e sujeitos precisam aderir o debate da cultura (agrônomos, professores e outros profissionais);
- Grupo de trabalho que segue debatendo o processo. Beber onde tem que beber, no Pronera;
- Construir a política, como um processo formativo;
- Articulação dos sujeitos dos nossos espaços com alcance nacional;
- Fazer fórum para ampliar os debates, não vamos esperar recurso para isso. Vamos usar as escolas;
- Aproveitar as festas de colheitas e festividades locais para ampliar esse debate do fomento à cultura;
- Pontuar a obrigatoriedade dos estados e prefeituras aplicar recursos voltados a incentivos na cultura do campo.
- Criar uma plataforma nacional para cadastrar casas de memória e cultura para contribuir com a circulação dos bens culturais;
- Assinar o documento com os sujeitos coletivos que estão envolvidos.

GRUPO 3

Relatório do grupo 3 (Coordenação Luiz Portela e sistematização de Rafael Villas Boas):

Marcus Cardoso, do MST do Ceará: Contribui no Coletivo de Cultura do MST do CE, voltado para a questão da gestão pública, da esfera de tomada de decisões.

Sistema Nacional de Cultura: organicamente não abrange de modo geral. Começamos a ser inseridos no plano nacional de cultura. Acha difícil aprovar financiamento para a reforma agrária. Ainda mais quando estão tentando derrubar toda a política de financiamento da Lei Aldir Blanc.

Precisamos unir o tripé: universidades - Estado - movimentos sociais

O argumento é que não existimos. Vamos então trabalhar na linguagem deles, sistema de mapeamento e produção de indicadores.

E o órgão gestor seria a câmara setorial.

O MinC não está aqui, já trouxemos isso desde a conferência nacional temática, dos povos do campo, das águas, da floresta, e lá estavam dez pessoas do MinC, inclusive o secretário executivo.

Temos que pensar a política nacional do campo enquanto Pronera, porque já está institucionalizado, conseguiu com muita luta ter recursos próprios. Algo como o Programa Nacional de Cultura do Campo.

Não temos reconhecimento enquanto espaço cultural. Não somos reconhecidos enquanto territórios de cultura.

Sabemos como está a realidade mas precisamos colocar em dados oficiais para que isso comece a reverberar.

Edson, da ASPPA, Paraíba: Assessoramos o movimento sindical do polo da Borborema. Atuamos em 14 municípios, 13 sindicatos, e olhando para o povo da agricultura familiar camponesa, percebemos que precisamos do olhar voltado para a questão cultural. Vemos que existe um grande potencial na juventude, nas

infâncias, na atuação das mulheres, e abrange um movimento muito amplo da sociedade.

O espaço da agricultura familiar neste território, com as redes estadual da Paraíba, a nacional da Agroecologia, percebemos que o campo é esse espaço de vida e de luta, de resistência, espaço em que a cultura é vivenciada, para além de apresentações e espetáculos, mas do viver de uma forma agroecológica.

Importância da juventude permanecer no campo. Existe um movimento da juventude camponesa, pelo fato de que ali é um espaço de vida, de ancestralidade, e que se percebem como parte desse espaço. Mas infelizmente por falta do olhar das políticas públicas muitos se deslocam para os grandes centros.

Quando percebemos que o campo pode ser um espaço de múltiplas possibilidades, vemos o quanto é representativo dialogarmos sobre a política pública da cultura do campo. O quanto é importante estarmos aqui olhando com cuidado, com contextualização, para a realidade da situação do campo brasileiro. Quero deixar registrado que o Nordeste tem sido um alvo de grandes ameaças, da vida no campo, porque a Caatinga está sendo destruída pelas grandes empresas do agronegócio, pelos grandes empreendimentos de energia que chegam centralizados.

Importante que a definição seja inclusiva e que todas as pessoas que vivam no campo se sintam contempladas, incluídas.

Eliane Rodrigues, Contag: Não sei se hoje ainda tem reforma agrária. Na Mata Norte há dezenove municípios, as famílias estão cada vez mais indo para as periferias da cidade. A violência doméstica é cultural. A mulher do campo tem medo, tem vergonha, é muito mais ameaçada para promover uma denúncia...

Por exemplo, no maracatu, Ciranda, Coco de Roda, para as mulheres brincarem, e tem que ter uma recreadora na instituição, para cuidar dos filhos. Quando é no carnaval, tem que ter um trajeto que permita que elas estejam em casa em determinada hora para cuidar dos filhos... No Maracatu de Baque Solto, antes era pensado apenas para homens, a indumentária, os instrumentos.

Não é fácil colocar 70 mulheres na rua, mas a gente coloca. Temos que pensar também nas crianças.

Qual o atrativo que temos para os jovens saírem para a cidade e depois voltarem para o campo?

Ana Chã: Vou fazer alguns comentários, e não tem como não se ater também ao que está no texto, porque depois é isso que vai ficar.

Falamos de campo brasileiro, comunidades rurais, cultura camponesa, cultura popular, etc. Precisamos caracterizar a especificidade dessa política que estamos reivindicando. Essa política é de camponeses? Mas inclui os trabalhadores assalariados?

No Ceará consta no plano estadual a questão da cultura camponesa.

Não tenho resposta. Gosto da ideia de cultura camponesa mas tem o limite de não representar todas as pessoas que vivem no campo.

Cuidado com a terra, reconhecimento dos fazeres agrícolas, como possibilidades de construção de artes. A palavra terra poderia aparecer mais, de vir carregada com os sentidos que para nós são importantes.

Hoje os povos do campo são fundamentais para enfrentar a crise climática, o desabastecimento, isso poderia aparecer.

O texto deveria mencionar a experiência do Ceará, do Pará.

Embora estejamos nos referindo a uma política nacional, podemos também mencionar que se trata de uma orientação para políticas estaduais e locais.

Burocratização, etc, devem ser mencionados como algo que não deve aparecer em uma nova concepção de política de cultura.

No documento deve ser frisado a lógica mercantilizada do capital.

Sérgio de Carvalho: O texto pauta no início a invisibilidade da produção cultural. Mas só nessa rodada já vimos que há mais elementos que isso. Parte da dificuldade é geral das políticas públicas no país.

Vou tentar mapear as dificuldades: o debate é a cultura como um todo? O que nos obriga a falar de moral, trabalho, gênero, etc. Outra frente é o debate sobre

as manifestações artísticas culturais, e é diferente de falar isso na cidade, onde há especialização do trabalho, profissionalização. Estamos no campo do semi-profissionalismo, ou do amadorismo. No campo há vínculos variados, no caso da produção tradicional.

O assentamento Santana tem uma super escola, tem uma agrovila. Estão ligados a uma cultura tradicional, e também participam dos espetáculos dos eventos de massa.

Existe também a dimensão da cultura política organizada do Movimento, que existe.

Há nisso tudo muitas funções.

A forma mercadoria vem gritando como hegemonia dentro da esquerda: pensar a produção cultural como evento, como produto, economia criativa. É uma armadilha a estruturação centrada nisso. Para além disso há memórias, intercâmbios, ações formativas...

Os governos não fazem uma análise disso, e os movimentos estão também querendo disputar esses recursos, mas temos que disputar as mediações da vida, as que criticam a forma mercadoria.

Posso dar exemplo das possibilidades integradoras. A forma do edital é um sintoma da lógica do produto.

Gilson, do Pontão Catarina: Pensando na colaboração da construção do documento, concordo com a crítica da cultura como mercadoria. A cultura tem várias dimensões. O conceito que o governo Lula trabalha vem da ONU, a de cidadãos detentores do direito ao acesso à produção. Pensando numa lógica do que vem sendo discutido em nível nacional, é importante que isso dialogue com as políticas que tenham incidência nos territórios.

A lógica dos editais, do resultado e do produto, é muito liberal.

Nós consideramos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, somos da classe trabalhadora, precarizados como o conjunto da classe trabalhadora.

O pacto federativo da Lei Aldir Blanc não está funcionando. Temos que pensar de forma mais central, e não de forma tão espalhada pelo Brasil.

Queria reforçar: necessidade de uma maneira de validação que garanta que a política seja do campo e chegue no campo.

Rafael: Receio quanto à tríade, quanto ao papel da universidade no processo.

Diferença do espetáculo

Trabalho

Impressão, pelos dois dias de debate, que existem duas dimensões presentes nas falas, nos dois dias de debate. Uma mais imediata, de cobrança do governo que ainda tem um ano e meio, de consolidação de algo concreto, do que podemos ter de descentralização de recursos e de que forma para a política de cultura popular do campo.

Jade: Parto de onde Rafael parou, sobre a instrumentalização do tripé, como o Pronera, é o caso para os casos de curto prazo, porque já fizemos a reflexão de que o diferencial está na territorialidade da questão, por isso, precisamos reconhecer a nossa existência enquanto sujeitos, que não é apenas uma cota dentro do sistema que já existe.

Se há uma pasta que funciona no MinC é a das Culturas Populares Tradicionais, porque no campo tem tudo, queremos fazer tudo no campo, maracatu, rap, teatro.

O primeiro período de curto prazo é: onde está o recurso, como ele chega até nossos territórios, nossas comunidades.

Exemplo das vagas de agentes culturais: territórios com muitos municípios e poucas vagas. O modelo foi pensado para as cidades.

Concordo que são dois momentos.

Já entendemos que quando falamos de cultura do campo estamos falando do modo de vida, contraposição ao modelo do agronegócio, toda a produção simbólica e provar que nós existimos.

Simone, do Terra em Cena e professora da SEEDF: Um quarto pé, para além do tripé, é o da educação básica, esteve na Escola da Natureza de Brazlândia, como

uma escola do campo atua no território camponês, que é por onde a cultura passa, ensinando linguagens artísticas, promovendo festas...

O que observo de colegas que estão na gestão cansa fazer o trabalho duplo de docente e de gestão do espaço como espaço cultural, na articulação da programação, dos convidados, é necessário que exista um diálogo entre a secretaria de educação e a secretaria de cultura, para que no campo isso de fato seja colocado como um programa de longo prazo, porque o que percebemos é um cansaço no processo que vai minando, a escola vai cansando de receber os grupos, mesmo que seja na contrapartida dos projetos, é assim que a arte e a cultura vai chegando na escola e para as comunidades. Necessidade que exista a mediação entre a educação e a cultura/arte nas escolas.

Fabiola Melca, Espírito Santo, Serra do Caparaó: vivo no território rural há 10 anos. Vivia no Gama, cresci num assentamento. Parte da rede dos pontos rurais, rede nacional de pontos de memória, e atua no ponto de cultura alimentar. Queremos que nos ajudem a avaliar uma plataforma, um ecossistema digital livre, para construir um conjunto de equipamentos culturais que atuam no campo. Quem atua com os equipamentos culturais hoje? os que têm estrutura física e os que não tem.

Olhar o modo de vida da arte, que conecta a natureza, de maneira mais ampla. É difícil documentar tudo que acontece nas artes do campo.

Esses dias um projeto nosso foi negado porque alegaram que não usamos a expressão LGBTQIA suficientemente.

O que é campo, o que é rural, neo rural, quem era urbano e mora no meio rural hoje, simbiose brasileira indígena negra e camponesa.

Eu não fui para o movimento de reforma agrária mas nos juntamos em 15 pessoas, compramos um pedaço de terra e somos hoje guardiões hoje de um pedaço de floresta... estruturamos um conselho de cultura que não existia, o prefeito foi obrigado a nomear um secretário de cultura, a Aldir Blanc está forçando a acontecer coisas, lista de acompanhamento e pressão sobre o que está

acontecendo. O Espírito Santo é um estado rural com algumas cidades, mais da metade dos cerca de 70 municípios são rurais.

Projeto Raízes e Frutos do Caparaó na Roça. Edital que reuniu duas secretarias.

Importante mapear hoje no Brasil esse nível de encontro nas esferas federal, estadual e municipal.

Vaneide, Pakra/Ceará: Não acho que a questão seja ir para a escola do campo. Porque por mais diferente da concepção tradicional de escola a escola do campo também tem suas 4 paredes. Estamos falando aqui de liberdade. Temos coisas boas que foram construídas que entendemos que não vamos perder. As companheiras que estão nas escolas do campo estão abarrotadas de tarefas...

Silma, Pakra/Ceará: Para curto prazo poderíamos pensar numa estratégia do que temos hoje, se vamos chegar a 30 ou 40%, que seja um começo. Eu já fiz no Ceará um levantamento de quantos pontos de cultura existem na área rural, além de nós, cruzando com os biomas, onde estão as ações, quais as ações, como interagem e se interagem. Para que o agente cultural já entre com algum subsídio.

Gilson do Pontão Catarina: no edital dos pontos que entraram foram aprovados 42 pontos de cultura. Há esses mapeamentos, que incluem o mapeamento de coletivos culturais, e não apenas as organizações que têm CNPJ. Há ao menos um por estado e estados que têm dois ou mais.

Os comitês estaduais de cultura, a despeito de uma certa dificuldade política, têm como meta também planejamento, e há processos formativos em que acessam muitos fazedores de cultura e constituem base de dados. Duas experiências do Cultura Viva: o edital Tuxaua, de articulação comunitária. Figura do mobilizador comunitário. E a figura do griô, existe uma pedagogia muito alinhada com a educação popular.

Fabiola: projeto nós capixabas, culturas em redes, mutirão de cultura. mais de 20 jovens de assentamento, quilombolas, indígenas, 330 jovens receberam bolsas de estudo. 58 mestres da cultura popular dando aula. Elaboração de projetos sociais, patrimônio cultural vivo. Investimos 250 mil reais, com equipe de 18 profissionais dinamizando, mestres de cultura popular eram 58. O que defendemos é uma curadoria feita por uma rede de pessoas.

Importante que consigamos dar visibilidade para o trabalho de nossa rede e que possamos não gastar dinheiro com o que já foi feito.

Marcus: Proponho que tenhamos duas propostas, uma para o MinC e outra para o Incra, na ideia da inspiração Pronera. A primeira coisa que precisa ser feita é um GT para pensar qual o conceito de campo. Essa política vai ser para quem. Na conferência temática nacional isso foi um grande desafio mas nós superamos. Esse GT precisa vir por meio do Incra, para subsidiar. E acho que esse GT vai pensar um programa nacional de arte do campo. Porque o programa precisa pensar o que vai oxigenar, toda a capilaridade. Cinco pontos do sistema:

- Câmara setorial em que podem estar Para, MST, Contag...
- Plano nacional de cultura do campo;
- Fundo de Cultura do Campo;
- Desafio da gestão das universidades: Incra pode gerir recursos pela Microsc. Vale como inspiração a rede cultural da Terra;
- Plano Nacional de Indicadores da Cultura do Campo: mas só vai funcionar quando essa política começar a levantar dados.
- Plano Nacional de Formação.

O Sistema Nacional de Cultura é pensado dessa forma.

Tenho receio que esse processo aconteça via Incra.

O MinC precisa assumir a responsabilidade enquanto política cultural e o Incra entra como parceiro.

Jade: A preocupação com as escolas do campo, pelo que entendi do que a Simone estava falando, era atribuir para a pasta de cultura as tarefas que já acontecem nas

escolas, como centros culturais. E como a escola do campo é conquistada com a mediação entre Incra e MEC, e no caso cultural pode acontecer a parceria entre Incra e MinC.

Edson: Estamos indo por um caminho muito bom mas me preocupo, na Paraíba, por exemplo, temos abertura muito grande com o movimento sindical. Nas universidades, ainda há um entrave muito grande, como Rafael colocou, receia que o recurso não chegue na ponta. Receio que os processos não sejam pensados por burocratas. Importante o protagonismo dos movimentos nos processos.

Silma: Nós nascemos do agrário. Para chegarmos na Cultura foi um caminho. Precisamos formular, escrever um livro, fazer uma exposição. Para sermos vistos no estado. Só acessamos os pontos de cultura em 2010. Não era de interesse o recurso apenas como fim, tínhamos que organizar. E hoje, para mim, não vejo nem um avanço no Ceará, porque migalhas não é avanço, achamos que temos espaços, que nem sabemos se serão efetivados. Não estamos conseguindo manter os espaços. Gastamos metade de nossa energia fazendo projetos.

Essa proposta vai nos dar possibilidade de acumular para chegar no ministério num outro estado.

Rafael:

Intercâmbios

Formação

Circulação

Trabalho como elemento que nos une (categoria e condição)

Protagonismo dos movimentos populares e sindicais.

Pontão Catarina: Nos estados vamos fazer encontros preparatórios para a TEIA Nacional.

Sérgio de Carvalho: estamos lidando com um mundo muito grande e uma dificuldade de entender quem é o interlocutor deste movimento. Vejo que há variações sobre o sentido do que estamos fazendo. Estratégia ativa de reconhecimento e mapeamento, e a ideia de formação aberta. Todas as histórias fortes mostram uma continuidade histórica de formações, elas vão sendo repassadas, somem e reaparecem, os principais agentes desse processo são ou a juventude ou as pessoas mais velhas, aqueles que têm alguma possibilidade de tempo livre.

E dentro dessa ideia de formação também a das redes.

Fabíola: E além da formação e redes tem a questão da governança aberta. O movimento da Cultura Viva é uma disputa muito grande. E às vezes é apenas por vontade de falar, de contribuir.

Eliana: rede dos pontos de cultura rurais: Só me entendi como sujeito do campo quando entra na LEdoC e se percebe nessa condição, e é por isso que hoje está aqui, por isso é um espaço importante para debater políticas públicas.

Ana Chã: Como estratégia de reconhecimento o diálogo com outras instituições que lidam com o tema da arte e cultura, que lidam com a questão a partir do urbano e do centro RJ e SP. Mas temos no Iphan e na Funarte pessoas abertas para a interlocução.

Como abrir um canal de diálogo com essas organizações a partir da carta/documento que fechamos.

Luiz: Amanhã vamos apresentar uma sistematização do que debatemos, em plenária. Em princípio serei eu, alguém se candidata? Encerramos às 18h então o nosso grupo. Obrigado!

Claro. Aqui está um resumo estruturado do texto fornecido:

Resumo estruturado do Debate sobre Políticas Públicas para a Cultura do Campo do Grupo 3

Participantes: Representantes do MST, CONTAG, PACRA/CE, Pontão Catarina, ASPPA, Terra em Cena e outros movimentos sociais e culturais.

1. Principais Problemas e Desafios

- Apagamento proposital e Não Reconhecimento:
 - Os territórios rurais não são reconhecidos como espaços culturais pelo Estado.
 - O Sistema Nacional de Cultura não abrange organicamente a cultura do campo.
 - O argumento dominante é que "não existimos", daí a necessidade de mapeamento e dados.
- Dificuldade de Acesso a Financiamento:
 - É extremamente difícil aprovar financiamento para projetos ligados à reforma agrária e à cultura camponesa.
 - A lógica dos editais (focada em produto final e evento) é uma armadilha que não serve à realidade do campo, onde a cultura é um modo de vida.
 - Há uma ameaça constante de desmonte de políticas de financiamento, como a Lei Aldir Blanc.
- Questões Sociais e Territoriais Específicas:
 - Êxodo Rural: Falta de atrativos e políticas públicas para que os jovens permaneçam no campo.
 - Violência Contra a Mulher: A mulher do campo enfrenta medo, vergonha e maiores ameaças para denunciar a violência doméstica, que é culturalmente enraizada.
 - Ameaças Ambientais: Biomas como a Caatinga (Nordeste) estão sendo destruídos pelo agronegócio e grandes empreendimentos de energia
 - Violências e preconceitos que atingem a população LGBTIA+ do campo.

- Burocracia e Modelos Inadequados:
 - O pacto federativo não funciona, e os recursos não chegam aos territórios.
 - Modelos de gestão (ex.: número de agentes culturais) são pensados para cidades, não para a realidade rural dispersa.

2. Propostas e Soluções Estruturantes

- Criação de um Programa Nacional:
 - Defende-se a criação de um Programa Nacional de Cultura do Campo, nos moldes do bem-sucedido PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), que já é institucionalizado e tem recursos próprios.
- Estruturação de um Sistema Próprio: A política deve incluir:
 - Câmara Setorial no MinC com participação dos movimentos.
 - Plano Nacional de Cultura do Campo.
 - Fundo Nacional de Cultura do Campo.
 - Sistema de Mapeamento e Indicadores para gerar dados oficiais que comprovem a existência da produção cultural rural.
 - Plano Nacional de Formação em Cultura para o Campo.
- Governança e Parcerias Estratégicas:
 - Tripé Universidades-Estado-Movimentos Sociais: Considerado essencial, mas com críticas ao papel burocrático das universidades. É vital garantir o protagonismo dos movimentos na concepção e gestão.
 - Parceria MinC e Incra: O Ministério da Cultura deve assumir a liderança, com o Incra como parceiro estratégico, replicando a parceria bem-sucedida da área de educação.
 - Inclusão da Educação: A escola do campo deve ser um equipamento cultural, exigindo mediação e parceria entre secretarias de educação e cultura.

3. Ações Práticas para Curto Prazo

- Formar um Grupo de Trabalho (GT) com o Incra e movimentos para definir o conceito de "campo".

- Disputar e adaptar os recursos existentes (ex.: Lei Aldir Blanc) para que cheguem aos territórios, usando modelos de curadoria comunitária.
- Realizar mapeamentos já possíveis dos pontos e coletivos culturais rurais.
- Utilizar plataformas digitais livres para dar visibilidade e conectar as iniciativas.

4. Conclusão: Visão de Futuro

Há um consenso de que é necessário trabalhar em duas frentes:

- Curto Prazo: Cobrar do governo ações concretas para descentralizar recursos imediatos usando os instrumentos disponíveis.
- Longo Prazo: Construir uma política nacional específica, permanente e estruturante que:
 - Mude o paradigma da cultura como mercadoria para a cultura como direito e modo de vida.
 - Reconheça a cultura do campo em toda sua complexidade (artes, fazeres, ancestralidade, resistência).
 - Seja inclusiva e represente todos que vivem no campo (camponeses, assalariados, quilombolas, indígenas, neo-rurais).

GRUPO 4

Coordenação: Evelaine – Ministério da Cultura

- Maria Raimunda – Coletivo Banzeiros, MST
- Viviane Pinto – Terra em Cena, ETPVP DF
- Márcia Ramos – MST
- Sandra Aparecida – UNFECAFARB
- Ronaldo Rodrigues – MST
- Tadzia Maya – YPUCA – Ponto de Memória e Cultura
- Luciano Carvalho – MST, Grupo Dolores Boca Aberta
- Damiana Campos – Instituto Rosa e Sertão - Rede Mineira de Pontos de Cultura e Rede Cerrado
- Lyvian Sena - CONTAG

Por Uma Cultura Popular do Campo

Por Política Nacional Popular de Arte e Cultura do Campo

Os participantes, do Seminário Nacional “Por Uma Cultura Popular do Campo”, realizado em Brasília, no período de 19 a 21 de agosto de 2025, nas dependências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), reúnem-se com o propósito de reafirmar a importância de fortalecer todo um ecossistema da arte e cultura do campo com valorização, preservação e promoção das expressões culturais oriundas do campo brasileiro.

Desde a redemocratização, ressurgiram no país movimentos camponeses nacionais que, ao lutar pela terra, pela reforma agrária, por condições de produzir e reproduzir a vida no campo, pelos direitos humanos, pela educação e pela saúde, também lutam pelo direito à cultura. Esse direito, que vai muito além do acesso a bens culturais, inclui a possibilidade de produzir cultura e arte de acordo com as tradições das comunidades em seus territórios, bem como a apropriação dos meios de produção das linguagens artísticas para representar a realidade de forma crítica.

Reconhecendo a existência de inúmeros estudos sobre a articulação entre as diversas matrizes da cultura camponesa e o modo de produção da agricultura familiar, ainda prevalece, no âmbito das políticas públicas a invisibilidade da produção cultural do campo brasileiro. Além disso, os recursos são destinados para uma produção da indústria cultural que sequestra a riqueza dos povos do campo.

A ampla e diversa população do campo necessita de políticas públicas específicas para a área de cultura, a exemplo do que é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

A necessidade de fortalecer a cultura do campo não está restrita ao reconhecimento dos que vivem e produzem no campo, mas igualmente na exigência de respostas aos desafios da contemporaneidade e suas crises. **Salvaguardar a cultura do campo é fortalecer a cultura alimentar, a permanência desses sujeitos em seus territórios, protegendo e valorizando os lugares de fruição, criação e produção da vida. (Problema de redação. Rever destacando as mudanças climáticas dentro dos desafios da contemporaneidade, focando as saídas estratégicas de forma integral e isso inclui cultura.)**

A cultura do campo representa grupos culturalmente diferenciados e específicos que se reconhecem como tais e que possuem formas próprias de organização social pelas relações de trabalho, sociais, religiosas e econômicas, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas por comunidades e gerações familiares, como território de riqueza imaterial e manifestada como expressão de existência.

Na década de 2000, no âmbito da política do Ministério da Cultura e do programa “Cultura Viva”, foi criada a Rede Cultural da Terra, que chegou a articular vinte e um pontos de cultura em territórios de reforma agrária, distribuídos por diversos estados. Durante a edição do evento TEIA, realizada em 2006, que reuniu as redes de pontos de cultura do programa, a Rede Cultural da Terra participou com

cerca de 270 militantes artistas, incluindo cantadores, poetas, muralistas, atores e atrizes de grupos de teatro, bailarinos, pintores e documentaristas.

Entretanto, apesar do vigor e do potencial de crescimento da Rede Cultural da Terra, a inconstância dos governos envolveu uma ofensiva para desmontar a cultura tradicional e popular do campo e suas políticas. Esse cenário torna necessário um movimento contínuo de pressão política, de articulação interinstitucional e de reativação da memória de gestores, produtores e, muitas vezes, dos próprios movimentos, sobre a responsabilidade que todos têm na produção e na preservação do que se entende por cultura brasileira.

A construção de uma Política Nacional Popular de Arte e Cultura do Campo. é urgente e estratégica, pois envolve o reconhecimento dos territórios camponeses como espaços de vida e valorização da cultura como pilar essencial para a transformação social e a reforma agrária. Tal política deve enfrentar a invisibilidade histórica da produção cultural camponesa, que, embora amplamente estudada, ainda carece de apoio contínuo nas ações de fomento, pesquisa, formação, preservação e circulação.

O Seminário Nacional “Por uma Cultura Popular do Campo” propõe construir, a partir das vozes dos camponeses e camponesas, as bases de uma política pública sólida, desde as experiências históricas e ações realizadas por organizações camponesas, sejam elas autônomas ou em parceria com o poder público.

A proposta também deve prever o fomento à efervescência cultural nas pequenas cidades rurais, criando e fortalecendo espaços geridos pela sociedade civil, promovendo a circulação de artistas e agentes culturais, espaços de memória e potencializando as escolas do campo como polos de formação e expressão artística.

Uma Política Nacional Popular de Arte e Cultura do Campo. deve disputar o espaço simbólico ocupado pelo projeto cultural dominante do agronegócio, que busca impor padrões e valores hegemônicos. É preciso consolidar um projeto baseado na diversidade, na agroecologia e em novas relações sociais. Essa transformação só será possível com a participação ativa da sociedade civil, garantindo que as ações culturais atendam às demandas locais e fortaleçam a democracia cultural.

Em síntese, uma política cultural do campo deve ser concebida como uma ferramenta estratégica para um projeto de desenvolvimento soberano, capaz de valorizar a diversidade, promover a emancipação humana e permitir que as comunidades rurais construam seus próprios projetos de vida e sociedade, em oposição à lógica concentradora do capital.

Encaminhamentos:

1. O documento ser um o instrumento para incidência interna nos movimentos e nos Ministérios;
 2. Grupo de Trabalho com Governo e Movimentos Sociais para desdobramentos do Seminário;
 3. Nas políticas já existentes e a existir inserir políticas afirmativas para povos do campo;
 4. Programa De Formação Continuada de Agentes Culturais do Campo;
 5. Cursos no Pronera nas áreas das artes;
 6. Turmas de Residência Agrária no campo da Cultura;
 7. Levantamento de dados e análises do contexto de arte e cultura do campo;
 8. Movimentos e organizações assinarem o documento
-

Sandra – Quando aparece campo no documento não seria “campo, águas e florestas”

Maria Raimunda – Campo já engloba todos os povos. Esse debate já aconteceu de forma intensa no PRONERA.

Tadzia – Sinto falta de aparecer no texto interlocuções com Agroecologia.

Tadzia – Ausência de espaços para povos do campo dentro do Minc

Evelaine – Não existe nenhuma política específica para povos do campo no Minc. No Conselho Nacional não tem cadeira de cultura indígena, quilombola e nem de povos do campo. O Conselho atual foi eleito no antigo governo de forma muito fragilizada. Tem apontamento de cadeira para os povos do campo para a próxima reconfiguração do Conselho. Vale a pena pressionarmos.

Luciano – Cultura popular do campo pode nos levar para as manifestações populares tradicionais e isso pode restringir. E como fica o desejo por outras linguagens? Proposta: Por uma Política Nacional Popular de Arte e Cultura do Campo. Para contemplar o movimento dinâmico da cultura.

Damiana – Inserir arte logo no início do texto é bom para indicar os setores, as categorias. Aparecer o termo comunidade em algum lugar do documento também é importante para marcar território a partir da forma como atuamos. O fator rural não pode faltar nas propostas (custos, gastos vinculados à deslocamento, questões geográficas). Nos modelos do fator amazônico já executado.

Maria Raimunda – Esse documento precisa ser melhor organizado para que seja um instrumento de agitação e propaganda. Marcar audiências nos Ministérios para entrega coletiva e organizada. Apresentar nosso desejo de propor uma política que de fato atenda as nossas necessidades. E também mobilizar internamente nossas organizações.

Precisamos estudar mais e aprofundar no popular. Relação com o povo. Trazer a raiz, a cultura. Hoje o capitalismo se apropria do que criamos. As políticas públicas são puxadas e construídas a partir da pressão popular. Não estamos ainda

elaborando a política. Estamos provocando o debate para a construção da política. E vamos ter que pressionar de forma bem estratégica.

Viviane – Há consenso em falarmos em uma Política Popular Nacional de Cultura e Arte do Campo? Há consenso para fazermos desse documento um ato político com rodadas nos Ministérios. Para criar um fato político compreendendo o caráter interministerial da Cultura? Acredito que sim. E são encaminhamentos desse grupo.

DEBATE SOBRE AS PROPOSTAS

Participante 1: Aqui na fala da Estela, ela já trouxe assim, uma lista assim, vem, né, o grupo trouxe uma lista assim, vem do que tinha que, que não podia faltar, né, do que não podia faltar. E aí assim, quando inclui a história das águas, às vezes a gente esquece um pouco essa história dos que estão lá na beira do mar e os impactos que são gritantes e que têm essa cultura hegemônica e esmagadora destruindo as nossas vidas. E aí a nossa preocupação, para a conferência já trouxe esse olhar para a beira-mar, certo? De todo esse... esse acúmulo cultural que está relacionado a isso. Então, nessa história da cultura do campo não pode faltar a pesca artesanal. Não pode faltar a pesca artesanal e todo o seu imaginário e todo o seu acúmulo. A outra coisa que não pode faltar é a questão das casas de farinha. Com todos os seus saberes e fazeres e a sua simbologia. E um modo de vida que garante a sustentabilidade.

E também tem outra ação, outra iniciativa, tecnologia social, que vem com a afirmação de complementação de renda, que faz frente a esse projeto hegemônico, que é a questão do turismo comunitário, que enfrenta muitos desafios para poder existir e se manter nesse lobby maior, que é o turismo de massa. Lembrar de pautar essa ação, do étnico-racial, da diversidade de gênero, que precisa cada vez mais ser fortalecida nessas discussões, nesse debate. É isso.

Luciano (MST): É só para reforçar, eu acho que apareceu bem, mas tem uma coisa central do sequestro da produção cultural dos povos, das comunidades, que é a pasteurização disso e transformação em mercadoria pela indústria cultural, encampado pelo agronegócio. Eu acho que o nosso documento, ele é um

documento de enfrentamento, de alerta, de falar que a cultura que nós produzimos, e essa vasta e diversa cultura que é produzida, ela tem alimentado, aí isso não vai no documento dessa maneira, mas ela tem alimentado todo o imaginário organizativo de mobilização da esquerda brasileira. Nós bebemos dessas fontes que são produzidas por nós, pelos nossos, e é apropriado, vamos dizer assim, direcionado da maneira política, pela diversidade, pela forma de organização e luta, veja o que são as feiras, no caso do Movimento Sem Terra, até os armazéns do campo, esses espaços de festejo, esses espaços de consagração de destaque pra nossa diversidade, pra nossa forma de organizar e enfrentar as coisas. Então assim, o agronegócio tem se apropriado. Eu acho que a Globo deixa isso muito evidente, ou seja, cada manifestação nossa agora tá indo pro pequeno, pro detalhe, e aparece agora com destaque, sei lá, quebradeira de coco agora vai ser agro. E vai pegar um personagem, uma personagem, vai dar o destaque e essa capa de mercadoria que envolve tudo. Na projeção do indivíduo empreendedor e que merece, então, destaque e mérito. E nessa, se eu tenho um indivíduo empreendedor que merece destaque e mérito, justifica, por exemplo, um indivíduo empreendedor que ganha um milhão e duzentos mil reais pra um show na vila tal ou no município tal. Então, assim, é assegurar que recursos cheguem na base nos territórios, e entender que os nossos territórios, enquanto geografia, eles produzem, na dimensão cultural, territorialidade. Ou seja, é como se o território se movimentasse. Então é essa capacidade. Então talvez nós vamos ter que pensar a questão dessa **cultura, desses valores imateriais, que** também eles trafegam por todo o território nacional. Partem de uma territorialidade, o campo, mas movimenta e envolve o conjunto da sociedade brasileira.

Hudson: Primeiro dizer que estou muito contemplado pela mesa que trouxe muitas questões extremamente importantes e com muitas particularidades de acordo com a vivência das pessoas em vários territórios aqui do Brasil. E reforçar no sentido de que teremos um grande desafio com tantos elementos. E que o maior desafio é olhar para o povo camponês, o povo que está na base, o povo que está lá na ponta, que precisa do acesso de fato e de direito à cultura, à cultura no sentido de recursos

para a cultura. E que será preciso, será um desafio daqui para frente olhar para todos esses segmentos, todas essas questões e ver o que temos em comum dentro de todos esses contextos e que uma das questões já foi trazida aqui que é a defesa da nossa cultura e que o agronegócio não nos representa, não faz parte desse nosso contexto e que eu entendo que a agroecologia é uma alternativa de enfrentamento ao agro e que precisamos olhar de forma contextualizada para isso e que esse é um dos elementos que é extremamente importante para fortalecermos e que olhar para os movimentos sociais nessa construção é de extrema importância nesse momento que estamos. Então, estou muito contemplado.

Participante do MMC: Me parece que, se esse instrumento é um instrumento de embate nos nossos territórios, tem coisas que a gente também não pode mais reproduzir. Então, acho que tem que aparecer o anti-machismo, antipatriarcal, antiracista, antilgbtfóbico, porque também é na cultura que a gente vai ressignificar essas relações que a gente tem. Então, acho que me parece que faltou aqui essa pegada dos anti ali que a gente fala, aparece bem o agronegócio e tudo mais, mas que esse precisa ser mais firme. Não sei onde a gente colocaria ou elaboraria o parágrafo, mas acho que é isso.

Clarice: Obrigada. Vocês estão entendendo que o texto é um documento contundente. Ele tem que ser mais contundente, não apenas descritivo, não apenas... Passar a palavra para o nosso secretário.

Sebastião Soares (MinC): Gente, novamente eu queria dizer que... Parabenizar. Queria dizer que o relato de vocês está muito imbricado com aquilo que a gente vem discutindo nas várias conferências, mas também nas várias escutatórias do Brasil afora. E, nesse sentido, será muito bem-vindo para o debate, para a inclusão, como um programa, participar da política nacional que está em discussão no Ministério da Cultura. São todas essas preocupações que vocês trazem aí nessa construção do entendimento da cultura como política, mas só entendimento da cultura como política é que pudemos mudar a cultura política. É essa razão pela

qual que a gente tem insistido, que é na cultura que promove a mudança e o desenvolvimento por aquele que, não que muita gente tem falado aí, né, cultura como desenvolvimento econômico, mas como envolvimento, né, da sociedade em discussão daquilo que ela mesma produz e promove.

Acho que a ideia da construção do conhecimento é a partir das ações que vocês trazem, e será muito bem-vinda caso vocês pretendam trabalhar conosco, está muito aberto para esse debate. Acredito nesse envolvimento que respeite as águas, o campo, as florestas, as pessoas, os povos originários. E é esse o sentido que a gente tem trabalhado. Está muito imbricada, muito condizente com aquilo que a gente acredita e que debate há muitos anos, reflete há muitos anos. Acho que é essa a razão pela qual estou muito feliz de ter estado aqui com vocês quanto com a gente.

Texto feito pela militante do Movimento das Mulheres Camponesas para ser incluído na Política de Cultura Popular do Campo.

Na cultura popular camponesa as mulheres desempenham um papel na produção e reprodução e cuidado, muitas vezes sem o reconhecimento. É necessário reconhecer a contribuição desconstruindo normal sexistas e combater a divisão sexual do trabalho. Ao valorizar os saberes tradicionais e a luta por direitos propõe-se uma reconfiguração das relações de gênero, antipatriarcal, antiimperialista, antiracista, antiomofóbico questionando as estruturas de poder que historicamente subalternizam as mulheres e as mantém em posição de invisibilidade.

SEGUNDA PARTE, “O QUE DEVEMOS FAZER PARA CONSTRUIR ESSA POÍTICA?”

FALA DAS MESAS

DEBATE

Sandra: E do movimento setas são grandes oportunidades que são oferecidas para o movimento e um aprendizado que a gente leva para as nossas bases para

socializar e divulgar também esses trabalhos que a gente pode alcançar, essas políticas que a gente pode alcançar. Estou entendendo isso. Então foi um momento muito rico, as mesas, elas conseguiram me contemplar nas suas falas, e hoje muito mais. Então, eu acho que estávamos mesmo bem preparados para esse momento hoje, muito rico. E isso vem do trabalho desde o primeiro dia. Então, todas as mesas, elas caminharam para essa conclusão de hoje.

E eu não sei os outros, mas eu saí daqui com uma tarefa agora de socializar esse seminário com o movimento e dizer que podemos sim ter oportunidade com outros ministérios, assim como nós temos com o MEC hoje, falando aqui no resumo bem pequeno sobre a lei do Fundeb, por ser escolas de gestão própria, considerado como escolas comunitárias, foi um dilema, foi anos de lutas para a gente conseguir hoje estar na lei do Fundeb. E hoje nós estamos ali, então hoje o funcionamento, 50% é a garantia dessa lei do Fundeb.

E isso também nos dá garantia de buscar essas políticas públicas em outros ministérios, para fortalecer esse trabalho que nós fazemos muito mais na área da agricultura. Então, eu agradeço a comissão, a oportunidade, ao convite de estar aqui e se precisar de alguma ajuda, eu estou por aqui.

Participante: Gente, eu não tinha me apresentado ainda aqui na plenária, eu moro no interior do Rio, é uma comunidade de 500 pessoas, a cidade é Silva Jardim, de 22 mil habitantes, e eu volto para casa me sentindo menos sozinha, porque eu acho que dentro da cultura, e eu trabalho com cultura há 20 anos, a gente ainda se sente sozinho no campo, a gente se sente sobrecarregado, Porque é claro que eu não faço sozinha, é o processo do Cultura Viva, ele é comunitário, tem que ser, mas tudo que tem a gente tem que ter.

Então sou presidente da associação de moradores, Aí tô no fórum, tô no conselho, e aí sou professora de educação infantil na escola, e sou isso, sou aquilo, sou aquilo. E a gente tá ficando, porque a gente tá ficando de gente, né? E eu acho que a cultura, ela é uma forma de contribuir pra que a pessoa não permaneça, né? Mas como a Lívia disse, ela escolhe ficar. Né, sabe?

Um dia eu disse que a filha dela, quando era pequeninha, tinha oito anos, ela ia no caparal e falava, mãe, aqui é lindo, aqui é maravilhoso, aqui tem cachoeira, aqui tem árvore. Quando deu 14 anos, falou, ai, que saco. Então tô com fé que a gente vai transformar também esse lugar, um lugar interessante, além de valorizar toda a cultura que tem ali. Tornar ele interessante pra gente ficar.

Então agradeço a vocês, volto pra casa sentindo que encontrei mais pares nessa luta, nessa caminhada, e de que é muito importante a gente tá junto, porque ainda é muito invisível, sim, né, essa cultura no campo de pessoas que moram em lugares como o nosso, que não tem transporte, que a estrada é de terra. Lá na minha escola tem 55 pessoas, 55 alunos, então é tudo muito pequenininho. E as pessoas acabam não vendo a gente. A gente precisa estar junto. E agradeço o convite. Fiquei muito feliz. Aprendi muito com vocês.

Clarice: Obrigada, querida. E que bom ser professora de uma escola do campo.

Ana Claudia: Então. Acho que tem três imagens que eu queria trazer e partilhar com vocês. Primeiro, enquanto educadora do campo que eu sou, formada no chão do movimento social do campo, é uma sensação maravilhosa de gestação coletiva. Muito bom, muito bom esse momento. E queria provocar a todos e a todas que a gente pudesse levar três imagens, três símbolos. Primeiro, do espelho.

Espelho pra gente olhar pra gente mesmo, pra nossas organizações, nos espaços onde a gente tá, qual é o potencial que esses espaços têm pra fazer germinar essas sementes que a gente tá levando desse debate, que não são sementes novas, são sementes ancestrais.

Segundo, o alfinete. Cada um e cada uma de nós leve alfinetes pra si mesmo e pros outros. Porque é uma caminhada difícil. A gente não está falando de uma coisa simples, de uma coisa fácil. Do mesmo jeito que o campo foi invisibilizado, a cultura sempre foi tratada como supérfluo, como adereço, como folclórico e assim por diante. Justamente pelo papel perigoso que tem uma coisa quando se junta com a outra, é muito importante que a gente faça, que a gente cultive esses objetivos, que a gente cultive todo esse material, todos os elementos que a gente trouxe para

os debates. Então, os alfinetes para a gente não se deixar acomodar, mas os alfinetes também para a gente desacomodar quem está junto com a gente.

E o terceiro não pode deixar de ser o ímã. Essa discussão é uma discussão que tem que passar pelo Estado, é uma discussão que tem que passar pelos espaços institucionais, por projetos, por editais também, mas é uma discussão que ela precisa ser sedutora. A gente precisa atrair para essa discussão. As pessoas precisam entender a importância disso. Tem uma discussão que se fazia no Movimento Sem Terra, de onde eu venho. Hoje eu sou seguidora do INCRE em Pernambuco. Mas é uma discussão que a gente fazia muito tempo atrás sobre a importância da memória. A importância dos museus e dos memoriais dentro dos assentamentos. Trazer esse debate aqui, ver ele aparecer de novo, ver como ele pode se potencializar a partir das próprias escolas, sem tanto recurso de começo.

E essa é uma última observação que eu queria fazer então, que o próprio seminário faz a gente perceber. Quando as companheiras do Ceará vêm e dizem assim que um grupo ia visitar o outro, e o quanto de riqueza isso acontecia, isso fazia acontecer, a gente se dá conta que a gente tem muita coisa. E a gente tem muita gente que tá lá, acomodadinha, feito água parada, e a gente precisa assanhitar essa água parada. Então, convidar mesmo a gente a pensar, a partir do pequeno, a partir do olhar pra gente, olhar pra dentro, o que a gente pode ir fazendo, mas não perder de vista o horizonte que é grande.

Então, foi uma alegria, uma satisfação poder participar do momento de pensar, de construir e, sobretudo, de estar aqui com muitos participantes, muitos participantes, desse seminário.

Clarice: Então você aproveita o microfone e já venha fazer os agradecimentos.

Companheira do MMC: O convite é o seguinte, nós estamos em processos congressuais nos estados do Movimento Mulheres Camponesas e de 13 a 16 de outubro nós estaremos com o congresso do Movimento Mulheres Camponesas, segundo congresso aqui em Brasília, no Parque de Exposições da Granja do Torto, então convidar quem é aqui de Brasília, quem quiser nos visitar, Estaremos no

Parque de Exposição da Granja do Torto, 13 a 16 de outubro, com muita cultura, muita mística e debates e tudo mais.

Renata: “Considerando nossa fraqueza, os senhores forjaram suas leis para nos escravizar. As leis não mais serão respeitadas. Considerando que os senhores nos ameaçam com fuzis e com canhões, nós decidimos, de agora em diante, temeremos mais a miséria do que a morte”. Eu só pude falar isso porque aprendi no teatro, em uma das peças finais. E foi um teatro que me trouxe para a luta no campo junto ao MST e hoje dentro de um território titulado Território Cultural Bucaraci, na cidade de São Paulo, num acampamento, com uma da terra, Irmã Alberta, que existe há 23 anos na capital, lutando por reforma agrária. É que lá que a gente está em disputa, pela presença da cultura em todas as linguagens. E quero agradecer imensamente esse espaço e dividir essas experiências, de conhecer essas pessoas aqui, de trocar, e que nos possibilite mais encontros, que a gente possa continuar juntos, política pública. Tem uma coisa que eu acho que é importante ressaltar e que apareceu muito aqui. Talvez não exatamente assim, mas que a arte é o exercício experimental da liberdade na revolução permanente dos sentidos. Eu acho que tem isso em nosso horizonte primordial. Muito bem, me deram o microfone e eu vou passar o microfone pra frente. Na reforma agrária a gente aprende que a gente precisa plantar, precisa cuidar.

12 – SAUDAÇÃO DO PRESIDENTE DO INCRA CÉSAR ALDRIGUI

César Aldrighi – Presidente do INCRA: Eu queria muito ter estado na abertura, não foi por falta do convite da Clarice e da equipe do programa. A gente está num momento de mobilização dos movimentos sociais.

Eu fiz um giro em Belém, Marabá, Mato Grosso, em São Paulo. Então, eu estava fora durante o seminário. Mas o meu coração estava aqui. Clarice sabe disso, a equipe do programa, o Fabrício que está aqui, o Nelson, quem mais que eu não vi. Mas enfim, um programa que mora no nosso coração já há muito tempo.

Sei que debateram no seminário sobre a educação, sobre a cultura popular, na música, enfim, tudo o que nos envolve enquanto seres humanos. Não tenho dúvida, Clarice, que a equipe do programa está inovando, trazendo para dentro do programa o debate da cultura. Eu perguntei se a Silma do Ceará estava aqui. Clarice me disse que esteve. Porque a Silma era uma das pessoas, como chamavam? Pakra. Que foi lá no Ceará, com muito carinho de arte e cultura na reforma agrária desenvolvida. Eu acho que ali teve muito da nossa vida dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária.

Mas eu não podia deixar de vir aqui saudar vocês. Estou pedindo desculpas por chegar no encerramento e por chegar na hora que está todo mundo tendo que ir embora. Então, o que é que eu venho aqui dizer para vocês? Encontrei a Ana Cláudia Pessoa no aeroporto, quando ela estava indo para cá, estava indo para lá.

E vou dizer para vocês assim, do quanto o Pronera é especial, do quanto a Clarice, Fabrício, Nelson, a equipe do Pronera que está aqui em Brasília, e cada colega que está nos estados coordenando o Pronera, aqui quando eu cumprimento a Ana Cláudia, eu queria abraçar todos que cuidam do Pronera nos estados, fazem parte do nosso compromisso, na gestão que está na frente do INCRA hoje, vocês podem ter certeza que a gente vai sempre estar do lado de vocês, brigando para que amplie o orçamento do Pronera, para que a gente possa ampliar a nossa capacidade de articulação com o conjunto das universidades que produzem muito conhecimento, que nos acolhem a cada um de nós, a cada um dos militantes da reforma agrária lá no seu espaço de formação.

Eu acho que o Pronera nos ajuda muito a ampliar o debate da reforma agrária para muito além do que é importante também da produção, da organização, do espaço, do território, mas enfrentamos obstáculos, eu diria assim, muito profundos que entram no dia a dia das famílias, da militância e da direção dos movimentos sociais. Eu tive a oportunidade de estar ontem com a Conaq, estive com a MST, com a Fetraf, com a Contag. Todo mundo tem muito carinho pelo Pronera.

Ontem a Sandra, da Conaq, dizia, mas a gente quer saber quantas vagas que a gente vai ter no Pronera para Conaq. “Você vai lá” eu disse, “a Clarice que é a coordenação nacional do Pronera”, porque eu não vou poder te dizer quantas vagas são da Conaq. Nós queremos mais vagas, então vai lá e discuta elas. É lá no espaço e no fórum que se tem algum lugar que dá para você abrir e dizer que você precisa mais formação dos seus quadros. E aí ela dizia que o movimento negro cresceu muito, na sua importância, e que tem muitos quadros carentes para serem formados.

Então, a gente se aproxima do Pronera, que eu acho que a gente vai ter um belo espaço de construção conjunta com todos os movimentos que constroem a luta pela reforma agrária e com o sonho um espaço rural de vida e saúde, com alimentação saudável, com condições de vida.

Queria saudar cada um de vocês, desejar que vocês voltem para suas casas, com o seu ambiente, com os seus movimentos, com a alegria que vocês construíram aqui, e sabendo do nosso compromisso, junto com a Clarice, junto com a equipe do Pronera, de sempre trabalhar para inverter situações como a que está se apresentando agora. Não sei se vocês souberam, primeira versão do projeto de lei orçamentária do ano que vem, diminuiu o nosso orçamento de R\$ 781 milhões para R\$ 620 milhões.

Então, fiquemos atentos, vigilantes. O ano de 2026, e essa foi a explicação que a Simone Tebet, que é a nossa ministra do Planejamento, deu: o ano de 2026 é um ano que você não pode deixar de prever os recursos para as saúde e educação, o presidente tem obrigação de, no projeto de lei, prever tudo que precisa.

Nesses outros anos, a gente chegava no final do ano e fechava. Então, a explicação que ela deu é que eles precisam mandar para o Congresso priorizando

aquelas despesas que são obrigatórias do Presidente da República previstas em lei. E a gente vai ter que batalhar para voltar a ampliar o nosso orçamento. Então, eu queria dizer para vocês: não se assustem, quando virem que diminuiu o orçamento do INCRA, mas estamos no tabuleiro de cabeça erguida para brigar por aquilo que é importante.

Então, não é à toa, e eu fico muito feliz quando o MST vai para a rua, vem aqui para o INCRA, se não vierem aqui no INCRA bater em nós, eu vou achar que tem alguma coisa errada. Foi muito legal recepcionar em todos os estados a mobilização do MST.

Toda vez que os movimentos se mobilizam, o presidente Lula, que é muito sensível a essa causa, também vai nos ajudar a reverter o quadro orçamentário que se aproxima em 2026 e de ter que priorizar nas peças técnicas da lei aquilo que é prioridade prevista em lei.

Então, muito atentos, muita alegria para vocês voltarem. Compromisso nosso de descontingenciar todo o orçamento do Pronera, de ampliar, inclusive, para esse ano que vem. A previsão é de diminuir, mas a gente vai brigar para que seja recomposto. O presidente manda uma peça até o dia 31 de agosto? Hoje é 21. Então, faltam 10 dias para o Lula mandar para o Congresso a peça orçamentária que vai ser o nosso orçamento do ano que vem. 31 de agosto ele tem que mandar. Até 31, pode mandar antes.

Depois vem o debate no Congresso, depois vem o debate de ajuste das peças, vai para a Comissão Mista de Orçamento, e aí tenho certeza que vocês têm muitos apoios nas universidades para nos ajudar a formular, para a gente tentar reverter esse plano, que não é bom e que é sinal de que o tarifaço que veio aí não é um tarifaço de brincadeira. Nós teremos, sim, uma disputa muito ideológica no ano que vem. E é importante que a gente esteja com um lado muito claro de onde nós estamos, pra onde nós vamos, que tipo de reforma agrária a gente quer, que tipo de Pronera a gente quer, que tipo de programa da cultura popular a gente quer, porque a disputa que tá vindo aí não é uma disputa pequena. Quem impõe um tarifaço de 50% pra um país que nem o Brasil, quer um governo que se ajoelhe pra eles. E nós temos que ter muita seriedade de apoiar o presidente Lula e todas as

pessoas que estão dizendo... E a gente quer um país que tenha decência e soberania.

E eu acho que o Pronera constrói isso, sobremaneira na relação com as universidades. Não vai ser a última briga que nós vamos fazer pelo orçamento. Não vai ser a última briga do Pronera. Não vai ser a última briga dos movimentos sociais. Todos nós sabemos o que se avizinha. E vamos, inclusive, brigar pelo orçamento e pela permanência da democracia do país. Voltem para casa. Parabéns, Clarice. Parabéns, equipe de Pronera. Parabéns pela alegria que vocês trazem para a reforma agrária e nos animam na luta que tem que vir por aí. Teremos um fim de ano com muita corrida.

Espero que a gente compense no final do ano, Clarice, recolhendo recursos de outros espaços, de outros ministérios e tentar empenhar recursos esse ano para compensar o que possa vir por aí. Nós teremos um ano difícil, um ano de descanso, temos que estar muito alertas a tudo que vem por aí. Eu tenho certeza que vocês são, dentro da reforma agrária, o grupo mais seletivo que pensa em desenvolvimento a partir da educação, a partir do conhecimento, a partir de quem pensa e percebe as articulações de quem quer controlar o nosso país.

Bom retorno para vocês, compromisso total, Clarice, com você, com o Pronera, com a equipe, com todas as universidades que estão envolvidas no Pronera, com cada um dos movimentos sociais que o Walter (MST) chama de tripé do Pronera. Nós estamos juntos. Clarice sabe que tem uma parceria muito antiga nossa e que a gente vai estar junto com vocês para o que der e vier. Vamos juntos, discutindo, construindo cada passo que vem, tirando cada pedra do caminho e ampliando o espaço da cultura popular do Brasil. Parabéns pelo trabalho de vocês nesses dois dias.

Clarice: Obrigada César. Vou aproveitar e te apresentar, porque a gente não teve oportunidade ainda, porque as correrias. O nosso companheiro Luiz Henrique é o nosso servidor novo na nossa área, que está cuidando da arte e cultura. A gente não tinha tido oportunidade ainda. E o Tião, aqui do Ministério da Cultura, que nos acompanhou nesta manhã. Nós vamos agora só para os encerramentos mesmo, devolvo aqui para a Ana Cláudia.

13 – DOCUMENTO FINAL DO SEMINÁRIO: POR UMA POLÍTICA DE ARTE E CULTURA POPULAR DO CAMPO

Os participantes do Seminário Nacional “Por Uma Cultura Popular do Campo”, realizado em Brasília, no período de 19 a 21 de agosto de 2025, nas dependências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), reuniram-se com o propósito de reafirmar a importância da valorização, preservação e promoção das expressões culturais oriundas do campo brasileiro.

Desde a redemocratização, ressurgiram no país movimentos camponeses nacionais que, ao lutar pela terra, pela reforma agrária, por condições de produzir e reproduzir a vida no campo, pelos direitos humanos, pela educação e pela saúde, também lutam pelo direito à cultura. Esse direito, que vai muito além do acesso a bens culturais, inclui a possibilidade de produzir cultura e arte de acordo com as tradições das comunidades em seus territórios, bem como a apropriação dos meios de produção das linguagens artísticas para representar a realidade de forma crítica.

Reconhecendo a existência de inúmeros estudos da antropologia, da sociologia e das artes sobre a articulação entre as diversas matrizes da cultura camponesa e o modo de produção da agricultura familiar, ainda prevalece, no âmbito das políticas públicas de fomento, preservação, manutenção, pesquisa e circulação, a invisibilidade da produção cultural do campo brasileiro.

A necessidade de fortalecer a cultura do campo não está restrita ao reconhecimento dos que vivem e produzem no campo, mas igualmente na exigência de respostas aos desafios da contemporaneidade e suas crises. Fomentar a cultura do campo é assegurar a cultura alimentar, a permanência desses sujeitos em seus territórios, protegê-los e valorizá-los como territórios de criação e produção da vida.

A cultura do campo representa grupos culturalmente diferenciados e específicos que se reconhecem como tais e que possuem formas próprias de organização social pelas relações de trabalho, sociais, religiosas e econômicas, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas por

comunidades e gerações familiares, como território de riqueza imaterial e manifestada como expressão de existência.

Na década de 2000, no âmbito da política do Ministério da Cultura e do programa “Cultura Viva”, foi criada a Rede Cultural da Terra, que chegou a articular vinte e um pontos de cultura em territórios de Reforma Agrária, distribuídos por diversos estados. Durante a edição do evento TEIA, realizada em 2006, que reuniu as redes de pontos de cultura do programa, a Rede Cultural da Terra participou com cerca de 270 militantes artistas, incluindo cantadores, poetas, muralistas, atores e atrizes de grupos de teatro, bailarinos, pintores e documentaristas.

Entretanto, apesar do vigor e do potencial de crescimento da Rede Cultural da Terra, a inconstância dos governos e das políticas envolveu uma ofensiva para desmontar a cultura tradicional e popular do campo e suas políticas. Esse cenário torna necessário um movimento contínuo de pressão política, de articulação interinstitucional e de reativação da memória de gestores, produtores e, muitas vezes, dos próprios movimentos, sobre a responsabilidade que todos têm na produção e na preservação do que se entende por cultura brasileira.

A construção de uma política cultural do campo é urgente e estratégica, pois envolve o reconhecimento dos territórios camponeses não só como espaço de trabalho, mas de vida e valorização da cultura como pilar essencial para a transformação social e a Reforma Agrária. Tal política deve enfrentar a invisibilidade histórica da produção cultural camponesa, que, embora amplamente estudada, ainda carece de apoio contínuo nas ações de fomento, formação, preservação, pesquisa e circulação.

As demandas populares do Seminário Nacional “Por uma Cultura Popular do Campo” abrangeram uma série de problemas e propostas de curto e longo prazo, visando ao reconhecimento, ao fomento e ao fortalecimento da cultura do campo no Brasil. Entre as principais, estão a criação de um Programa Nacional de Cultura do Campo, nos moldes do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, e a estruturação de um sistema próprio, com câmara setorial, plano

nacional, fundo específico, mapeamento e formação continuada. Também foi destacada a necessidade de desburocratizar o acesso a recursos, com editais simplificados e para públicos específicos, descentralização de verbas e reconhecimento da cultura do campo como modo de vida e não apenas como produto.

Outro ponto central é a governança, com protagonismo dos movimentos sociais, parceria interministerial e inclusão da educação básica como eixo estratégico. As propostas também ressaltam a valorização da diversidade cultural, abrangendo camponeses, quilombolas, indígenas e assalariados, além da defesa de políticas com caráter antirracista, antimachista e anti-LGBTQIA+fóbico. Foram apontadas ainda medidas para combater o êxodo rural, fortalecendo a geração de renda e a permanência nos territórios.

Houve consenso quanto à necessidade de enfrentar o domínio simbólico do agronegócio e evitar a burocratização excessiva, investindo em dados e indicadores sobre a realidade cultural do campo. Como ações imediatas, sugeriu-se a criação de um grupo de trabalho com instituições públicas e os movimentos sociais, o uso de mapeamentos já existentes, a adoção de plataformas digitais livres e a adaptação de recursos de leis já em vigor, como a Aldir Blanc, para chegar de fato às comunidades. Em suma, as propostas expressam a urgência de uma política de Estado abrangente, permanente e participativa, capaz de promover autonomia, diversidade e bem-viver no campo brasileiro.

O Seminário Nacional “Por uma Cultura Popular do Campo” propõe construir, a partir das vozes dos camponeses e camponesas, as bases de uma política pública sólida, desde as experiências históricas e ações realizadas por organizações camponesas, sejam elas autônomas ou em parceria com o poder público.

A proposta também deve prever o fomento à efervescência cultural nas pequenas cidades rurais, criando e fortalecendo espaços geridos pela sociedade civil, promovendo a circulação de artistas e agentes culturais, espaços de memória

e potencializando as escolas do campo como pólos de formação, manutenção de atividades de cunho cultural e expressão artística.

Uma política cultural do campo deve disputar o espaço simbólico ocupado pelo projeto cultural dominante do agronegócio, que busca impor padrões e valores hegemônicos e se apropria indevidamente dos bens culturais camponeses com fins exclusivamente mercadológicos. É preciso consolidar um projeto baseado na diversidade, na agroecologia e em novas relações sociais. Essa transformação só será possível com a participação ativa da sociedade civil, garantindo que as ações culturais atendam às demandas locais e fortaleçam a democracia cultural.

Em síntese, uma política cultural do campo deve ser concebida como uma ferramenta estratégica para um projeto de desenvolvimento soberano, capaz de valorizar a diversidade, promover a emancipação humana e permitir que as comunidades rurais construam seus próprios projetos de vida e sociedade, em oposição à lógica concentradora do capital.

Respeitosamente,

Armazém Multiverso Caparaó

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Associação Comunitária Taperense Caminho da Liberdade

Associação Matakiterani

Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão - Cresertão

Cia. Burlesca

Clube do Violeiro Caipira

Coletivo Terra em Cena

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Instituto Rosa e Sertão (IRS)

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

Movimento de Mulheres Camponesas

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)
Projeto de Arte e Cultura na Reforma Agrária (PACRA)
Rede Nacional de Pontos de Cultura Rural
União Nacional das Federações das Casas Familiares Rurais do Brasil
(Unfecafarb)
Ypuca - Ponto de Cultura e Memória

**Coordenação da equipe de sistematização e responsáveis pelo fechamento
do relatório:** Rafael Villas Bôas e Julie Wetzel